

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

VERIDIANA PARAHYBA CAMPOS

BELEZA, FEMINILIDADE E REFLEXIVIDADE
*Um estudo sobre a mediação agência - estrutura por
mulheres intelectuais*

Recife
2010

VERIDIANA PARAHYBA CAMPOS

BELEZA, FEMINILIDADE E REFLEXIVIDADE
*Um estudo sobre a mediação agência - estrutura por
mulheres intelectuais*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE - Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientação: Profa. Dra. Cynthia Hamlin

Recife
2010

Campos, Veridiana Parahyba

Beleza, feminilidade e reflexividade : um estudo sobre a mediação agência–estruturada por mulheres intelectuais / Veridiana Parahyba Campos. -- Recife: O Autor, 2010.

153 folhas.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2010.

Inclui: bibliografia.

1. Sociologia. 2. Beleza feminina (estética). 3. Feminilidade. 4. Feminismo. 5. Feministas. 6. Mulheres intelectuais. I. Título.

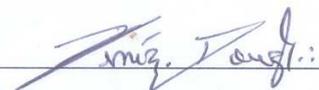
316
301

CDU (2. ed.)
CDD (22. ed.)

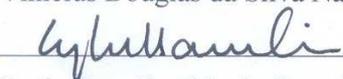
UFPE
BCFCH2010/146

Ata da Sessão de Defesa de Dissertação de VERIDIANA PEREIRA PARAHYBA CAMPOS do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

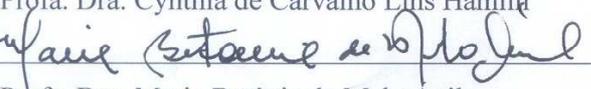
Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dez, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da Comissão designada para a **Defesa de Dissertação de VERIDIANA PEREIRA PARAHYBA CAMPOS**, intitulada **“BELEZA, FEMINILIDADE E REFLEXIVIDADE: UM ESTUDO SOBRE A MEDIAÇÃO AGÊNCIA – ESTRUTURA POR MULHERES INTELLECTUAIS”**. A Comissão foi composta pelos Professores: **Profa. Dra. Cynthia de Carvalho Lins Hamlin (Presidente/Orientadora); Profa. Dra. Maria Betânia de Melo Ávila - Titular Externa (SOS Corpo); Profa. Dra. Maria da Conceição Lafayette de Almeida – Titular Externa (Dep. Ciências Sociais/UFPE); Prof. Dr. Artur Fragoso de Albuquerque Perrusi (PPGS/UFPE)**. Dando início aos trabalhos, a **Profa. Dra. Cynthia Hamlin** explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida, passou à palavra a autora da Dissertação, para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua argüição, seguindo-se a defesa da candidata. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornar, a **Profa. Dra. Cynthia Hamlin**, presidente da mesa e orientador da candidata, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão **aprovando a Dissertação por unanimidade recomendando a sua publicação**. E, nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada por mim, secretário do Programa, pelos membros da Comissão Examinadora e pela candidata. Recife, 28 de junho de 2010.



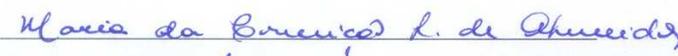
Vinícius Douglas da Silva Nascimento – Secretário



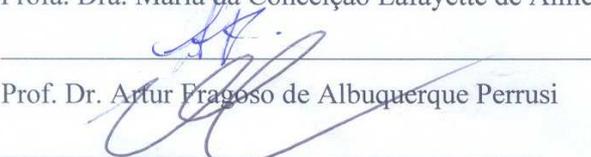
Profa. Dra. Cynthia de Carvalho Lins Hamlin



Profa. Dra. Maria Betânia de Melo Ávila



Profa. Dra. Maria da Conceição Lafayette de Almeida



Prof. Dr. Artur Fragoso de Albuquerque Perrusi

Veridiana Pereira Parahyba Campos

AGRADECIMENTOS

ge.ne.ro.si.da.de¹

sf (lat generositate) 1 Qualidade de generoso. 2 Ação generosa. 3 Liberalidade. Antôn:
mesquinhez.

Generosidade. Esta é a palavra que a todo tempo permeia um trabalho como este. Sem ela, nada do que aqui se encontra seria possível. Generosidade da pesquisadora com os autores. Generosidade dos colegas. Generosidade da orientadora com a pesquisadora. Generosidade da pesquisadora com a orientadora. Generosidade das interlocutoras com a pesquisadora. Generosidade da pesquisadora com as interlocutoras. Até mesmo a generosidade do aparato tecnológico. Em suma: generosidade de todos/as que compartilharam comigo qualquer tipo de conhecimento, ajuda ou estímulo (mas, qualquer *mesmo*). Ela esteve presente o tempo todo.

Durante todo o percurso de construção desta dissertação o sentimento de gratidão me perpassou o tempo todo. Na minha casa, minha mãe, Carmem, aumentou toda a sua carga de obrigações para que fosse possível que eu focasse todas as minhas atenções aqui. Meu pai, Luiz, respeitou toda esta minha necessidade de concentração. Meu amor, Fernando, ouviu todas as minhas histórias e consolou-me de todas as minhas agruras, além de resolver a maior parte dos meus problemas técnicos e/ou burocráticos (isso é muito fundamental para alguém como eu). Minha orientadora (e amiga), Cynthia, leu, riscou, releu e comentou esse material milhões de vezes, para que ele chegasse o mais próximo possível do nosso ideal. Meus colegas de mestrado conversaram comigo, trocaram experiências, me ajudaram e me fizeram saber que eu não era a única mestranda confusa e/ou insegura. Todas as respondentes do meu questionário pararam suas vidas um momento para me atenderem. Minhas interlocutoras abriram suas vidas e intimidades sem nem me conhecer direito. Meus amigos/as (A Equipe) me motivaram e me divertiram a vida. Meu ex e eterno orientador (e amigo), Ricardo Santiago, me motivou, orientou e apoiou durante todo o processo. Minha sogra (e

¹ Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=generosidade>. Acessado em Junho de 2010.

amiga) Emília, discutiu metodologia comigo, ouviu meus desabafos acadêmicos e demonstrou uma eterna disposição a me ajudar. Meu sogro (e amigo) “Seu” Barros, esteve seriamente disposto a me ajudar, me azucrinando para que eu risse e relaxasse. O pessoal da “república” me proporcionou ótimos finais de semana de tranqüilidade e diversão. A turma do Grupo de Epistemologia e Teoria Feminista me proporcionou excelentes tardes de discussão científica séria, mas emaranhada em boas risadas. Minha Dinda, Cecília, ficava feliz a qualquer passo acadêmico que eu dava, o que aumentava minha auto-estima. Meu irmão-primo, Bruno, também. E minha cachorra querida, Cleonice, que “estudou” horas e horas comigo.

À todos/as vocês, dou-lhes o meu obrigada mais sincero e profundo: Obrigada, companheiros de jornada. Sem vocês, nada disso seria possível. Obrigada, meu Deus.

*As pessoas são absolutamente
desinteressantes se não possuem poderes
pessoais que possam mudar as coisas.
(ARCHER, 2001, p. 54)*

RESUMO

Historicamente, a preocupação com a beleza é reconhecida como um dos principais signos da feminilidade. Por um lado, as teóricas feministas de segunda onda percebem tal fato como a internalização de estruturas de dominação patriarcal que comprometeriam a autonomia feminina. Por outro, teóricas pós-feministas sugerem que essa preocupação com a estética denota empoderamento e autonomia por parte das mulheres sobre seus corpos. Com base na teoria da agência de Margaret Archer, questiona-se aqui tanto o determinismo estrutural presente nas teorias de segunda onda, quanto o voluntarismo que fundamenta as vertentes pós-feministas. O conceito de reflexividade da autora permite pensar em uma mediação ativa entre elementos estruturais e agência individual, o que nos conduz, num nível teórico mais geral, à discussão agência-estrutura. Assumindo que, por conta de sua atividade profissional, as intelectuais são mulheres especialmente reflexivas, procuro compreender se, e em que medida, existe uma reflexão ativa em relação à adoção de padrões estéticos hegemônicos e como tais padrões atuam na formação dos selves femininos.

Palavras-chave: Reflexividade, Padrões Estéticos, Feminilidade Hegemônica, Agência

ABSTRACT

Historically, the preoccupation with beauty is recognized as one of the main symbols of femininity. On the one hand, the second-wave feminist theorists perceive this fact as the internalization of patriarchal structures of domination which undermine the autonomy of women. On the other hand, post-feminist theory suggests that this concern with the aesthetics denotes empowerment and autonomy by women about their bodies. Based on agency theory of Margaret Archer, here are questions about both the structural determinism in theories of this second wave, and the voluntarism that leads post-feminists. The Archer's concept of reflexivity allows to think of an active mediation between individual agency and structural elements, which leads us in a more general theoretical level, to the structure-agency discussion. Assuming that, on account of his career, the women intellectuals are especially reflective, this work seeks to understand whether and to what extent there is an active reflection regarding adoption of hegemonic aesthetic standards and how these standards work in the construction of female selves.

Key Words: Reflexivity, Aesthetic Standards, Hegemonic Femininity, Agency

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantidade de entrevistadas por renda	87
Tabela 2: Quantidade de entrevistadas por faixa etária	87
Tabela 3: Características tipicamente femininas	89
Tabela 4: O que as intelectuais menos gostam no próprio corpo	93
Tabela 5: Corpo e auto-estima	94
Tabela 6: Características Físicas da Beleza para as intelectuais	95
Tabela 7: Qualidades não-físicas da beleza	96
Tabela 8: Perfil resumido das entrevistadas	103

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO UM	
A CENTRALIDADE DA BELEZA FEMININA	17
1. Corpo e feminilidade	17
1.1 A centralidade do corpo feminino e a beleza como valor central	18
1.2. Algumas interpretações acerca da tal centralidade da beleza	30
1.3 A discussão agência-estrutura como ótica para o problema	36
1.4 As intelectuais, a beleza e a reflexividade	40
CAPÍTULO DOIS	
TEORIAS FEMINISTAS E PÓS-FEMINISTAS	45
2. O corpo como assunto das Ciências Sociais	45
2.1 As teorias feministas e pós-feministas	48
2.2 O problema da agência feminina sobre o corpo	58
CAPÍTULO TRÊS	
A TEORIA DE MARGARET ARCHER	61
3. A reflexividade como saída para o problema da centralidade da beleza feminina	61
3.1 O <i>self</i>	61
3.2 Identidade pessoal e reflexividade	64
3.3 As Conversações Internas	70
3.4 A auto-estima	72
CAPÍTULO 4	
PESQUISA EXTENSIVA: PROCURANDO REGULARIDADES	77
4. O Plano Metodológico Inicial	77
4.1 O início da pesquisa de campo: o pré-teste	78
4.2 A preparação da etapa Extensiva	83
4.3 A aplicação dos questionários	85
4.5 Os dados dos questionários	87

CAPÍTULO 5

PESQUISA INTENSIVA: CONVERSANDO COM AS INTELLECTUAIS	100
5.1 O que disseram essas mulheres?	103
5.1.1 <i>Sonia, 53 anos:</i>	103
5.1.2 <i>Fátima, 57 anos:</i>	108
5.1.3 <i>Mônica, 31 anos:</i>	114
5.1.4 <i>Eduarda, 36 anos:</i>	118
5.1.5 <i>Rafaela, 55 anos:</i>	123
5.1.6 <i>Gabriela, 29 anos:</i>	128
5.2 Sobre os mecanismos causais.....	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	144

INTRODUÇÃO

Meu objetivo com esta dissertação é compreender como as mulheres, e, em especial, as intelectuais, processam certas demandas de uma suposta feminilidade. A partir da percepção de que a beleza é um valor central na identidade feminina hegemônica, interessa-me analisar de que forma esse valor é processado e como (ou se) ele atua na construção do *self* dessas mulheres. Visto que o valor da intelectual costuma ser associado à sua mente, e não ao seu corpo e que para o exercício da profissão exige-se um treinamento constante do senso crítico, parece-me que elas têm possibilidade de desenvolver uma margem maior de autonomia em relação às expectativas sociais que definem a feminilidade tradicional.

Assim, levando em conta que o papel da intelectual é socialmente reconhecido como notório ou de valor, pode parecer contraditório que uma mulher que exerce uma função social tão impregnada de “importância”, preocupe-se com um valor tão “fútil” como a beleza. Mesmo levando em consideração que a beleza é um valor central na identidade feminina e que a existência de todo um aparato estrutural (como a publicidade e a mídia) constantemente reforça isso, é interessante notar que, principalmente no meio intelectual, paira em torno deste valor certo “ar” de futilidade, de coisa vã.

Uma possibilidade é que esta caracterização negativa da beleza seja oriunda do trabalho das próprias intelectuais; no caso, das feministas. Especialmente na chamada “segunda onda” do movimento feminista, uma série de aparatos e costumes acerca da beleza feminina foram rechaçados por várias autoras como, por exemplo, Germaine Greer, Shulamith Firestone ou, mais recentemente, Naomi Wolf. Estas autoras interpretavam que o cultivo de um valor desnecessário e fútil como a beleza era, na verdade, uma ferramenta patriarcal para a opressão das mulheres. Por isso mesmo, de maneiras diferentes, chamavam a atenção para que as mulheres parassem de cultivar de maneira impensada um valor que, no mais das vezes era desnecessário.

Daí derivou que, mesmo sendo um valor constantemente reproduzido e reafirmado na nossa sociedade - de tamanha potência que sua dimensão objetiva consegue superar até mesmo estimativas econômicas - ao mesmo tempo, no meio

intelectual, ele costumeiramente fosse associado à futilidade, ao desnecessário. O que venho observando é que, perpassando a sociedade como um todo, vários elementos nos mostram que esta futilidade parece ficar apenas na esfera da exterioridade ou do discurso; na prática, a beleza enquanto valor feminino, além de ser responsável por várias emoções na vida das mulheres (inclusive das intelectuais), movimenta vários setores da sociedade (inclusive o econômico).

Graças à minha convivência com várias mulheres da intelectualidade contemporânea, tanto em Pernambuco, quanto em outros estados, pude notar que o mito cartesiano da intelectual que só reconhece valor na mente e que por isso abandona o corpo, em quase nada correspondia às mulheres charmosas que eu encontrava à minha volta. Somava-se a isso o fato de que elas pareciam *gostar* de cultivar um estilo próprio e de cuidar do corpo, mas de uma maneira que parecia ser mais saudável, confortável e pessoal do que aquele sugerido pelas modas “femininas” veiculadas nos *mass media*.

Na esteira dessa percepção, eu notava que entre elas, ainda que o cuidado com a aparência fosse considerável, havia poucas marcas visíveis da objetificação feminina criticada por boa parte da teoria feminista. Por conta desta vivência com intelectuais que me pareciam, em diferentes medidas, também preocupadas com sua aparência física, e não apenas com suas mentes e, em oposição a alguns pontos de vista das teorias feministas, aventei a hipótese de que seguir determinados padrões estéticos não necessariamente significaria futilidade ou negaria a dimensão reflexiva feminina.

Em busca de fundamentos e possíveis respostas para essa hipótese, fui atrás de bibliografia. Como dito acima, as fontes teóricas feministas, ainda que extremamente heterogêneas, ao tratar da temática da beleza, normalmente recaem nas questões da dominação do corpo feminino e da preocupação estética utilizada como arma de opressão. Por outro lado, as teorias pós-feministas – ainda mais heterogêneas - tendem a questionar essa vitimização sugerida pelas feministas, passando a encarar as mulheres como sujeitos que se autodeterminam.

O que entendo é que, de um lado a tentativa epistemológica pós-feminista de transformar as mulheres em sujeitos agênticos por vezes sobrecarrega esses sujeitos de responsabilidade e autonomia, o que conduz a uma espécie de “voluntarismo otimista”. De outro, as teorias feministas tendem a enxergar as mulheres como vítimas incapazes de agência, vistas suas condições de opressão. E

o meu problema, ainda que passe pelas duas discussões, não pode ser reduzido a nenhuma delas.

Justamente por não poder ser reduzido a nenhum dos extremos, demorei mais do que eu gostaria para encontrar um marco teórico que me ajudasse a tornar aquilo que era absorvido pela minha percepção em um problema sociológico real. Até eu sistematizar os meus questionamentos no problema da agência feminina, li muita teoria que só reforçava as minhas perguntas, mas não me apontava nenhuma resposta.

Diante da leitura de teóricos como Germaine Greer, Naomi Wolf, Shulamith Firestone, ou Pierre Bourdieu, o questionamento que constantemente me assolava era: como pode fazer sentido, em termos sociológicos, pensar em mulheres tão absolutamente desprovidas de postura crítica em relação aos seus próprios corpos, se as próprias autoras me mostravam posturas críticas e se as mulheres que eu convivia me mostravam autonomia, ainda que negociada? Como responder essa pergunta sem abandonar a minha filiação às críticas feministas acerca da opressão patriarcal, mas ao mesmo tempo, sem cair no “poder individualista” da teoria pós-feminista?

Em suma, a teoria feminista, ainda que extremamente heterogênea, quando levanta a questão da agência feminina diante dos padrões estéticos, se divide fundamentalmente em dois lados: em um, na crítica à heteronomia que domina os corpos femininos (fundamentalmente as teorias da 2ª onda do feminismo); em outro, na convicção de que as estruturas de dominação corporal podem ser solapadas pela auto-determinação feminina (teorias pós-feministas). Essas conclusões teóricas não permitiram encontrar respostas para a minha pergunta, uma vez que, por focar suas atenções ou nos efeitos da estrutura patriarcal sobre as mulheres, ou no efeito emancipatório que a agência pode ter diante desses poderes estruturais, tais teorias deixaram de explicar *como funciona* exatamente este mecanismo agêntico e qual sua *dimensão de alcance*. De acordo com uma visão teórica, ele fica subestimado e, de acordo com outra, superestimado.

Assim, num nível teórico mais amplo, creio ser possível enquadrar o meu problema sociológico beleza/mulheres, na discussão agência-estrutura. Ainda que, de forma geral, todas as teorias que trabalhem esta relação passem por esta discussão de maneira indireta, nunca tive a oportunidade de ver tal temática trabalhada especialmente através desta ótica.

Deste modo, o que curiosamente me ocorre é que a autora que me dá as armas necessárias para refutar boa parte das teorias feministas e pós-feministas, nunca falou especificamente sobre mulheres. Na realidade, Margaret Archer, a *grand lady* da teoria social britânica², além de muito “bom-senso”, apresentou-me uma discussão teórica extremamente refinada acerca do problema agência-estrutura e uma interessantíssima definição do conceito de auto-estima - que coloca em xeque o tal “poder dominador” dos padrões estéticos hegemônicos. Através do conceito de *reflexividade* a autora me permitiu pensar que as mulheres podem ter alguma agência na hora de processar valores tradicionalmente associados a uma “identidade de mulher”, como, por exemplo, a centralidade da beleza. Ao mesmo tempo, não nega a possibilidade de que valores tradicionais influenciem de alguma maneira a nossa forma de ver o mundo. A partir do vislumbre desta possibilidade, fundamentada em Archer, saí em busca das interlocutoras que me ajudariam a testar a minha hipótese.

A dissertação que segue se baseia, então, num estudo feito com as docentes da Universidade Federal de Pernambuco, por meio de questionários e de entrevistas em profundidade, que procuraram entender a relação entre beleza, construção do *self* e reflexividade entre as intelectuais. Os centros escolhidos para a seleção das docentes foram: o Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), o Centro de Artes e Comunicação (CAC) e o Centro de Educação (CE). Por serem os centros focados na produção das ciências humanas, constantemente se deparam com discussões acerca dos mitos e valores sociais. Penso, então, que seja possível que as intelectuais desta grande área - graças ao exercício de desnaturalização exigido pela profissão - tenham uma postura mais crítica em relação a algumas expectativas sociais fundamentadas apenas na cultura. Além disso, se Archer nos dá a possibilidade teórica de pensar que a reflexividade é uma via para a agência e visto que nesta profissão as pessoas precisam ser especialmente reflexivas, pode ser que isto influa não apenas na maneira de trabalhar, mas também na maneira de *ser-no-mundo*.

O material será dividido em cinco capítulos e conclusão: Na primeira parte do primeiro capítulo aponto os indicadores que me levam a considerar a beleza como um valor central na feminilidade. Num segundo momento elencarei em que se funda

² Frédéric Vandenberghe, um de seus intérpretes, também realista crítico, utiliza esta denominação em seu artigo “The Archers”, publicado no *European Journal of Social Theory* 8(2): 227-237

a escolha pelas intelectuais e como o conceito de reflexividade me ajuda a compreender a questão da beleza, via o seu enquadramento no problema agência-estrutura.

O segundo e o terceiro capítulos serão fundamentalmente teóricos. O segundo será reservado para uma pequena discussão sobre a importância do corpo nas Ciências Sociais e à explanação das noções (implícitas) de agência feminina desenvolvidas pelas teorias feministas e pós-feministas às quais, em certa medida, me contraponho.

O terceiro capítulo trará uma síntese da teoria de Margaret Archer acerca da reflexividade. Serão definidos seus conceitos de *self*, reflexividade, preocupações últimas, conversações internas e auto-estima. Neste capítulo, pretendo mostrar como a teoria de um sujeito reflexivo parece fazer mais sentido para a compreensão da relação entre os indivíduos e as influências culturais que atuam sobre eles.

O quarto capítulo tratará do plano metodológico inicial, da exposição dos dados coletados na etapa extensiva da pesquisa - pré-teste e resultados atingidos por meio de questionário -, dos problemas metodológicos encontrados, dos recursos utilizados para tentar resolvê-los e das contradições encontradas.

No quinto capítulo, dedico-me à explanação acerca da parte intensiva da pesquisa, trazendo mais algumas explicações metodológicas e, finalmente, as falas das entrevistadas.

Para finalizar, nas considerações finais, por meio de uma síntese do caminho trilhado na construção da dissertação, pretendo detalhar as minhas conclusões sobre aquilo que havia sido levantado como hipótese, as respostas obtidas às perguntas que foram feitas e as limitações de alcance do trabalho.

CAPÍTULO UM

A CENTRALIDADE DA BELEZA FEMININA

1. CORPO E FEMINILIDADE

Uma recorrente associação entre mulheres e natureza em diversas sociedades deu origem à centralidade do papel do corpo na construção da identidade feminina, como apontado, por exemplo, por Sherry Ortner (1979) em “*Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?*”. Por entender que esta centralidade traz em si uma dimensão nefasta - de opressão - tal assunto tornou-se central para o movimento e para a teoria feminista. Os referidos associam esta centralidade à percepção apontada por Simone de Beauvoir (O Segundo Sexo, 1961) de que o corpo da mulher, diferentemente do corpo masculino, define toda a sua trajetória de vida. Assim, nas palavras de Fiona Carson: “... o ato de teorizar sobre o corpo é especialmente pertinente às mulheres, haja vista que elas sejam o gênero convencionalmente associado ao corpo”. (CARSON, 1999, p.117)³.

Para além da teoria feminista, e muito por conta dela, nos últimos anos, as Ciências Sociais também têm atentado para a centralidade que a construção dos corpos ocupa na construção das identidades e da subjetividade (ADELMAN & RUGGI, 2008), de maneira que, contemporaneamente, existe uma espécie de acordo entre várias teorias acerca do reconhecimento do corpo como um agente da cultura.

O que leva o corpo a ser diretamente associado à construção das identidades é o fato de que, em larga medida, além da dimensão cultural que as define, tais identidades são forjadas a partir das marcas que este corpo traz, e que podem determinar, por exemplo, quem é “gordo(a)”, “negro(a)”, “índio(a)”, “pardo(a)”, “velho(a)”, jovem, rico(a), etc. Neste sentido, como marcador social, o corpo é também responsável pela separação universal da humanidade em mulheres e homens, visto que, cientificamente falando, não existem registros de uma sociedade

³ Minha tradução

humana que não se utilize desta divisão baseada no sexo biológico para definir duas categorias de pessoas. O que está longe de ser universal, variando enormemente de acordo com o eixo tempo-espço, são as interpretações culturais que cada sociedade constrói em relação a esta divisão⁴. A partir desta perspectiva cultural, o que nos interessa sublinhar aqui é que a definição de uma pessoa em “homem ou mulher” influenciará as mais diversas dimensões de sua existência durante toda sua vida.

A cada uma das partes desta divisão baseada no sexo biológico, toda sociedade desenvolve e atribui uma série de características, tanto físicas quanto psíquicas, que servirão de marcadores culturais e orientarão socialmente o que deverá ser compreendido como propriamente masculino ou feminino. Na medida em que o conhecimento destas características sexualmente especificadas torna-se difuso no senso comum, institui-se a tradição, de onde deriva a legitimação de valores socialmente reconhecidos.

A partir desta percepção, minha dissertação tratará de um valor que retoma a questão corporal – a beleza - e que é tradicionalmente associado às mulheres. Observando sua importância para a formação da identidade feminina, tratarei aqui das posturas que um grupo de mulheres específico, as intelectuais, assume diante desta construção social que associa a busca pela beleza à feminilidade. Primeiramente, para que o/a leitor/a avalie a consistência desta associação, trarei exemplos e dados do mundo empírico que me levam a crer no valor central que a beleza tem na definição de uma “identidade de mulher” e algumas visões sobre o assunto. Num segundo momento, me deterei em explicar o que me motiva ao escolher especialmente as intelectuais.

1.1 A CENTRALIDADE DO CORPO FEMININO E A BELEZA COMO VALOR CENTRAL

Como citado na primeira parte deste capítulo, historicamente, na percepção do pensamento ocidental hegemônico (fundamentalmente construído por homens), as mulheres vêm sendo associadas à natureza. Isso se deve ao fato de que o olhar que as interpretou ao longo da história viu nas suas capacidades gerativas - e nas

⁴ Esta variação interpretativa é ainda mais intensa nas ocorrências de intersexualidade, nas quais esta diferenciação biológica binária cai por terra.

“conseqüências corporais” que derivam desta capacidade - algo muito próximo à “natureza”; na realidade, muito próximo ao *conceito* de natureza que se define em contraposição a idéia de cultura. Assim, características corpóreas da mulher como fertilidade, amamentação, menstruação, gestação, etc. são associadas exclusivamente à reprodução e, sendo consideradas “naturais”, tornam-se reconhecidamente impossíveis de “civilização” (no sentido do termo de Norbert Elias).

Esse corpo teria, então, como a natureza, uma dimensão “incontrolável” que “supera” qualquer tipo de socialização, e isso faz com que ele se sobressaia diante de contextos meramente simbólicos. Daí deriva sua posição tão central na definição da – suposta - essência do “ser mulher” e o significado depreciativo de sua – suposta - incivilidade. Assim, em contraposição a esta incivilidade, a este “descontrole” tipicamente feminino, se fundamenta a própria construção da identidade masculina, que, na tentativa de ser “oposta” a esta alteridade “descontrolada”, se alicerça no controle de si - controle este que se consuma na cultura. Assim:

...a constituição de um discurso civilizador abre-se em oposições fundamentadas na identificação de um hiato entre natureza e cultura: corpo versus mente, prazer versus razão, forma versus essência, matéria versus idéia etc. (FERREIRA & HAMLIN, 2010, p.2)

À fala dos autores eu acrescentaria a oposição análoga a este hiato que, como construção social fundante, influencia todos os aspectos de nossas vidas: a oposição *feminino X masculino*. Esta última pode ser considerada quase como um reflexo da oposição natureza e cultura, e por isso o sentido da pergunta de Sherry Ortner (1979) - *Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?*

Toda a nossa tradição de gênero se fundamenta nesta (s) oposição (ões), por isso serem elas basilares na construção das nossas identidades, e também por isso, o desconforto gerado pelos e nos indivíduos que não “conseguem” se ajustar em nenhuma das duas categorias ou que, ao contrário, conseguem se ajustar em ambas. Assim, derivada quase que simultaneamente da oposição fundamental entre natureza e cultura, emerge esta outra oposição fundamental que define a carga identitária que fomentará seres masculinos e femininos. Diante das associações *natureza/corpo/feminino* e *cultura/mente/masculino* constituem-se as idéias hegemônicas de feminilidade e masculinidade, uma em oposição à outra. Assim, a

idéia da feminilidade hegemônica diz respeito à reprodução, ao cuidado com o outro, ao “direito” de choro, à afetividade, à obediência, à sensibilidade, etc., enquanto que a masculinidade hegemônica se contrapõe a tudo isso.

É a partir dessas referências tradicionais de feminino e masculino difusas no senso comum que determinados valores, comportamentos, atitudes e características são alinhados com determinada categoria, passando a representá-la, como é, por exemplo, o caso do recorte desta dissertação - a beleza. Sendo o corpo central na identidade feminina e sendo ele o principal veículo da beleza, é fácil entender porque são as mulheres os sujeitos da beleza.

Com base nesta percepção é que observo que, no senso comum – lugar onde se difundem mais livremente todos os mitos e valores sociais - sobretudo nas sociedades ocidentais, a “busca pela beleza” (traduzida em atribuição de elevada preocupação com a aparência), é claramente “coisa de mulher”. O resultado objetivo dessa atribuição historicamente fomentada é que, contemporaneamente, vários indicadores nos mostram que os cuidados com a aparência são *de fato* uma preocupação eminentemente de mulheres.

A antropóloga Mirian Goldenberg, em seu estudo *“Mudanças nos papéis de gênero, sexualidade e conjugalidade: um estudo antropológico sobre o masculino e o feminino nas camadas médias urbanas”*, trabalhou com as experiências cotidianas sobre corpo e beleza na vida das mulheres. Utilizando-se de 1279 questionários, Goldenberg perguntou às mulheres: - “O que você mais inveja em uma mulher?” A cientista obteve o seguinte resultado: **a beleza** em primeiro lugar, o *corpo* em segundo, e, em terceiro, a inteligência. Por outro lado, quando os homens foram perguntados sobre o que mais lhes causava inveja nos outros homens, a resposta obtida foi: inteligência, poder econômico, beleza e corpo. Este resultado revela que na nossa sociedade há uma atribuição de valor à beleza física feminina que não parte apenas dos homens, mas que é também introjetada pelas mulheres. Daí este *score* que retroalimenta a idéia de que no meio social da classe média “cabe” aos homens serem inteligentes e financeiramente bem sucedidos, e às mulheres, serem belas. A beleza figura como um valor central feminino *para as próprias mulheres*, de tal maneira que passa a ser digno de inveja – e isso sugere sua importância para a formação destes *selves*.

Mas *qual* é esta beleza que estas mulheres invejam?

De forma geral, a beleza “invejada” é aquela que mais se aproxima de um ideal

compartilhado. Esse ideal, no mais das vezes baseia-se em algum *padrão estético legitimado socialmente*, algo como uma espécie de “acordo hegemônico” sobre o belo, e que tem poder de instituí-lo como tal. Contemporaneamente, o principal aporte desta legitimação é a mídia; cinema, televisão, publicidade, revistas e internet são ferramentas fundamentais para a construção social da beleza, na medida em que legitimam, divulgam, e ensinam este ideal (além de criticarem seu oposto, às vezes de maneira cruel).

Através destes aportes midiáticos observo que na sociedade brasileira, com pequenas variações, os padrões estéticos que disputam a supremacia nas ferramentas da mídia resumem-se fundamentalmente em dois: o primeiro é representado pelas modelos magérrimas. Este padrão é, inclusive, *global* para as mulheres desta profissão, extrapolando sua legitimidade para além das fronteiras do Brasil. Independentemente se a modelo vai atuar no Brasil, na Rússia ou nos Estados Unidos, o tipo de corpo exigido é o mesmo, o que gera um intercâmbio constante dessas profissionais. O segundo padrão, comumente associado às brasileiras, é representado pelas “saradas” e/ou “gostasas”, as quais, através de exercícios físicos e alimentação de atleta, definem seus músculos e modelam seus corpos. Esse padrão tende a ser mais associado à idéia de sensualidade e vigor físico. O fenômeno das “mulheres frutas”, por exemplo, desencadeado por algumas dançarinas e/ou cantoras, como Mulher-Melancia (Andressa Soares), Mulher-Moranginho (Ellen Cardoso), Mulher-Melão (Renata Frisson) reforça este padrão construído a base de muita ginástica e modelação muscular.

Assim, na nossa sociedade, em relação ao ideal da beleza feminina, podemos perceber (via mídia) dois “ideais” estéticos que aparentemente se diferenciam bastante: a modelo e a “gostosa”. Um parece ser o oposto do outro – a cara da magreza doentia e a cara da saúde. Contudo, mesmo existindo variações bem perceptíveis entre estes padrões (supostamente) diferentes que “concorrem” pela supremacia da beleza feminina, há entre as modelos e as “saradas” muito mais acordo do que discordância.

O fato é que entre os dois padrões existem vários denominadores comuns acerca do que **não constitui beleza**, ou seja, do que deve ser devidamente “combatido” se se pretende conquistá-la. Destarte, obesidade, sinais de velhice (cabelos brancos, rugas, idade avançada), sinais de “negritude” (nariz largo, cabelos muito crespos, pele escura, lábios grossos, etc), celulite, gorduras localizadas,

manchas na pele (como estrias ou espinhas), dentição mal-formada, pouca altura, pêlos em excesso, flacidez, cabelos não-tratados, e qualquer tipo de má-formação congênita representam o **oposto da beleza** para qualquer um dos casos. Vai daí que, na verdade, há entre estes dois padrões muito mais coincidências do que desacordos, uma vez que eles aquiescem em quase tudo que deve ser negado. Por exemplo: uma mulher negra, com rugas, sobrepeso, dentição mal-formada e celulite não preenche os “requisitos” que fariam dela uma mulher “bonita”. Ou seja, é uma equação bastante simples: quanto mais intensa a presença destes fatores negativos - independentemente do padrão estético que pretende seguir - maior o grau de distância daquilo que é tradicionalmente entendido como beleza. A resultante da exclusão de todos estes “critérios negativos”, e que pode ser reconhecida socialmente como “beleza”, é exatamente o que chamarei aqui de **padrão estético hegemônico**.

A partir desta observação, o que a pesquisa de Goldenberg mostra em sua completude, especialmente na ocorrência da “inveja da beleza”, é exatamente que a inveja ocorre em relação ao nível de proximidade deste dito padrão estético hegemônico, ou, se preferir, da beleza. No caso de sua pesquisa, isto aparece especificamente nas camadas médias, na “pequena burguesia” que, nas palavras de Hans Enzensberger (1985) “decide o que é belo e desejável”. Todavia, há indícios de que a valorização desta beleza legitimada, normalmente associada a uma burguesia que anseia por reconhecimento social, atinja também as classes populares, que costumavam ter maior “licença poética” em relação aos corpos femininos.

Após pesquisa de campo, no artigo *“Mulheres e cultura popular: gênero, raça, classe e geração no bumba meu boi do Maranhão”* (2008), Lady Selma Albernaz aponta para o fato de que desde que a festa passou a ser um chamariz de turistas, recebendo incentivos e apoio governamental, a personagem Índia, uma das figuras centrais do folguedo, foi sofrendo alterações em seu formato corporal. Assim, a beleza destas índias passou a ser avaliada em virtude deste padrão estético hegemônico que prima pela esbelteza, juventude e brancura da pele, ou seja, a beleza reconhecida pelas classes média e alta (os turistas). Segundo a autora:

A idéia de beleza é reforçada pela juventude, que no ocidente cada vez mais se torna a expressão do belo na sua plenitude, ao que se soma o tom de pele clara também mais valorizada na hierarquia da cor no Brasil. Ser índia se faz acompanhar de um sentido atribuído ao feminino, especificamente a beleza... (ALBERNAZ, 2008, p. 16)

No caso da mudança nas formas corporais das Índias, o que transparece é que a beleza que elas vêm representando já não é mais o antigo clichê da beleza “exótica” da cultura popular, que permitia às mulheres serem corporalmente volumosas, negras, desencaixadas do ideal de corpo magro e/ou tonificado. Hoje em dia, na cultura popular “reconhecida”, na qual há grandes investimentos governamentais, assistimos ao fim (ou a redução) daquilo que Mikhail Bakhtin (1987) chamou de “grotesco”. Ou seja, o espaço onde os corpos teriam liberdade para ter qualquer formato e onde protuberâncias, orifícios e genitálias não deveriam necessariamente ser escondidos, está sendo reduzido em virtude de um padrão hegemônico e isso pode ser observado, por exemplo, no Bumba-meu-boi do Maranhão e nas Escolas de Samba do Rio de Janeiro.

Desta forma, o que a pesquisa da autora mostra é que essa “outra” beleza, nomeada etnocentricamente de exotismo, ou até mesmo de grotesco, a qual sempre funcionara como um chamariz para o turismo e como um forte marcador de diferenciação entre visitante e nativo, já não é necessariamente mais interessante do que a beleza hegemônica.

No caso da pesquisa de Albernaz, nota-se que, ainda que nem todos os sotaques⁵ do bumba-meu-boi sejam financeiramente desprivilegiados, a maior parte deles ainda é constituída pelas classes populares, e o fato de a beleza corporal de suas mulheres ser reconhecida pelos não-pares, pode significar mais do que o mero “embelezamento” de uma brincadeira que incrementa a lucratividade do turismo. A tentativa de enquadramento no padrão estético hegemônico, que acachapa diferenças biotípicas, aponta para alguma possibilidade de ganho, simbólico e/ou material, pelo qual vale a pena abandonar outras formas de beleza. Uma das possibilidades é que estas índias esbeltas e branqueadas utilizem seus corpos como alavanca social: “para muitas garotas e mulheres pobres seus corpos podem realmente ser a única fonte de capital simbólico (e social), dando a elas uma necessária rota de fuga da pobreza.” (ADELMAN & RUGGI, 2008, p. 581)⁶

A mídia exerce um papel fundamental na sedimentação destes padrões de beleza hegemônicos, uma vez que sua exibição constante tem o poder de denotar

⁵ Segundo a autora, o folguedo se divide em quatro sotaques principais: Matraca, Zabumba, Pindaré e Orquestra, sendo que cada um deles apresenta características específicas no que tange aos marcadores sociais de classe, raça e gênero.

⁶ Todas as traduções deste artigo que porventura aparecerem no corpo do texto são minhas.

uma suposta aprovação social, ainda que isto seja artificialmente construído. Através da veiculação na televisão, no cinema e nas revistas femininas, que são os principais legitimadores e difusores de padrões da beleza feminina, modelos, atrizes e artistas tornam-se parâmetros de beleza. Os cabelos louros de Marilyn Monroe (ruiva de nascença), por exemplo, viraram um fenômeno nos anos de 1950, e incrementaram a indústria das tinturas de cabelo.

Neste mundo midiático, tomarei especificamente o caso das revistas femininas, que declaradamente têm como empreendimento fundamental “ajudar” na construção da identidade de suas leitoras, e que por isso mesmo, se colocam numa posição mais íntima e interativa do que outros *mass media*: “a revista se posiciona como uma amiga da leitora que busca por conselhos e lições para construir a imagem de mulher” (RAMOS & KLEIN, sem data, p.8).

Maria Célia Furtado (2008), diretora-executiva da Associação Nacional dos Editores de Revistas - ANER, ressalta que a vendagem dessas publicações voltadas para o público feminino⁷ só fica atrás das revistas semanais de variedades, sendo a revista Cláudia líder no segmento, com 403 mil exemplares por edição. Esses números nos mostram que estas revistas constituem um meio de comunicação de largo alcance, o qual, a partir dessa posição auto-atribuída de “amiga” da leitora, reforça a cultura da feminilidade.

Além de alguns tópicos bastante secundários sobre família, trabalho e cultura, os principais assuntos dessas revistas *sempre* acabam nos levando, direta ou indiretamente, ao problema da beleza, visto que envolvem fórmulas para incrementar a aparência física, seja na moda, nos exercícios físicos, nas dietas, nas seleções dos “melhores” cosméticos ou nas técnicas de sedução embasadas em parecer mais atraente. Por trás de uma forte idéia de “cuidar de si”, as revistas feitas para mulheres acabam se tornando guias de como ser e/ou sentir-se mais bonita, associando beleza física e felicidade com muita frequência.

Praticamente todas estas revistas funcionam sob o comando de editoras-chefes mulheres, e, visto que a direção dessas revistas é constantemente guiada por uma interação com as leitoras, entendemos que, em alguma medida, as temáticas eleitas por elas refletem a demanda dessas leitoras; Nas palavras de

7 Só a Editora Abril publica por mês mais de uma dúzia de revistas voltadas para o público feminino, tratando fundamentalmente de assuntos como moda, dietas, tratamentos estéticos e exercícios físicos.

Naomi Wolf: “... as revistas femininas... são em sua maioria escritas por mulheres para mulheres sobre temas femininos e levam a sério as preocupações das mulheres.” (1992, pág. 92)

Ou seja, essas revistas são orientadas por um *feedback* constante com seu público, tanto através de pesquisas de mercado e de opinião, quanto através de espaços interativos, como, por exemplo, seções de perguntas e respostas. Portanto, mesmo reconhecendo que esses veículos reforçam a difusão de padrões de uma suposta feminilidade, temos que reconhecer também que esse *feedback* indica que, de alguma forma, estes padrões são demandados pelas próprias mulheres-leitoras. E, levando em conta que tais revistas vêm sendo comercializadas com estas “fórmulas” há mais de um século, que seu público consumidor é quase que absolutamente feminino, e que suas vendas continuam interessantes para o mercado editorial, podemos concluir que a beleza física é, sim, um assunto que se encontra entre as preocupações das mulheres, e que é fortemente associado à construção de uma “identidade de mulher”.

Nestas publicações, a “beleza” é normalmente avaliada a partir de algum tipo de padrão estético hegemônico; majoritariamente, as mulheres retratadas são modelos profissionais, as quais pesam aproximadamente 23% menos do que a média das mulheres comuns (SIBILA, 2007), além de costumarem ser bastante altas. Ou seja, ainda que tenham uma conformação corporal extremamente diferente da maioria das mulheres, essa condição de “modelos”, as coloca numa posição de parâmetro de beleza legitimada, apontando que suas particularidades estéticas têm aprovação no meio midiático.

Ainda assim, a partir de algumas experiências pessoais de comentários sobre este padrão, penso que seja possível que nem todas as mulheres, mesmo entre as leitoras, admirem ou reconheçam esse parâmetro de beleza como algo que deva ser levado em consideração. Ou ainda, mesmo que reconheçam algum tipo de beleza nessas profissionais, não aspirem para si, por exemplo, pesar 23% menos. O que explica sociologicamente o fato de que pode haver diferenças de percepção das mulheres diante de todos os padrões estéticos veiculados midiaticamente, e mesmo acerca da centralidade da beleza como uma característica do feminino é exatamente o que pretendo discutir nesta dissertação.

Um fenômeno que nos últimos dez anos vem aumentando, do qual um dos grandes responsáveis é também a mídia, e que nos serve como indicador, diz

respeito ao aumento do número de procedimentos cirúrgicos que têm motivação exclusivamente estética. Muitíssimo mais recorrentes nas mulheres do que nos homens, uma pesquisa Datafolha (FOLHA DE SÃO PAULO, 13 de Fevereiro de 2009) – disponibilizada, inclusive no site da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica - estimou que as elas representam 88% da clientela que se utiliza deste serviço médico. Esse fenômeno gerou, inclusive, uma publicação exclusivamente voltada para as possíveis candidatas, chamada *Plástica e Beleza*, em cujo site encontramos o seguinte “esclarecimento”:

...foi lançada em 1997, com o intuito de atender a necessidades das **mulheres**⁸ que gostam de cuidar do visual com a ajuda da cirurgia plástica. Somos a pioneira e a líder nesse setor do mercado editorial no Brasil” (PLÁSTICA E BELEZA, 2009).

Essa supremacia feminina no universo da cirurgia plástica reforça nossa idéia de que o aprimoramento corporal constante é um traço forte da femininidade, e que, por isso mesmo, a plasticidade do corpo feminino é muito maior do que a do corpo masculino. Isso se torna bastante notável na variação de tendências de moda acerca de dimensionamentos corporais femininos, como, por exemplo, “tamanho dos seios”. Mais uma vez, para que estas modas “peguem”, a mídia além de ter o papel fundamental de legitimá-las, através da veiculação da “felicidade” que os operados atingem, faz parecer mais razoável a idéia de submeter-se a uma cirurgia meramente estética. O programa televisivo “Dr. Hollywood”, vinculado semanalmente pela RedeTV, ilustra bem isso, uma vez que as/os pacientes mostrados *sempre* saem extremamente felizes com as novas aparências (mulheres, em sua maioria). Ainda que a plástica seja uma cirurgia que envolve riscos sérios como qualquer outra cirurgia, de forma geral, midiaticamente falando, isto se torna absolutamente secundário diante das possibilidades de “ganho” que ela pode trazer; esse ganho é justamente o embelezamento – e beleza gera felicidade.

Usemos, então, como exemplo de “moda” disseminada pela mídia, as dimensões para os seios; talvez a parte corporal feminina mais carregada de conteúdo simbólico, tem sido também a mais suscetível às alterações ditadas pela padronização estética mais contemporânea. Na mesma pesquisa Datafolha (2009) citada acima, José Tariki, presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, nos fala que na década de 1990, 90% das plásticas nos seios eram feitas no intuito

⁸ Meu grifo

de reduzi-los. No ano 2000 assistimos o início de uma virada completa nestas estatísticas graças ao “boom do silicone” e, segundo a SBCP, no ano de 2008 a operação nos seios foi líder no ranking das plásticas, representando 33% do total de cirurgias estéticas executadas; ou seja, de 629 mil plásticas, 151mil foram de mamas. Paulo Leal, diretor científico da instituição, explica o fenômeno da seguinte maneira: “Estamos vivendo uma americanização do padrão e do gosto por seios volumosos” (nota: a “moda” corporal dos seios grandes é tipicamente americana). Para um espaço tão curto de tempo (dez anos), menor do que um intervalo geracional, noto uma mudança de padrão estético extremamente incisiva.

O tipo de motivação que move essa grande quantidade de mulheres a alterar tão drasticamente as suas dimensões corporais, diminuindo e aumentando seios, é uma das coisas que nos interessa aqui. Que tipos de reflexão se dão nestas pessoas para que se chegue à conclusão de que vale a pena (ou não) passar por um processo operatório doloroso, apenas por motivos estéticos?

Modelos, dançarinas, esportistas e artistas, que têm no corpo seu foco profissional, costumam ser cobradas para estar em acordo com determinadas modas ou determinados padrões estéticos, o que as transforma em fortes candidatas à transformações corporais desta ordem. Todavia, mesmo em outras profissões nas quais o corpo não desempenha papel fundamental, por vezes se exige das profissionais um nível maior de atenção aos seus corpos do que elas estariam em princípio, dispostas a dar. Isso, mais uma vez, nos leva a pensar que a centralidade da beleza na vida das mulheres atinge inclusive dimensões nas quais a competência ou o êxito em nada têm (ou teriam) a ver com a aparência física.

Por exemplo: Ana Paula Ruiz, especialista em comissariado de vôo, em um artigo escrito para um dos maiores sites brasileiros especializado em empregos, escreve que para uma candidata à comissária de bordo é exigido “peso compatível com altura” e “boa aparência”. Se estes critérios não forem preenchidos, a candidata corre o risco de não conseguir o emprego ou, se já contratada, de levar “uma chamada” dos superiores acerca da “necessidade” de uma dieta emagrecedora ou de uma maior dedicação a aparência. Rotuladas como critérios comuns de avaliação profissional, existem nessas demandas uma série de arbitrariedades: quem define o que é “boa”-aparência? Pessoas tatuadas, por exemplo, podem ser consideradas providas desta “qualidade”? Além do mais, como é que se chega à conclusão de que um peso determinado é compatível ou não com uma altura? Pela saúde? Agilidade?

Estética?

A arbitrariedade destes critérios criou uma discussão de alcance mundial depois do caso da Indian Airlines no começo de 2009 (CORREIO DO BRASIL, 2009), quando um grupo de funcionárias da área foi demitido por encontrar-se acima do peso “estipulado” para elas. Uma das mulheres do grupo, inclusive, estava apenas 2 quilos acima da “meta” que lhe fora definida, e mesmo sendo funcionária da empresa há 25 anos, perdeu o emprego como todas as outras. Evidentemente, os dois quilos a mais da comissária não implicavam em risco à segurança dos vôos, mas representavam uma ameaça à imagem mítica da aeromoça bela que a companhia pretendia construir. Nunca houve relatos de casos desta ordem com os comissários de bordo homens, donde depreendemos que a centralidade do corpo feminino é real, podendo ser às vezes muito problemática.

No caso da Indian Airlines as dimensões de seus corpos foram utilizadas pela companhia como parâmetro de competência profissional enquanto comissárias de bordo – uma comissária digna de contratação *naquela empresa, necessariamente* teria que ter um determinado padrão corporal. Ainda que o grupo demitido tenha acessado a Justiça indignado com a arbitrariedade da qual fora vítima, o tribunal indiano rejeitou o apelo das profissionais. Curiosamente, essa decisão partiu de uma *juíza*, o que ressalta que a opressão praticada por sistemas sexistas que objetificam a mulher, pode ser igualmente praticada pelas próprias mulheres.

Como vimos nas recomendações do site de empregos, isso ocorre da mesma forma no Brasil, e, para serem reconhecidas como o tipo de profissional desejado pelas empresas, além de todas as capacitações técnicas que teoricamente formariam uma comissária competente para a função, as profissionais necessariamente devem ter/ser um corpo esteticamente enquadrado num modelo. Assim, mesmo o caso Indian Airlines não sendo especificamente brasileiro, ele é emblemático para mostrar que, independentemente da ocupação (e nesse caso, do país) “Cuidar da aparência gera muitos dividendos, simbólicos e materiais, na medida em que um corpo bem cuidado pode garantir melhor performance e aceitação social”.(CASTRO, 2001, pág. 75).

Essa perspectiva permeia grande parte da esfera profissional feminina, podendo ser vista em várias outras circunstâncias, e a tal “boa aparência” é demandada em várias entrevistas de emprego. Sua forma mais incisiva é a exigência de currículos acompanhados de fotos. Especialmente nas profissões nas

quais as mulheres são utilizadas para representar “a imagem” da empresa como é o caso das secretárias, recepcionistas, hostess, vendedoras, comissárias, etc, a cobrança pelo cuidado com a aparência é bastante alta. Esse código que define “boa aparência” é, *per se*, bastante arbitrário, e por vezes vem ainda permeado de preconceito étnico ou racial, retomando os tais parâmetros de beleza hegemônica, como esbelteza e pele clara.

Todavia, independentemente da ascendência étnica, peso ou idade das candidatas, e das conseqüências nocivas que o preconceito diante destas características pode trazer, é fato que, ao fazer uma entrevista de emprego, a maioria das mulheres se preocupa em estar de acordo com o que elas julgam ser o padrão estético que representa a idéia de “boa aparência”, e que é decodificado através de determinada vestimenta, maquiagem, penteado, etc. Embasadas na experiência pessoal ou no compartilhamento de informações com quem já vivenciou este tipo de situação, em alguma medida, quase todas elas tornam-se côncias desta afirmação de Castro acerca dos dividendos positivos que a boa aparência pode gerar.

Levando em conta as palavras de Georg Simmel de que a realidade é “tão subjetiva quanto objetiva” (SIMMEL, p. 15, 2006) há ainda outro campo que quero chamar atenção aqui, uma vez que ele é a dimensão objetiva deste algo subjetivo que, creio eu, *deveria ser* a boa aparência e/ou a beleza, e que surge como conseqüência dos tais dividendos positivos gerados por elas. A chamada “indústria da beleza”, hoje em dia, é um dos grandes reprodutores da idéia de que a beleza é compensatória. Este ramo industrial se compraz de todos os dados empíricos aqui apresentados, e, em termos publicitários, fundamenta-se exatamente na idéia do ganho que se tem ao se comprar/usar determinados produtos e serviços. O setor, formado pelas indústrias de cosméticos, produtos de higiene pessoal e pelas empresas de serviços do ramo - como salões de beleza e centros estéticos - vem movimentando a economia de maneira surpreendente e absolutamente fora da média industrial. Segundo pesquisa conjunta entre IBGE, Banco Central e ABIHPEC – Associação Brasileira da Indústria da Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos – (2009), no Brasil dos últimos treze anos, este setor teve um crescimento médio de 10,6%, contra 2,9% da indústria em geral e 3% do PIB. Ou seja, três vezes maior que a indústria e o PIB. Este número aponta que a força de um valor social *aparentemente* secundário pode ser suficiente para contrariar até mesmo as

estimativas econômicas. É interessante ressaltar que, de acordo com o relatório da referida pesquisa, este crescimento se deve a alguns fatores primordiais: “a participação crescente da **mulher**⁹ brasileira no mercado de trabalho”; a tecnologia que aumenta produtividade e barateia os custos; os lançamentos constantes; e o “*Aumento da expectativa de vida, o que traz a necessidade de conservar uma impressão de juventude*”. Esta “impressão de juventude” está absolutamente conectada àquilo que foi definido acima como o *padrão estético hegemônico*¹⁰.

Assim, o que todos os dados empíricos apresentados nesta primeira parte deste capítulo mostraram é que a beleza como valor feminino é uma realidade que perpassa o cotidiano de muitas mulheres, e que deste valor, que por vezes é visto como fútil, decorrem uma série de conseqüências. A importância simbólica e cultural atribuída à beleza feminina produz implicações na vida das mulheres, tanto objetivas quanto subjetivas, e por isso mesmo a pertinência do estudo deste elemento na construção dos *selves* femininos. Estando de tal maneira entranhado no meio social, esse valor torna-se naturalizado, o que nos motiva a crer na necessidade de uma análise sociológica da beleza feminina que apreenda as várias dimensões da questão.

1.2. ALGUMAS INTERPRETAÇÕES ACERCA DA TAL CENTRALIDADE DA BELEZA

Nas palavras de Adelman & Ruggi valores como beleza e aparência, por exemplo, estão além de mera futilidade de gênero ou idiossincrática:

Beleza, aparência, força física ou fragilidade, atratividade sexual, etc – todos esses valores e “atributos” precisam ser entendidos como parte de um sistema de relações sociais e culturais, ao invés de serem compreendidos como características individuais universalmente valiosas (ou não-valiosas) (ADELMAN & RUGGI, 2008, p.556) 11

Esta visão das autoras faz muito sentido para compreender a dimensão estrutural da questão, e por isso, minha opção em escolhê-la para abrir esta parte do capítulo. Todavia, mesmo levando em consideração esta percepção das autoras, em

⁹ Meu grifo

¹⁰ Ainda que não tenha sido citado no relatório, vale a pena frisar que vem existindo em relação a estes produtos também um aumento no índice das vendas para os consumidores homens e, segundo a ABIHPEC (ABIHPEC, 2009), a venda de produtos cosméticos masculinos cresce 10% ao ano.

¹¹ Minha tradução

termos epistemológicos, compreendo que um dos meios para reprodução de valores como estes, senão o principal, é a própria **agência feminina**. O que quer dizer que, ainda que estes valores sejam parte de *um sistema de relações sociais e culturais*, para que eles se mantenham vivos neste sistema é preciso um veículo - que é exatamente a agência humana.

Assim como vejo, este processo de reprodução da beleza enquanto *valor central do feminino* é simultaneamente *externo* as mulheres, na forma das expectativas sociais criadas acerca da própria definição do que é ser mulher, como também *interno*, na forma de uma demanda íntima (agência) dos *selves* particulares, estejam eles em acordo ou não com as tais expectativas.

Contrariamente a esta percepção, autores como Germaine Greer (1970), Shulamith Firestone (1970) Naomi Wolf (1991), Pierre Bourdieu (1999), entre outros, nos explicariam toda a gama de dados empíricos aqui expostos via sujeição do corpo feminino, e, utilizando-se do argumento de que esse corpo é socialmente controlado pela cultura androcêntrica (o patriarcado), chegariam à conclusão de que ele é alienado de suas “donas”, e daí a primazia de um valor tão “desnecessário” quanto a beleza.

Para estes teóricos, há sobre as mulheres uma constante atuação daquilo que Pierre Bourdieu (2007) chamou de *violência simbólica*, as quais sofrem mitigação de autonomia e, portanto, de agência. Esse conceito bourdiano diz respeito à introjeção (inconsciente) que o oprimido faz da superioridade do opressor, passando a reconhecer como válidas as premissas e valores do segundo, mesmo quando estes estão em desacordo com o que lhe seria particularmente mais justo e/ou vantajoso. Assim, as mulheres introjetariam essa valorização da beleza de tal maneira, que ainda que isto lhe causasse algum sofrimento ou transtorno, isso não impediria a valorização de tais sofrimentos ou transtornos. Reconhecendo os mesmos valores que o opressor, o oprimido os toma para si, e o possível “incômodo” que o levaria à contestar e a agir contra algo que, a princípio, não lhe é bom ou agradável, é subsumido pelo reconhecimento de sua validade. Daí o enfraquecimento de uma agência direcionada para a autonomia pessoal.

O aumento nos índices de transtornos alimentares motivados por um padrão de magreza hegemônico; nos índices de cirurgias plásticas meramente estéticas; o uso de saltos altos e saias que impedem a livre movimentação corporal e até mesmo brinquedos que representam o que é bom (ou o que é o bem) através de associação

com o que é belo, são alguns indicadores utilizados por estes autores para fundamentar a hipótese de que as mulheres são vítimas de violência simbólica. Mas até que ponto pode-se afirmar que sempre que alguém segue determinados padrões estéticos estará agindo de forma inconsciente, e, portanto, não-reflexiva? Será que as mulheres estão numa simples condição de vítimas? Do ponto de vista sociológico, faz sentido retirar das mulheres os seus poderes de agência nestes processos? Onde está a reflexividade feminina quando o assunto é corpo e beleza? Vejamos a visão de Bourdieu:

Tudo, na gênese do *habitus* feminino e nas condições sociais de sua realização, concorre para fazer da experiência feminina do corpo o limite da experiência universal do corpo-para-o-outro, incessantemente exposto à objetivação operada pelo olhar e pelo discurso dos outros. (BOURDIEU, 2007, pág.79)

Nessa citação, o autor aponta como deriva desta centralidade da beleza que a mulher seja reduzida pelo olhar externo a um *corpo-para-o-outro*. Sociologicamente falando, infelizmente, não podemos desconsiderar que determinados olhares realmente transformam determinadas mulheres em corpos-para-o-outro. Contudo, percebo que seja possível existir “dentro” destes corpos vitimados por olhares objetificadores uma **consciência** trabalhando no sentido de processar as impressões vindas do mundo externo; e isso pode acontecer mesmo que estes olhares façam questão de ignorar as dimensões reflexividade, transcendência e agenciamento deste *self*. De qualquer forma, me parece que a decisão acerca destas dimensões serem ou não desenvolvidas, ou serem ou não publicamente ressaltadas, é cabida à “dona” deste suposto corpo-para-o-outro.

Entendo que o problema que Bourdieu ressalta neste estado de corpo-para-o-outro é algo muito semelhante ao problema que Simone de Beauvoir (1961) percebe no *estado de imanência*, uma vez que nos dois casos, *aparentemente*, não se é para si. Mas o que diferencia o ponto de vista beauvoariano é justamente a possibilidade de *saída* deste estado – ou de transcendência - até mesmo para as mulheres em situação de dominação. Ou seja, se esta dita percepção de corpo-para-o-outro parte do dominador, mas não ocorre, de fato, no íntimo do dominado, isto a torna muito menos nefasta. Ela passa a ser de fato problemática na medida em que este suposto corpo-para-o-outro se reconhece desta forma. Por isso mesmo, a autora acusava de má-fé as mulheres que não transcendiam quando reconheciam a

oportunidade de fazê-lo. O caminho para a transcendência se daria via reflexividade; dela derivaria um estado de “ser para si”, ou seja, de uma consciência agêntica capaz de suplantar coisas como a violência simbólica inconsciente apontada por Bourdieu (2007).

Então, com base no contraponto entre uma série de teorias, e na minha experiência cotidiana com mulheres que se preocupam com a beleza, me parece que duas possibilidades teóricas “tipicamente ideais”, no sentido weberiano do termo, podem ser aventadas: A primeira como uma beleza para si - por algum tipo de escolha consciente ou de prazer; e a segunda como uma beleza para o outro - apenas a reprodução de um valor feminino socialmente forte. Só que a realidade pode ser bastante mais complexa do que esta minha hipotética divisão analítica, e me parece razoável pensar até mesmo que estes dois estados podem ocorrer de maneira simultânea.

Para Adelman e Ruggi (2008), a função do cientista social está exatamente em compreender uma espécie de ambivalência que existe na estreita relação entre mulheres e beleza, uma vez que, mesmo existindo noções culturais patriarcais de feminilidade, como sugere a teoria feminista tradicional:

...nós também temos que considerar como e porquê as próprias mulheres parecem obter tanto prazer (como também consideráveis doses de angústia e frustração) através do investimento no corpo perfeito/perfectível. (ADELMAN & RUGGI, 2008, p. 559)

Seria uma incoerência se neste trabalho eu não levasse em consideração que toda a minha vida de convivência com mulheres me faz aventar determinadas possibilidades, desconsiderar e considerar uma série de teorias, e concordar plenamente com assertivas como esta supracitada. O que tenho observado ao longo do tempo, é que a beleza enquanto valor do feminino é capaz de causar nas mulheres tanto momentos de delicioso deleite, quanto de cruel frustração, podendo servir de válvula de escape ou de fonte de preocupação. Há uma ambigüidade intrínseca a esta relação que a torna bastante complexa de ser analisada, e a força que ela toma na nossa sociedade pode ser percebida nos números bem palpáveis da indústria da beleza ou nos índices acerca de transtornos alimentares, nos quais as mulheres representam 90% dos casos (fonte: ASTRAL- Associação Brasileira de Transtornos Alimentares, 2009).

O que venho observando (já que minha vida é um preâmbulo do meu campo) é que algumas mulheres podem sentir algo muito parecido com felicidade quando atingem uma “meta” corporal (no sentido de “meta de aparência”); por exemplo, se emagrecem os determinados quilos que gostariam. Da mesma forma, algumas mulheres sentem algo muito parecido com tristeza quando engordam outros determinados quilos. A intensidade com que várias delas vivenciam as variações que se dão (de forma pretendida ou não) em seus corpos é notável, e se isso se torna exageradamente intenso, a ponto de sugerir algum tipo de pulsão de morte, pode acabar servindo de aporte para doenças reais, como bulimia, anorexia, etc. Todavia, as estimativas apontam que apenas um por cento da população feminina mundial sofre destes transtornos (ASTRAL, 2009). Assim, mesmo que exista tal intensidade, na maioria dos casos, não chegamos a estes extremos. Daí o meu interesse em compreender sociologicamente esta intensidade que aparenta ser “moderada”, mas que é cotidiana e muito presente na vida de muitas mulheres. Já vi várias delas chorarem porque cortaram os cabelos, e outras renovarem a auto-estima graças a um cabelo “novo”. Ou renegarem a gravidez com muito mais medo das modificações corporais oriundas deste estado do que do peso da responsabilidade maternal.

Tive oportunidade de escutar a fala de uma professora universitária às voltas com o doutorado (antes mesmo de começar meu campo) acerca do fato de que ela estava começando a cogitar a possibilidade de que preferiria ser magra a ser doutora; o doutorado aumentava de tal maneira sua tensão que ela comia demais, engordava, e entristecia, num verdadeiro círculo depressivo. Diante disso, essa mulher aventou a possibilidade de que poderia tornar-se mais triste ou insatisfeita se não se sentisse acomodada no próprio corpo, do que se não obtivesse o tal título que tanto a exigia psíquica e fisicamente. Esse caso nos ilustra a dimensão de importância que a nossa forma corporal pode ter tanto na construção de nossa auto-estima, quanto no nosso equilíbrio mental. Assim, o valor disso pode ser de tal maneira intenso, que se torna capaz de desafiar a supremacia de outros valores igualmente fortes, como, por exemplo, o peso de uma titulação de doutorado para uma professora universitária.

Esses casos e falas aparentemente banais do cotidiano mostram que a aparência física tende a ter um grande peso na construção do *self* das mulheres, determinando uma série de escolhas em suas vidas, e desencadeando uma série de

sentimentos. Todavia, minha análise não seria completa se eu não levasse em consideração mais uma variável que está plenamente integrada ao problema da beleza e que o torna ainda mais interessante sociologicamente: a idéia de que beleza é futilidade. Se me utilizei do senso comum para mostrar a tradição do valor “beleza feminina”, devo atentar também para esta outra idéia que encontramos aí difusa e que fomenta sua ambigüidade enquanto valor.

A idéia de que seguir determinados padrões de beleza denota futilidade parece querer negar (para o bem ou para o mal) a força deste valor, o que na prática, não ocorre. Coexiste também a possibilidade de que a associação entre beleza e futilidade reflita antigos preconceitos machistas acerca da capacidade reflexiva feminina; ou seja, se é uma preocupação eminentemente feminina, então é fútil, haja vista nossa incapacidade psíquica de cultivar interesses “sólidos” ou “importantes”.

A coexistência destas duas idéias contraditórias (beleza como valor e beleza como futilidade) fomenta ainda mais a grande ambivalência da beleza na vida das mulheres, pois, simultaneamente à sua legitimidade, paira no seu em torno um ar de futilidade ou coisa vã. Sendo ao mesmo tempo valorizada e “fútil”, este caráter ambíguo torna a centralidade da beleza feminina um valor complexo de ser processado: tanto pode haver culpa quando se cede à sua suposta “futilidade”, quanto pode haver genuína tristeza quando não se entra em acordo com ele.

Assim, a intensidade da relação entre mulheres e beleza e sua dimensão ambivalente e ambígua me motivam a colocar uma série de questionamentos acerca das teorias sobre o assunto, uma vez que, ao tratar especificamente da questão dos padrões estéticos na vida das mulheres, tais teorias tendem a não levar em consideração estas particularidades. Normalmente elas *subestimam* ou *superestimam* a dimensão agêntica feminina nesta relação; em linhas bem gerais, ou a mulher é vítima de uma estrutura que impõe este valor, ou é dotada de total autonomia sobre seu corpo e sua aparência (basicamente, esse é o embate teorias feministas X teorias pós-feministas). Falaremos disso mais detalhadamente no próximo capítulo. Essa polarização teórica soa extremista diante de uma realidade tão complexa e, por isso, a minha preocupação em questionar qual é, de fato, a capacidade de agência feminina diante de valores reafirmados pela estrutura. O meu recorte se atém especificamente ao problema da beleza; todavia, eu acredito que a discussão agência estrutura, se utilizada através de uma ótica feminista, pode enriquecer muito vários debates sobre as questões de gênero.

1.3 A DISCUSSÃO AGÊNCIA-ESTRUTURA COMO ÓTICA PARA O PROBLEMA

Por chegar à conclusão de que a fragilidade sociológica das teorias que eu lia sobre o problema da beleza na vida das mulheres consistia no fato de que elas não levavam em consideração o funcionamento da agência feminina neste processo - posto que ele estava sempre *super* ou *sub-estimado* - procurei justamente por um caminho que me permitisse levá-lo em consideração. Assim, a saída que encontrei como cientista social para, ao mesmo tempo, tentar entender essa relação estreita, ambígua e ambivalente e transformá-la num problema sociológico teórico e empírico, foi enquadrá-la na discussão *agência- estrutura*.

Uma vez que, segundo me parece, estas duas instâncias do mundo social possam ser igualmente responsáveis pela reprodução da centralidade da beleza enquanto valor do feminino, acho por bem levar ambas em consideração. Muito embora este não seja seu foco, a discussão agência-estrutura gerou (e continua gerando) uma série de teorias que tentam informar como, e através de que, se constitui um *self*, e por isso sua pertinência para me ajudar a entender como um valor ambíguo pode ser processado pelos sujeitos. Entendo que uma ótica de compreensão que tenta esclarecer a formação do indivíduo associando seu poder de ação sobre o meio ao poder de ação do meio sobre ele, me permite analisar melhor de que maneira valores sociais podem (ou não) ser constitutivos ou influentes na construção de um *self*. Margaret Archer (2000) coloca o problema da seguinte maneira: "... como conceituar o agente humano como alguém que é parcialmente formado por sua socialidade, mas que também tem a capacidade de transformar parcialmente sua sociedade". (ARCHER, 2000, p. 51).

Falando especificamente no campo da Sociologia, a relação indivíduo-sociedade vem sendo pensada desde a institucionalização da mesma como prática científica legítima. Dentre os clássicos, Émile Durkheim chamou-nos a atenção para a força que a estrutura exercia sobre o agente, algo retomado pelas teorias pós-modernas; já Weber focou seus esforços na compreensão do sentido que os agentes, *per se*, atribuíam às suas ações.

Nas teorizações mais contemporâneas, muitos teóricos de síntese migraram da questão indivíduo/sociedade para o problema agência/estrutura, tentando mostrar

que, tanto o indivíduo quanto a sociedade exercem influências simultâneas e contínuas; Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Jurgen Habermas, entre outros, empreenderam seus esforços nesta tentativa.

Assim, ainda que esta seja uma discussão bastante consolidada na Sociologia, nunca tive acesso a nenhum material bibliográfico que levasse em consideração um caso *especificamente feminino* do “embate” agência-estrutura, o qual, creio eu, deve apresentar peculiaridades advindas de uma situação de opressão feminina que ocorre na maioria das sociedades contemporâneas, em maior ou menor grau. Daí, como fez a teoria feminista mais tradicional, é bastante lógico pensar na possibilidade de que essa opressão atinja o grau e/ou a forma de agenciamento das mulheres.

A nossa sociedade, por exemplo, continua calcada em valores patriarcais, uma vez que ainda não há uma equidade de poderes entre homens e mulheres no Brasil. As esferas engendradoras dos discursos que têm mais legitimidade social - a política, a religião e a ciência – ainda são formadas por uma maioria masculina, e, por isso, nossa percepção de que *a estrutura é predominantemente masculina*. Ou seja, a voz das mulheres nessas grandes estruturas de poder foi forçosamente calada durante séculos, o que gerou um desequilíbrio de representatividade feminina nessas esferas e permitiu a sedimentação de um sistema de vida fundamentalmente masculino. As conseqüências disso nos são perceptíveis na clara desigualdade de gênero que nós, mulheres, vivenciamos até hoje nas desvantagens da desigualdade salarial entre homens e mulheres, na falta de estrutura para as profissionais que têm filhos, etc.

Então, se olharmos a relação entre mulheres e beleza através do prisma agência-estrutura, levando em consideração o conceito de patriarcado, que dá conta de explicar a disparidade de poderes entre homens e mulheres, poderíamos aventar a idéia de *uma estrutura masculina, mediada por uma agência feminina*, o que atribui a esta discussão clássica uma peculiaridade que considero sociologicamente pertinente.

O conceito de patriarcado vem exatamente para nos dizer da força masculina na conformação e manutenção dessa estrutura igualmente masculina, e isso já é metade do caminho para compreensão da dimensão de gênero do problema agência-estrutura. Todavia, este conceito aponta apenas para o prejuízo que esta estrutura causa na agência feminina, e não dá conta de perceber e de explicar,

utilizando os termos beauvoarianos, como a agência feminina de “outro” pode agir nessa estrutura do “um”:

Nenhum sujeito se coloca imediata e espontaneamente como inessencial; não é o Outro que definindo-se como Outro define o Um; ele é posto como Outro pelo Um definindo-se como Um.” (BEAUVOIR, p.12, 1961)

Graças a minha convivência cotidiana com mulheres no decorrer da minha vida, eu tenho certeza que, de alguma forma elas agem, sim, mesmo que para isso tenham que se utilizar de negociações. A questão fundamental é analisar como esta agência é negociada diante da força da estrutura e qual o seu nível de alcance. Assim, ainda que conceito de violência simbólica de Bourdieu se aplique numa parte da realidade humana, existe outra parte desta realidade na qual ele simplesmente não faz sentido, pois, se tomássemos todos os oprimidos como pessoas 100% violentadas simbolicamente, provavelmente, estaríamos imersos numa sociedade sem conflitos, onde todos os valores estariam sedimentados, já que o discurso do opressor seria plenamente introjetado pelo oprimido. Contrariamente a esta estimativa tediosa, o que vemos no mundo real é uma constante disputa por espaços e poderes, e que, por ser uma disputa, implica necessariamente em ser agêntica. E na questão da beleza como valor do feminino, não é diferente.

Essa minha convivência com mulheres, e com mulheres intelectuais ao longo da vida acadêmica, me leva a acreditar na possibilidade de que o importar-se com a aparência, contrariamente ao que dizem as teorias feministas tradicionais¹², não implica necessariamente em perda de agenciamento, mas sim, em formas de negociação ativas. Como vemos na crítica de Wolf em *Fire With Fire* (1993), entre as falas deste modelo tradicional de feminismo e as práticas dos sujeitos reais há uma disparidade que é invisibilizada pela necessidade desta teoria de apontar apenas as formas de dominação que as mulheres sofrem. O que aponto é que, embora a centralidade da beleza na construção do feminino seja visível na nossa sociedade e que, por conta desta centralidade, muitas mulheres sintam-se oprimidas por não sentirem-se enquadradas no que elas julgam ser fisicamente atraente, existe uma dimensão de negociação com esta centralidade que este tipo de teoria não permite discutir.

¹² Termo utilizado por Sarah Gamble (1999) para designar as teorias da segunda onda do movimento, que tendem a focar suas atenções apenas na dimensão de vítima das mulheres.

Por sua vez, a teoria pós-feminista, de forma geral, toma as mulheres como indivíduos agênticos e auto-suficientes, não levando em consideração que pode haver uma “masculinidade” da estrutura capaz de produzir reflexos negativos na capacidade agêntica e/ou na auto-estima das mulheres. De qualquer forma, é extremamente complicado colocar todas as pós-feministas numa única definição, posto que há entre elas uma absoluta heterogeneidade teórica. Entre, por exemplo, Camille Paglia (apud Moraes, 1993), que acredita na total determinação da biologia na formação dos *se/ves* femininos (e na conseguinte superioridade masculina ao centrar suas identidades na cultura) e Susan Bordo (1997), que reconhece o corpo como um lugar prático de controle social, há um abismo de diferenças de percepção. Todavia, o fato é que, da mesma maneira que a teoria feminista, as teorias “pós” não questionam onde fica a agência feminina diante das questões sobre corpo e beleza.

A mídia e a publicidade, como apontado por Wolf (1992), são grandes responsáveis por um reflexo negativo nas mulheres. A idéia de que a mulher que se enquadra em determinados padrões estéticos é mais feliz ou mais satisfeita é constantemente reforçada nestas duas instâncias, haja vista ser esta a mensagem que vende todos os produtos e serviços que prometem embelezamento. Assim, os nossos corpos de mulheres “comuns” quase nunca¹³ são midiaticamente retratados como algo positivo, e, principalmente, como algo que já atingiu sua plenitude. Sempre poderemos estar mais satisfeitas, pois sempre existirá algo consumível capaz de “melhorar” a nossa aparência física e os nossos corpos – e isso quer dizer aproximá-los do tal padrão estético hegemônico.

Assim, mediante tudo o que foi dito até agora, para finalizar este tópico, pontuarei as percepções basilares que tentei trazer aqui e que dão margem às principais perguntas desta análise. São elas:

1) a beleza é um valor ambíguo tradicionalmente associado ao feminino; 2) esta beleza é normalmente mensurada através da aproximação de um padrão estético hegemônico; e 3) este valor é continuamente reforçado pela mídia, que transmite para as mulheres a mensagem constante de que seus corpos não são ideais (mas de que o ideal existe e é possível).

¹³ A Natura e a Dove já fizeram campanhas publicitárias onde, ao invés das modelos profissionais, mulheres “comuns” eram utilizadas como garotas-propaganda. Vale notar que as mulheres obesas não apareceram e que o número de brancas superava bastante o número de negras.

Estas três percepções servem para nos indicar porquê a relação entre mulheres e beleza assume o carácter de problema sociológico, e são elas que orientam os questionamentos fundamentais que serão aqui trabalhados. Como as interlocutoras que me darão as pistas de possíveis respostas serão as intelectuais, encerrarei esta seção listando as perguntas com as quais pretendo construir esta análise e, em seguida, passarei ao ponto de explicar o que me motiva escolher as intelectuais. Destarte, seguem as perguntas fundamentais:

1. Como é que as mulheres intelectuais processam este tipo de valor tradicional?
2. De que forma ele influi na construção de seus *selves*?
3. Qual é a dimensão de negociação nesta relação?
4. De que forma isto atua na construção da auto-estima feminina?

1.4 AS INTELECTUAIS, A BELEZA E A REFLEXIVIDADE

Como tentei mostrar na seção acima, nas sociedades ocidentais, a beleza é um valor central na definição de uma “identidade de mulher”. E o veículo desta beleza, o corpo, é objeto central da construção das identidades em geral e, no caso das categorizações de gênero, ele é exatamente o lugar cultural dos significados de cada uma delas.

Por outro lado, nem o corpo e nem a beleza são valores especialmente apreciados no meio intelectual, no qual o estudo, a dedicação, e, em alguns casos, a produtividade, figuram com muito mais importância. Contudo, todas as intelectuais, antes de sê-lo, foram meninas e continuam mulheres, o que implica que, em alguma medida, elas foram socializadas em uma tradição de gênero, com a qual convivem cotidianamente, e que envolve essa associação entre feminilidade, corpo e beleza. Mesmo sem apreciá-la ou concordar com ela, sofreram e sofrem seus impactos. Desta maneira, elas vivenciam simultaneamente a cobrança socialmente difusa destas duas identidades: a de “mulher” e a de “intelectual”¹⁴, as quais, a princípio, aparentam o cultivo de valores contraditórios.

Mas a realidade é muito mais complexa (e interessante) do que essa

¹⁴ Evidentemente, estes não são seus únicos papéis; elas ainda vivenciam outras experiências que contêm ideais já calcados pela tradição, como o de mãe, de esposa, de filha, de membro de movimento social, etc.

idealização de valores abstrata e engessada, e me interessa aqui exatamente apreender como esses sujeitos processam diariamente estes ideais supostamente traçados para eles, e de que forma (e se) isso influi na construção do *self* dessas pessoas, uma vez que, segundo Margaret Archer *a identidade pessoal é uma questão daquilo com o que nos importamos no mundo* (2001, p. 64).

Segundo Bourdieu (2007), a forma primeira de submissão das mulheres advém da divisão do trabalho e, neste sentido,

...uma das mudanças mais importantes na condição das mulheres e um dos fatores mais decisivos da transformação dessa condição é, sem sombra de dúvida, o aumento do acesso das jovens ao ensino secundário e superior. (BOURDIEU, 2007, pág. 108).

Sendo assim, a nossa opção pelas mulheres da universidade se funda no fato de que este grupo subverte duplamente o sistema patriarcal: em primeiro lugar, subvertendo o tipo de submissão feminina associada à ocupação de postos de trabalho considerados “inferiores”, uma vez que elas são treinadas tecnicamente para trabalhos reconhecidos como legitimamente importantes. Em segundo, na outra subversão operada pelas especificamente intelectuais, que diz respeito ao fato de que elas ocupam o lugar social fundamental, empoderador, e historicamente atribuído aos homens, da *produção de idéias*, desafiando o que Ilana Lowy chama de “imagem sexuada – masculina – da ciência”. (LOWY, 2009, p.43)

A definição de “intelectuais” pode ser utilizada à luz de diversos autores, e cada um deles comporta em seus conceitos aquelas características que julga pertinentes aos indivíduos assim classificáveis. Desde o principio desta dissertação, a minha idéia era buscar uma definição inclusiva do termo, por entender que o trabalho intelectual, ao longo da história, independentemente se “no campo” ou “no gabinete”, se orgânico ou não, vem promovendo (às vezes de forma indireta) mudanças e desnaturalizações de vários mitos sociais, como o que trabalho aqui. Segundo Hazel Rowley, para Simone de Beauvoir (pensamento compartilhado com Jean Paul Sartre) “sua tarefa como intelectuais era sondar sob as superfícies, examinar a experiência de uma forma crítica, desbançar mitos e transmitir verdades sem floreios aos seus leitores.” (ROWLEY, 2006, pág. 11-12)

Essa fala aponta para o que eu acredito ser, na terminologia weberiana, a “vocação” do intelectual. Contudo, objetiva e metodologicamente, o autor que me ajudou a esclarecer quem pode ser considerado intelectual e qual função social essa

classe exerce numa sociedade, foi Robert Brym, que apresenta uma definição bastante clara e “inclusiva” do termo:

Eu defino “intelectuais” independentemente de suas ligações sociais (ou falta delas) ou de suas tendências ideológicas. Eles(as) são pessoas que, em termos ocupacionais, estão envolvidas principalmente na produção de idéias (eruditos, artistas, jornalistas, performers das artes, cientistas, etc, como também estudantes em instituições pós-secundárias que são aprendizes destes papéis ocupacionais) (BRYM, S/D; minha tradução).

Assim, as “minhas” intelectuais não precisariam necessariamente de envolvimento direto em lutas pela igualdade, nem em questões políticas, nem de filiações irrevogáveis à correntes ideológicas; se o fizerem, tanto melhor. Mas apenas o fato de estarem envolvidas nessa dita “produção de idéias” satisfaz a minha condição, com base na conceituação de Brym. A partir deste conceito “democrático”, defini, então, como interlocutoras para a minha pesquisa, as profissionais cotidianas do intelecto: as docentes da Universidade Federal de Pernambuco (com as quais tenho tido oportunidade de conviver durante toda a minha experiência acadêmica).

Essa escolha foi feita no intuito de mostrar que a intelectualidade não é uma classe de pessoas de inteligência diferenciada, formada por seres cartesianos que separaram suas mentes de seus corpos, atendo-se apenas às necessidades das primeiras. São mulheres e homens num exercício de estudo constante, o que, de certa forma, lhes permite extrair da realidade percepções um pouco mais aprofundadas. Ainda assim, são pessoas que vivenciam da mesma forma todos os conflitos e influências que o meio social impinge a qualquer um na nossa sociedade, mas que, por conta da profissão, a partir do exercício do senso crítico - supostamente - possuem uma habilidade maior para perceber estas influências.

Em outras palavras, a minha escolha em trabalhar uma questão tão aparentemente “fútil” como a beleza, se funda na minha necessidade de questionar uma série de mitos sobre a sua estreita relação com as mulheres, e, especialmente, com a mulher intelectual:

O primeiro deles tem a ver com a própria idéia de que a preocupação com a beleza é vã ou fútil, na medida em que pretendo explorar como este aspecto permeia toda a construção da identidade de mulher na nossa sociedade, o que, de alguma maneira, deve interferir na construção dos *sel/ves* femininos.

Outra pretensão minha vai no sentido de desmontar a tal visão cartesiana que

o senso comum tem da intelectual, ou seja, de que uma mulher que se importa com a “mente” não pode simultaneamente se importar com o “corpo”, e que, por isso, as intelectuais seriam mulheres esteticamente desleixadas. Para tanto, mostro que a centralidade do corpo feminino é uma questão social cristalizada na nossa sociedade, e, independentemente do ramo escolhido pela profissional, atua sobre todas as mulheres.

Existe ainda um outro mito de que a intelectualidade é formada por uma classe de pessoas de inteligência diferenciada, que vivem numa eterna busca por conhecimento, deixando em segundo plano questões cotidianas de ordem imediata. O que tenho observado ao longo da minha convivência com essas mulheres, é que o grande desafio desta classe está justamente em conseguir dimensionar o seu tempo entre esta busca de conhecimento, que é sempre demorada e cansativa, e a vida pessoal de indivíduo comum, com direito a contas, família, e, porque não, salão de beleza.

Bourdieu (2007) acredita que processos de naturalização de valores, como, por exemplo, a estreita relação entre mulheres e beleza, se deve a um trabalho histórico incessante, posto que nenhum fato social é “natural” *per se*, de forma que todos os construtos da sociedade são culturalmente erigidos. Esta noção de sentido historicamente construído nos ajuda a aclarar tanto a centralidade do corpo quanto a associação beleza/feminilidade na formação das mulheres.

Por entender que, em grande medida, o trabalho do intelectual, principalmente aqueles da área de Humanas, é desnaturalizar e repensar mitos sociais como estes e que, para tanto, é necessário colocar as situações mais aparentemente cristalizadas como objeto da reflexão, presumo que o treinamento deste mecanismo de questionamento constante, que é condição *sine qua non* para a prática intelectual, “incrementa” a capacidade reflexiva pessoal, ou seja, de colocar-se *a si próprio* como objeto de reflexão.

Como foi dito no tópico acima, para Beauvoir (1961), a reflexividade era exatamente o caminho para que as mulheres abandonassem um estado de imanência que era negativo para a auto-estima e para a consciência feminina. A natureza do ser humano deveria ser a transcendência, o que implicava em ação. Contudo, nem os homens, mesmo sendo o “Um”, a tinham alcançado plenamente.

É Interessante notar como este conceito beauvoriano¹⁵ de *imanência* tem afinidades eletivas com a idéia dorsal do conceito bourdiano de *violência simbólica*, o qual, como vimos acima, pode se materializar, por exemplo, na idéia de um corpo-para-o-outro. Ambos os conceitos estão se referindo fundamentalmente à idéia de permanência num dado estado negativo. Assim, o conceito de violência simbólica aponta para uma espécie de imanência “cristalizada” nos oprimidos, que é de tal maneira introjetada que parece ser imutável. Por sua vez, ainda que Beauvoir aceite a possibilidade de imanência, ela nos dá uma saída para este estado não-agêntico e que deriva, primeiramente, da capacidade de reflexão que as pessoas têm sobre si mesmas e sobre o mundo, a qual as permite fazer escolhas de maneira consciente e, possivelmente, aproximar-se da tal natureza humana transcendente.

Desta forma, se a reflexividade é uma possibilidade do ser humano para a agência, a minha escolha de trabalhar com as mulheres diretamente envolvidas na produção de idéias, se fundamenta na possibilidade de que o exercício reflexivo constante exigido pela profissão permita que elas criem *outras idéias* tanto em relação à centralidade de seus corpos, quanto ao que deve ser considerado “belo” nos mesmos. Desta maneira, tornando-se menos vulneráveis aos mitos sociais e, especialmente, naqueles calcados nas tradições culturais de gênero, imagino que elas possam atuar de forma mais liberta em relação a eles. No caso específico da centralidade da beleza, suponho que possam **perceber** tanto a sua dimensão homogeneizante e/ou despótica, quanto uma suposta possibilidade de incremento da auto-estima que advêm do cuidado com a aparência. Assim, eu presumo que se a ambivalência e a ambigüidade deste valor passam a ser percebidas e desmistificadas, isto pode diminuir bastante a sua dimensão problemática.

¹⁵ Simone de Beauvoir toma os conceitos de imanência e transcendência da filosofia existencialista de Jean Paul Sartre, mas neste caso, estou me utilizando da obra da própria autora, *O Segundo Sexo* (1961), na qual ela utiliza tais conceitos.

CAPÍTULO DOIS

TEORIAS FEMINISTAS E PÓS-FEMINISTAS

Uma vez que o que pretendemos com as mulheres intelectuais é analisar a relação entre “beleza”, reflexividade e construção do *self* e que estes tópicos não necessariamente levam um ao outro, achei por bem dividir este capítulo em subtópicos, no intuito de tornar claras as fontes que me guiaram tanto na busca da minha pergunta sociológica, quanto na procura dos sinais que apontaram a minha hipótese.

2. O CORPO COMO ASSUNTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Nas ciências sociais em geral, por representar um elemento definidor de relações simbólicas e de poder, o tema “corpo” é objeto de um vasto leque de teorizações. Na esteira desta discussão, a presente dissertação intenta analisar a relação social entre “beleza” e mulheres e, visto que o corpo seja um dos principais veículos da beleza (se não o principal), parece-me pertinente iniciar a dimensão teórica do meu trabalho trazendo as teorias que sustentam esta assertiva de que o corpo é central na identidade e, *principalmente*, na identidade de mulher.

Por entender que essa estreiteza na relação entre corpos e mulheres tem uma série de implicações de gênero, escolhi trabalhar com as teorias feministas e não apenas com sociologia do corpo, pois esta última não focaria nestas implicações que eu considero muito pertinentes para a discussão. Assim, darei início com um marco teórico clássico que não levou em consideração a variável de gênero, apenas porque ele parece-me basilar para a produção analítica dos/as teóricos/as feministas que sustentam a minha própria análise e para ilustrar a necessidade de se levar em conta tal variável.

O ensaio de Marcel Mauss “As técnicas do corpo” (1934) é um dos pioneiros a apontar a relevância do tema e, tendo sido escrito há quase um século, nos indica como as marcas corporais vêm despertando reflexões teóricas há bastante tempo. Na minha pesquisa bibliográfica, pude observar que este ensaio é um clássico do assunto e ainda que “datado” em alguns aspectos, é lido por praticamente todos os

autores contemporâneos que trabalham a temática da questão corporal. No ensaio, o autor define logo de saída o que vêm a ser as tais *técnicas do corpo*: “Entendo por essa expressão as maneiras pelas quais os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo”. (MAUSS, 2003, pág. 401)

Os problemas com o texto surgem logo de início, pois a substituição do termo “humanidade” pelo termo “homens” indica um viés patriarcal de percepção¹⁶, que se repetirá ao longo da obra, como veremos aqui.

O autor acreditava que era possível construir uma teoria da técnica do corpo mediante um estudo, exposição ou descrição dessas tais *técnicas*. Ou seja, o nadar, o andar, o sentar-se e até mesmo o falar, representavam mais sobre o ser humano particular do que apenas suas idiossincrasias. A partir, então da observação de determinadas técnicas do corpo, poderíamos depreender, por exemplo, se uma mocinha fora criada num convento ou se uma criança era inglesa, graças ao andar de mãos fechadas da primeira e do sentar-se com as mãos nos joelhos da segunda. De raciocínios como estes, deriva a noção de natureza social do *habitus* - como podemos ver em Mauss ou em Pierre Bourdieu - conceito que fala das regras sociais, que, exprimidas na corporeidade, mostram a tradição/cultura de um lugar ou de um povo. Mauss considerou que essas técnicas do corpo não eram as mesmas para todos, variando de acordo com idade e sexo:

“O homem fecha normalmente o punho com o polegar para fora, a mulher com o polegar para dentro; talvez porque ela não foi educada para isso, mas estou certo de que, se a educassem, ela teria dificuldades. O soco, o arremesso do golpe, na mulher, são frouxos...” (MAUSS, 2007, p. 409)

Sem deixar de lado que alguns dos apontamentos teóricos do ensaio são pertinentes para a nossa temática, podemos claramente ver no trecho acima que suas análises eram fundamentalmente marcadas por uma visão patriarcal dos corpos e por uma maneira androcêntrica de fazer ciência. Devido a este viés de percepção, muito de sua produção não me serve como referencial teórico. Por outro lado este viés serve para mostrar como o princípio da produção científica voltada a temáticas corporais foi marcadamente patriarcal, o que fundamentou as críticas

¹⁶ Sendo esta dissertação comprometida com as críticas feministas acerca da invisibilidade das mulheres no discurso científico, me sinto obrigada a ressaltar que a terminologia de Mauss implica no problema da cegueira da variável de gênero. De qualquer forma, por entender que o sentido que o autor gostaria de dar era mais abrangente do que denota sua escrita, incluo formalmente as mulheres nesta definição das técnicas.

feministas em relação a esse modelo. Além disso, no trecho supracitado, por exemplo, é perceptível que em nenhum momento o autor mostra a base dos seus “pressupostos” teóricos e/ou empíricos, o que seria necessário para tornar essa sentença minimamente refutável e, portanto, minimamente científica. No caso, ainda que ele afirme a existência de uma diferença nas técnicas “causada” pelo sexo, ficam “no ar” questionamentos básicos: Que bases sustentam a afirmação de que o soco feminino era mais frouxo? Quais são os indicadores empíricos dessa “fraqueza”? Porque o soco feminino seria mais frouxo do que o masculino? É uma questão biológica ou social? Na continuação do trecho, o autor ainda frisa que quaisquer “aprofundamentos” acerca destas “diferenças” deveriam ser feitos pelos seus *amigos psicólogos* (p. 409).

Desde a publicação das *Técnicas*, as teorias sobre corpos e, especialmente, sobre corpos de mulheres, felizmente, se desenvolveram muito, atingindo um nível analítico e argumentativo bastante diferente daquele apresentado por Mauss. A partir do seminal “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir (1949), vieram várias teorias. Betty Friedan publicou, em 1963, *A Mística Feminina*, nos falando do “mal-estar sem nome” e do vazio existencial dos salões de beleza e supermercados. Em 1970, publicam Germaine Greer (*The Female Eunuch*) e Shulamith Firestone (*A Dialética do Sexo*), ambas envolvidas no famoso movimento político de 1968 que convocou as mulheres para a emblemática “queima” de sutiãs¹⁷. Já na década de 1990, Naomi Wolf lança o feminista *O Mito da Beleza* (1991) e ensaia um pós-feminismo em *Fire with Fire* (1993). Mesmo entre os homens, Pierre Bourdieu com o seu *A Dominação Masculina* (1998) propõe análises interessantes acerca da situação feminina. Entre muitas outras (e alguns outros) autores, estas obras colocaram mais ou menos criticamente a questão da dominação e objetificação do corpo feminino.

Além destas, as teorias pós-feministas emergem também na década de 1990, buscando outros prismas de análise para o entendimento da relação entre corpos e poder nas mulheres. Tanto as feministas quanto as pós-feministas são basilares para a construção desta dissertação e, por isso, minha necessidade de trazer aqui alguns dos principais pontos de vista destas teorias.

¹⁷ Na verdade, houve o protesto, sim, nos EUA, em Atlantic City, contra o concurso Miss America, onde objetos considerados de “tortura” como cílios postiços, laquês e sapatos de salto foram empilhados, simbolizando o repúdio que as manifestantes sentiam em relação a eles. Todavia, a queima propriamente dita destes objetos nunca ocorreu de fato. (CAVALCANTE, 2008)

2.1 AS TEORIAS FEMINISTAS E PÓS-FEMINISTAS

Aproximadamente 25 anos depois do ensaio de Mauss, Simone de Beauvoir, em 1949, no igualmente clássico (e feminista) *O Segundo Sexo*, deu a primeira voz feminina às teorias sobre o nosso corpo. Sua principal preocupação consistia no grau de importância atribuída ao corpo na determinação de uma suposta essência do “ser mulher”. A autora entendia que na humanidade, o fato de ter/ser um corpo “fêmea” determinava profundamente todo o destino de um indivíduo. Assim, Beauvoir observava que as mulheres viviam, de certa forma, como escravas da procriação da nossa espécie. Haja vista ocorrerem em seus corpos os processos da maternidade e da amamentação, a autora chama a atenção para a dimensão de autonomia perdida nestes processos, tanto sobre os próprios corpos, quanto, por conseguinte, sobre as vidas dessas mães.

Sua percepção é que de que do fato biológico de que gravidez e amamentação ocorrem nas mulheres, decorreu o fato social de que todos os cuidados com as crianças deveriam ser atribuídos a estas geradoras, o que lhes roubava tempo, liberdade e autonomia. Assim, culturalmente, a construção que se erigiu, fundamentada nesse fato biológico, foi a centralidade do papel de mãe na definição da identidade feminina. As mães tornam-se responsáveis não apenas pela geração biológica, mas pela manutenção e reprodução da vida, o que passa a ser socialmente reconhecido como “naturalmente” feminino. A idéia de um instinto materno se cristaliza e a maternidade apresenta-se como a realidade *possível, apropriada e natural* das mulheres.

A partir da crítica em relação a essa “função reprodutora da mulher”, a autora ressalta, então, que nossos corpos não são suficientes para nos definir e que, embora as mulheres possam ser mães - algo construído socialmente e impregnado de biologização - as mulheres são tão “mente” quanto qualquer homem. Isso quer dizer que processos reflexivos se dão em seus espíritos de maneira análoga a estes: “... o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir.”(BEAUVOIR, 1961, pág. 57).

Ou seja, a maternidade *per se* não bastaria para que as mulheres atingissem sua plenitude enquanto seres humanos; a transcendência, característica particular e devir da humanidade, era a fonte desta plenitude. Só que, na maior parte do tempo, as condições objetivas de vida das mulheres as conduziam para um estado de imanência, ou seja, um estado de não-agência, de não-autonomia. Como foi dito no primeiro capítulo, para Beauvoir, a transcendência apenas seria alcançada a partir do exercício constante da reflexividade, e isso era algo culturalmente desencorajado para mulheres.

Beauvoir passa toda sua vida tentando subverter esta realidade para si mesma e, mesmo sofrendo uma série de preconceitos diante de suas escolhas pouco ortodoxas, sua voz crítica encontrou ecos em vários países, principalmente na Europa. Suas posturas críticas em relação ao casamento e a maternidade abriram precedentes para várias desnaturalizações. Hoje, 60 anos depois do *Segundo Sexo*, estas fronteiras já se expandiram e sua obra é conhecida no mundo todo. A atualidade de seus questionamentos continua notável e perspectivas como a da maternidade “compulsória” ou do embate “imanência X transcendência” continuam claramente visíveis na nossa sociedade. Principalmente nas sociedades periféricas, onde a pobreza se alia à falta de informação, várias das noções patriarcais de feminilidade continuam naturalizadas e difusas no senso comum, como o suposto “instinto materno”.

A autora afirmava que a “feminização” das crianças do sexo feminino se dava a partir do ensino destas características supostamente “femininas”, as quais, a partir de uma tradição cultural, tornavam-se naturalizadas. Assim, ela ressaltava que a mera “posse” de um aparelho reprodutor feminino não implicaria, *per se*, que todos “indivíduos fêmeas” apresentassem feminilidade traduzida, por exemplo, em instinto materno.

A partir de então, da idéia de que a feminilidade era culturalmente erigida e não uma certeza fundamentada em um conjunto de características biológicas, e, muito embora não tenha cunhado o termo, Simone de Beauvoir tornou visíveis todas as variáveis que levaram os estudos feministas ao conceito de *gênero*. Ou seja, da construção social do gênero do indivíduo embasada no seu sexo biológico. Esta conclusão foi o ponto de partida para todas as teorias que viriam a surgir sobre o assunto e, talvez, seja o único ponto de acordo entre todas elas.

Estas teorias de gênero e/ou feministas que serão produzidas após Beauvoir nos trazem, hoje em dia, o melhor aparato para pensarmos questões como as desta dissertação, que tematizam qualquer coisa em relação aos “corpos de mulheres”. Ainda que a vanguardista francesa tenha dado o pontapé inicial, tal assunto só passa a ser um objeto real de teorização a partir da sedimentação do próprio movimento feminista, especialmente a partir da chamada “segunda onda”¹⁸ do movimento, que vai aproximadamente de 1960 até 1980, a cujas autoras se deve a legitimação desta discussão enquanto assunto acadêmico. Ou seja, a “visibilização” do corpo das mulheres enquanto objeto de estudo (principalmente no Brasil), em relação a outros objetos da ciência, pode ser considerada bastante recente.

Com base no conceito de gênero, críticas foram construídas a partir da idéia de que as desigualdades de poder entre os gêneros sustentam uma dominação masculina amparada na instituição do patriarcado, a qual atingia tanto as mentes quanto os corpos das mulheres oprimidas. Especificamente acerca da dominação dos corpos, a partir dos trabalhos de algumas das autoras dessa segunda onda (Greer, Firestone, Millet, etc), as feministas sedimentaram o lema “nosso corpo nos pertence” e, combinando teoria e atividade política, colocaram os estudos feministas - especialmente sobre corpos de mulheres - num patamar de respeitabilidade e de alcance que nunca houvera antes.

Uma dessas autoras, Germaine Greer, escreve em 1970 “O Eunuco Feminino”, criticando como os corpos das mulheres eram desconhecidos por elas próprias, graças à obliteração causada pela dominação masculina. Observou, por exemplo, que as estruturas ósseas e musculares femininas eram, em larga medida, definidas pela posição social das mulheres. Uma vez que os trabalhos que lhes eram socialmente atribuídos historicamente exigiam um uso menos intenso dos músculos, isso diferenciava o desenvolvimento do corpo feminino das proporções masculinas. Além disso, espartilhos e saltos, símbolos da identidade feminina, eram capazes de deformar seus corpos, produzindo, por exemplo, cinturas mais finas ou nádegas mais “arrebidadas”. Greer conclui, então, que entre homens e mulheres, várias das diferenças corporais tidas como biológicas são, na verdade, construídas social e historicamente e que enquanto “whenever we treat women’s bodies as aesthetic

¹⁸ a “primeira onda” (final do século XIX até aproximadamente 1930) priorizava discussões em relação ao direito à propriedade, ao voto e ao casamento não arranjado.

objects without function we deform them and their owners” (GREER, 1999, pág. 41)¹⁹.

Além disso, a autora traz o enorme problema gerado pelo fato de que a prática científica, especialmente a medicina, tenha sido historicamente concedida exclusivamente aos homens, inclusive nos estudos sobre os corpos das mulheres. A ignorância advinda do impedimento de se usar os corpos femininos como objeto de estudo deturpou realidades e sedimentou uma série de mitos nefastos acerca destes corpos. Esse impedimento costumava ser baseado na santificação de um suposto corpo maternal ou na demonização de um corpo que despertava desejos sexuais e taras, o que os levou a serem deixados de lado pelo estudo científico empírico. Os supostos “estudos médicos” eram muito mais conjecturas do que prática científica e geravam diagnósticos que podiam concluir que o útero era causador de uma série de doenças, ou de que, ao contrário da frigidez sexual masculina [*sic*], a frigidez feminina era normal, resultante de uma “má-sorte” congênita.

Mitos como estes influenciavam diretamente nos prognósticos que os médicos passavam para os pais, maridos e parentes de suas pacientes e o resultado dessa propagação de inverdades foi a construção de uma percepção social enviesada acerca das características da psique e da estrutura física feminina. A histeria, por exemplo, era atribuída exclusivamente às mulheres e servia de resposta a mais variada gama de mal-estares. Por falta de estudos sérios, vários desses “mal-estares femininos” eram absolutos desconhecidos dos “profissionais” da saúde. Como eles precisavam de respostas às inquietações de suas pacientes e suas famílias - isso sem nunca terem feito as perguntas que poderiam levar a alguma resposta - a histeria serviu como disfarce para esta inconsistência durante um bom tempo.

No capítulo final de sua obra, intitulado “Revolution”, Greer constrói um verdadeiro guia para a liberação feminina, pontuando qual deve ser a postura das mulheres em relação a temáticas como casamento, maternidade e corpo. Fazendo eco à voz de Beauvoir, a autora desacredita em absoluto o casamento, principalmente, o casamento que termina em maternidade: “... a woman who seeks liberation ought not to marry.” (GREER, p. 360)²⁰ Na esteira da crítica da francesa,

¹⁹ Enquanto nós tratarmos os corpos das mulheres como objetos estéticos sem função, estaremos deformando eles e suas donas. (minha tradução)

²⁰ “... uma mulher que busca liberação deve não casar.” (minha tradução)

Greer aponta que as mulheres são socializadas para casar, procriar, admirar a violência tipicamente masculina e crer que as crianças são sua responsabilidade exclusiva. Tudo isso seria um bloqueio para as possibilidades de autonomia. Além do abandono desta dimensão “doméstica”, a autora sugere também que nos livremos de cabeleireiros, modas e cosméticos que pretendam nos transformar em algo que não somos realmente: “The women who dare not go out without their false eyelashes are in serious psychic trouble” (GREER, p. 365)²¹

Decorridos 20 anos desta fala de Greer, na década de 1990, Naomi Wolf continua uma linha crítica e polêmica acerca do problema específico dos corpos das mulheres. O problema principal de Wolf diz respeito ao que ela chamou de *mito da beleza*. Este mito se instalava silenciosamente nas psiques femininas, institucionalizando a beleza física como o valor feminino mais importante.

Assim, embora em 20 anos o problema sobre a parte “operacional” dos corpos femininos apontado por Greer já estivesse bastante menor, por conta do desenvolvimento da medicina e da própria incursão de mulheres a este ramo, a autonomia feminina sobre seus corpos ainda era um problema.

O *mito da beleza* foi explicado por Wolf como uma forma de controlar as mulheres, tendo sido desenvolvido por um patriarcado “ameaçado” pela crescente autonomia feminina. Segundo ela, as mulheres introjetavam a idéia de que a beleza física era absolutamente necessária para a felicidade, e, mediante isso, gastavam boa parte de sua renda comprando aparatos capazes de melhorar suas imagens, boa parte de seu tempo se dedicando a esse fim e boa parte de sua saúde tentando enquadrar-se em parâmetros de beleza pré-definidos. Segundo Wolf, além de dinheiro, tempo e saúde, o que realmente se esvaía - e isso era problemático - era a autonomia das mulheres. Seu texto não pode ser propriamente classificado como acadêmico-científico, tendo, na verdade, uma escrita um pouco jornalística; ainda assim, acredito que sua tese central merece atenção.

A partir destas três teorias (Beauvoir, Greer e Wolf) podemos vislumbrar como a centralidade do corpo feminino vem sendo problematizada pelas autoras das mais diversas gerações, reconhecendo quão fecundas foram suas discussões e quão atuais continuam várias de suas perguntas e críticas. Essa segunda fase do movimento é por vezes caricaturada, visto que algumas de suas autoras tenham

²¹ “As mulheres que não ousam sair sem os seus cílios falsos tem sérios problemas psíquicos” (minha tradução)

assumido posicionamentos políticos extremistas, como Shulamith Firestone, que enxergou nos homens a escória da humanidade e atribuiu a eles a total responsabilidade pela condição de opressão feminina.

Todavia, torno a sublinhar sua fertilidade tanto em termos da produção teórica, quanto da luta política e reconhecimento que autoras como estas permitiram tanto a legitimação acadêmica da discussão sobre mulheres, corpos e autonomia, quanto a conquista de uma série de direitos de igualdade para elas. Graças à qualidade do material produzido nessa fase, contemporaneamente, muitos autores ainda compartilham de várias análises, o que nos permite observar uma interposição teórica bastante dinâmica entre teorias feministas de segunda onda, teorias contemporâneas e teorias pós-feministas.

Pierre Bourdieu, sociólogo francês, em 1998 (ano da primeira edição), retoma o problema dos corpos femininos em *A Dominação Masculina*, apontando para o fato de que a mulher carrega/é um *corpo-para-o-outro*, constantemente sujeito a fortes julgamentos externos. Seu ponto de vista, ainda que date já do final da década de 1990, poderia coerentemente ser atribuído às pensadoras da segunda onda. Isso nos leva a pensar que a divisão usualmente feita na academia entre teorias de segunda onda e teorias pós-feministas tem muito mais a ver com a percepção que autores têm das questões, do que com quaisquer dimensões cronológicas. Segundo o autor:

Tendo necessidade do olhar do outro para se constituírem, elas (as mulheres) estão continuamente orientadas em sua prática pela avaliação antecipada do apreço que sua aparência corporal e sua maneira de portar o corpo e exibi-lo poderão receber. (BOURDIEU, 2007, pág. 83)

Observando dados empíricos da realidade, por exemplo, sobre transtornos alimentares, dentre aqueles que sofrem de anorexia, a razão de mulheres para homens é de nove para um (ASTRAL²², 2009). Assim, concluímos que pontos de vista como o de Bourdieu - e de Greer (1970) e de Wolf (1992) - não podem simplesmente ser ignorados, pois fazem sentido, sim, para uma parcela da realidade.

Mas, a questão que nenhuma destas teorias me respondia é exatamente sobre a suposta “outra” parcela: existem mulheres que não se enxergam como estes

²² Associação Brasileira de Transtornos Alimentares

corpos-para-o-outro? Ou que não cultivam a beleza como valor último? Ou que não se sentem escravas da maternidade? Em que situações isso ocorre? Como elas se desvencilham dos mitos sociais?

E, mesmo nessa outra parcela da realidade, em que momentos sentimentos como este de corpo-para-o-outro podem insistir em aparecer? Como lidar com expectativas como estas?

Penso que muitas mulheres, ao longo de seus processos de reflexão, tornam-se cômicas desta *“avaliação antecipada do apreço que sua aparência corporal e sua maneira de portar o corpo e exibi-lo”* (BOURDIEU, 2007). Na medida em que isto acontece, negociam e jogam com muita destreza tal situação, no sentido de hierarquizar e dimensionar quais comentários e avaliações realmente lhes interessam e quais comentadores e avaliadores devem ser realmente levados em consideração. Isto é uma percepção pessoal, baseada em empiria cotidiana, todavia, foi exatamente ela que me levou a questionar todas as teorias supracitadas - que foram as primeiras teorias feministas sobre o assunto com as quais eu tive em contato.

Diante da incapacidade das teorias de segunda onda de darem conta da forma como as mulheres avaliam e internalizam os valores relacionados à aparência de seus corpos, ou seja, de considerarem a possibilidade de que as mulheres tenham algum tipo de agência neste processo, procurei também no pós-feminismo algum/a autor/a que me dissesse o que era feito da agência feminina enquanto a estrutura (supostamente) obliterava esta agência.

Segundo Sarah Gamble (1999), a própria definição do termo “pós-feminismo” já está associada a uma série de contradições. Primeiramente, as autoras consideradas como tais, não têm quase nada em comum umas com as outras e, como seu vizinho semântico “pós-modernismo”, que já havia sido definido como uma “coisa amorfa”, o pós-feminismo seria, na verdade, uma terminologia vazia. Além disso, esta caracterização normalmente era atribuída por terceiros, ou seja, as próprias autoras não necessariamente se reconhecem como tal. Apesar disso, Gamble nos traz que, se falarmos muitíssimo amplamente, poderíamos considerar que as principais discussões desta “tradição” teórica tratariam de temas como vitimização, responsabilidade e autonomia – todos importantes para as questões que trato aqui.

A partir deste eixo, epistemologicamente falando, esta “corrente” nos traria que as mulheres são seres capazes de agência, e que por isso mesmo, têm autonomia suficiente para controlar suas vidas como melhor lhes aprouver, da mesma forma que têm alguma responsabilidade na manutenção de situações de opressão. Esta visão, ainda que aqui esteja delineada de forma muito geral, incomodou profundamente algumas feministas tradicionais, que não reconheceram o feminismo destas teorias, considerando-as como anti-feministas. Por outro lado, satisfez muitas mulheres “comuns” que não se enxergavam como aqueles sujeitos vitimizados das teorias tradicionais.

A própria Naomi Wolf publica em 1993 *Fire with Fire*, obra na qual critica o fato de que há um descompasso entre a compreensão geral do que é feminismo e aquilo que as teóricas da área definem como tal. Para a autora, no meio social não-acadêmico, o feminismo é visto como algo tolhedor e sobrecarregado ideologicamente (ainda fortemente associado às idéias feministas da segunda onda) e isso resulta numa espécie de “êxodo” de mulheres do próprio movimento. Sua percepção é de que elas não reconhecem o ideal de autonomia construído por estas teorias como aquele que anseiam para si mesmas. Ou seja, para Wolf, o feminismo “tradicional” não responde mais aos anseios da mulher contemporânea, necessitando de uma revisão conceitual e epistemológica, uma vez que deixou de ser percebido pelo próprio *sujeito* do movimento como uma via de incremento para sua autonomia.

Uma das respostas objetivas do movimento a esta incompatibilidade de ideais entre um sujeito-mulher teórico e as aspirações das mulheres reais, é a crescente faccionalização do movimento. Ou seja, críticas como esta, ao invés de levarem o feminismo a sucumbir, vêm alimentando o surgimento de grupos feministas específicos, como, por exemplo, feministas negras, feministas lésbicas, feministas do cone sul, etc.

Fatos como este mostram que há um dinamismo e uma pluralidade crescentes dentro do próprio movimento, uma ânsia por novos paradigmas, uma tensão gerada pela relação teoria/empíria. Desta forma, certas teorias, por mais seminais ou analiticamente bem construídas que sejam, não explicam a realidade de certos sujeitos e isto precisa ser encarado pelas teóricas contemporâneas.

Katie Roiphe (1993) e Rene Denfeld (1995) apontaram para a referida *vitimização* das mulheres nas teorias feministas. Ambas observam que a idéia de um

sistema patriarcal “todo-poderoso” (*all-powerful*) e de um sujeito teórico vitimizado, que não tem capacidade agêntica e, portanto, de resistência contra este sistema, não corresponde à situação real das mulheres. Segundo Denfeld: “While woman move ahead in their lives – with the tenets of equality entrenched firmly in their hearts - the women’s movement itself has stalled.” (DENFELD apud GAMBLE, 1999, p. 47)²³

O termo “vitimização” define exatamente o sentimento que me perpassava em algumas passagens e conclusões da teoria feminista tradicional, como, por exemplo, o conceito de *corpo-para-o-outro*. Assim, ainda que genuinamente preocupada com vários déficits na situação da mulher em relação à situação do homem e apontando para uma série de opressões que as mulheres de fato sofrem, tais teorias, normalmente, não permitem abrir um espaço para a compreensão das situações que contradizem, mesmo que parcialmente, estas opressões e déficits.

Linda Hutcheon (2002), aponta que no feminismo tradicional o conceito de patriarcado assume proporções de uma metanarrativa e que isso apresentaria tanto uma “vantagem” quanto uma “desvantagem”: a primeira reside no fato de que o reconhecimento do patriarcado enquanto “verdade” que se sobrepõem a todas as outras “verdades” consente a eleição de uma espécie de “inimigo comum”, permitindo ao movimento continuar sendo um movimento contra algo, onde as pessoas podem reconhecer o “nós” e o “eles”. Por outro lado, a desvantagem diz respeito ao fato de que atribuir todos os problemas de desigualdade das mulheres a uma causa única e muito maior do que elas próprias, “cega” a percepção para outras causas, talvez menores, mas que somadas, podem ter um potencial igualmente nefasto. Assim, a autora aponta que a posição de defesa constante que as feministas vêm assumindo é contraproducente para o enfrentamento dessa situação de desigualdade: “It seems to me that... women are often in the position of defining themselves AGAINST a dominant culture or discourse.” (HUTCHEON, SN)²⁴

De qualquer forma, mesmo atentas à falha que as feministas de segunda onda têm em não reconhecer a agência feminina, as pós-feministas também não nos trazem explicação sobre os mecanismos desta agência. No outro extremo, elas

²³ Enquanto as mulheres seguiram adiante nas suas vidas – com os princípios da igualdade firmemente entrenchados em seus corações – o movimento de mulheres, ele próprio, parou. (minha tradução)

²⁴ “Parece- me que... as mulheres estão sempre na posição de definirem elas próprias CONTRA uma cultura ou discurso dominante. (minha tradução)

assumem o poder agêntico como um tanto óbvio e de grande alcance, o que lhes permite atribuir às mulheres algumas responsabilidades, culpas e saídas as quais, talvez, não tenhamos capacidade de, na prática, assumirmos individualmente. Além disso, a maioria das autoras expoentes desta “corrente” ignoram o que eu considero aqui como a “masculinidade” da estrutura, ou seja, se fiam na convicção de que não existem mais mecanismos de dominação masculina e que as mulheres podem se autodeterminar. Katie Roiphe (apud Gamble, 1999), por exemplo, critica o sujeito construído pelo movimento feminista tradicional, entendendo que a mulher sugerida por ele é temerosa, incapaz de agência, frágil e suscetível à violência masculina. Ou seja, que ela não se auto-determina. Pela autora, um novo feminismo deve levar em conta que as mulheres não são tão vulneráveis e que contam com capacidades de reação e resistência.

Já Camille Paglia, considerada por alguns como um expoente da teoria pós-feminista, afirma que as mulheres têm uma força agêntica, mas considera que esta é desregulada e “indomável” e por isso mesmo, presume que os homens tiveram um papel fundamental na emergência da civilização. Segundo ela, caso tivessem sido as mulheres as responsáveis por esta dita civilização, nunca teríamos chegado ao nível de desenvolvimento que temos hoje. Uma vez que ela entende o mundo através de uma ótica associativa muito parecida com aquela criticada por Ortner em 1979 – *a mulher está para a natureza como o homem para a cultura* – Paglia acredita que somos dotadas de uma dada “força brutal e pagã” que desorganiza o mundo (PAGLIA apud MORAES, 1992). Por isso a necessidade de homens no seu controle para a manutenção da ordem.

É curioso como a autora reconhece a capacidade agêntica feminina - o que é renovador em relação à teoria feminista tradicional – mas, imediatamente, afirma que esta agência é desorganizada e malévola, o que é extremamente retrógrado, remetendo-nos ao *Martelo das Feiticeiras* (1487)! Destarte, trago Paglia aqui apenas para mostrar o nível de heterogeneidade do material rotulado como teoria pós-feminista. Se considerarmos que esta tradição existe, é preciso que sejamos muito claros e cautelosos ao utilizá-la, sob pena de sermos remetido a pontos de vista como o de Paglia.

Por vezes tachados de “revoluções teóricas”, na verdade, os escritos de algumas autoras da dita teoria pós-feminista parecem ignorar completamente a condição estrutural opressora que age sobre as mulheres. No meu entender, ainda

que essa (suposta) tradição pós-feminista tenha grandes contribuições a dar - no sentido de que ela reclama agência e autonomia para as mulheres - sua fragilidade reside na desmedida heterogeneidade de suas produções e na incapacidade de reconhecer a força de uma estrutura predominantemente masculina.

2.2 O PROBLEMA DA AGÊNCIA FEMININA SOBRE O CORPO

Excetuando Mauss, todos os autores supracitados neste capítulo (e há ainda muitos mais) nos colocam como o corpo da mulher ocupa historicamente uma posição central na própria definição do que é ser mulher e como ele é modificado a partir desta definição, trazendo para elas várias implicações. Só que, de modo geral, nenhuma destas teorias nos explica de maneira coerente o que é feito do poder agêntico feminino nestes processos.

Nenhum destes autores discute a possibilidade de que *o corpo de uma mulher é inalienável da sua própria consciência*. Em outros termos: não existe um indivíduo que não tenha/seja um corpo e uma consciência. Assim, mesmo em situações de opressão, todas as mulheres têm uma mínima consciência sobre o que pretendem para si mesmas e, portanto, para seus corpos; se querem fugir ou se querem ficar, por exemplo.

O que quero ressaltar, enfim, é que **o corpo da mulher é a mulher** e na medida em que ela assume determinado curso de ação para si, o está assumindo através de seu corpo. Por mais subjugado ou fisicamente danificado que este corpo esteja, não existe indivíduo sem corpo, portanto, ser uma pessoa implica, necessariamente, em ser um corpo. **Falando do nível de agência das mulheres sobre seus corpos, estamos falando do nível de agência sobre si mesmas**. Ou seja, falamos, então, da possibilidade de haver uma margem de autonomia feminina que pode ser mantida mesmo em situações onde esta autonomia é constantemente ameaçada ou fragilizada (mesmo que tal margem seja pequena ou que tal autonomia seja negociada).

Sobre isso, é preciso considerar que Archer nos fala dos poderes causais que a estrutura pode exercer sobre os agentes, por meio daquilo que ela chamou de “restrições e capacitações” (2003). Isso quer dizer que na realidade podem haver limites para o nível agêntico das pessoas, independentemente de suas vontades. De

toda forma, o que intento mostrar aqui é que, mesmo em situações onde determinado curso de ação não seja possível, isso não implica necessariamente que uma dada pessoa se tornará não-agêntica ou pouco agêntica, mas, sim, que sua agência pode ter sido impedida ou minimizada por fatores alheios à sua vontade.

Voltando aos dados empíricos do primeiro capítulo, tomaremos agora um caso como exemplar e, para ajudar o leitor a entender onde está o nosso problema, efetuiremos um exercício contrafactual: foi dito, por exemplo, que segundo pesquisa Datafolha (FOLHA DE SÃO PAULO, 2009), 88% da clientela que se utiliza da cirurgia plástica é do sexo feminino. Esse percentual poderia ser interpretado de várias formas, mas vou torná-las extremas aqui para fins de esclarecimento do problema. Então: se lido através da ótica teórica feminista, este índice, provavelmente, seria entendido como um claro indicador da submissão do corpo feminino, resultado do fenômeno *corpo-para-o-outro* ou do *mito da beleza*. Por outro lado, se lido através de uma ótica teórica pós-feminista, provavelmente, este número poderia ser interpretado como indicador de que as mulheres estão mais livres para modelarem seus corpos conforme lhes aprouver, de que o *girl power*²⁵ permite esta liberdade e que, portanto, isso pode demonstrar que as mulheres têm mais desenvoltura para modificar seus corpos. Em suma, o que intento mostrar com essas duas leituras hipotéticas é que o que vemos acerca da discussão teórica sobre mulheres e corpos é um verdadeiro embate “hipo-agência” X “hiper-agência”, o qual, por vezes, parece querer “dobrar” a realidade de forma muito intensa, até que ela “caiba” na teoria. Guardadas as devidas proporções, é um pouco essa a sensação que eu tenho ao ler os dois modelos teóricos; um “aperta” demais, o outro “folga” demais. Por isso mesmo, após estas leituras, as minhas perguntas continuavam: onde está a agência real das mulheres em relação aos seus corpos e aparências? Como ela funciona? De que maneira a estrutura influi nisso?

Ao colocar esta crítica, não pretendo nem recair no erro do anacronismo e, muito menos, no da presunção acadêmica e assumo que todas essas teorias são absolutamente basilares na discussão da autonomia feminina sobre os corpos, alicerçando minha própria discussão. Apenas aponto que suas lentes teóricas estavam ou voltadas para os poderes estruturais que agem sobre as mulheres ou para a força do poder individual feminino. E aqui, eu pretendo problematizar tanto o

²⁵ “o poder das garotas”; termo criado pelo grupo musical inglês Spice Girls e que servia para enaltecer e alardear a juventude feminina e o seu suposto poder.

alcance e a intensidade dos poderes transformadores ou de resistência que estas mulheres podem ou *querem* exercer, quanto o alcance e a intensidade dos poderes da estrutura.

Assim, dadas as “extremizações” encontradas nas teorias, assumi que nenhuma das duas “correntes” (feministas e pós-feministas) dava conta de resolver o problema da agência feminina. Daí minha imersão, num nível teórico mais geral, na discussão agência-estrutura e, mais profundamente, na obra de Margaret Archer. Essa teórica, sem nenhuma filiação feminista assumida, possibilita vislumbrar um equilíbrio plausível entre o alcance da agência feminina (humana) e a força exercida pela estrutura. Sua teoria permite construir a hipótese de que os seres humanos e, portanto, as mulheres, tenham uma capacidade (parcial) de monitorar e processar a realidade à sua volta, **agindo ativamente** em relação a ela - inclusive em seus mecanismos mais naturalizados, caso isso seja realmente de sua vontade. A responsável por essa nossa capacidade agêntica no mundo seria, então, a **reflexividade**.

Sustentando esta hipótese, para que a idéia de sujeitos ativos se esclareça, o próximo capítulo será inteiramente dedicado à teoria de Margaret Archer.

CAPÍTULO TRÊS

A TEORIA DE MARGARET ARCHER

3. A REFLEXIVIDADE COMO SAÍDA PARA O PROBLEMA DA CENTRALIDADE DA BELEZA FEMININA

À luz da teoria de Margaret Archer, falarei neste capítulo sobre a possibilidade de que os seres humanos elejam seus valores e crenças via reflexividade e de como as escolhas feitas nesse sentido podem ser diversas vezes submetidas à análise reflexiva - e subseqüentemente alteradas, caso se decida necessário.

Diante desta possibilidade, segundo vejo, por trás dos corpos femininos tão enfaticamente simbolizados, há mentes dotadas de reflexividade que trabalham no sentido de processar opiniões e comentários externos. Essa dimensão reflexiva não é levada em conta em conceitos como de *habitus*, no *mito da beleza*, na *violência simbólica*, ou no *girl power* pós-feminista. Todavia, tal dimensão é exatamente o que permite que sejamos capazes de nos construirmos como sujeitos que não são nem meramente “individuais”, nem meramente sociais. Graças a essa reflexividade, podemos conscientemente exercer resistência e/ou ação no mundo, sem deixarmos de reconhecer os poderes da ação deste mundo sobre nós.

Como é impossível falar de agência sem falar de subjetividade e, portanto, de *self*, é a ele que dedico o primeiro tópico deste capítulo, para, em seguida, passar especificamente para a questão da reflexividade, suas propriedade e vertentes.

3.1 O SELF

Depois de falarmos um pouco sobre corpo e sobre como o corpo é a pessoa (ou vice-versa) me parece necessário fazer algumas considerações sobre o *que é este self* a ser construído, uma vez que esse conceito articula em si tanto a dimensão corpórea quanto a dimensão mental.

Na Sociologia, o principal responsável pela legitimação deste conceito foi George Herbert Mead (1934). Para ele, o *self* é socialmente construído:

The self is something which has a development; it is not initially there, at birth, but arises in the process of social experience and activity, that is, develops in the given individual as a result of his relations to that process as a whole and to other individuals within that process. (MEAD, 1934, p. 135)²⁶

Segundo o autor, dois elementos são fundamentais na formação de um *self*: o “*Eu*” e o “*Mim*”. O primeiro diz respeito a nossa dimensão mais espontânea, impulsiva. O segundo, baseado no que o indivíduo entende que as pessoas pensam dele, diz respeito às expectativas intersubjetivas que nos permitem valorar as possíveis ações do “*Eu*” e refreá-las quando entendermos como necessário. Como vimos na citação, Mead acreditava que os bebês, por exemplo, não nasciam com seus *selves*, e que só no decorrer do desenvolvimento da criança, partindo das brincadeiras mais fáceis e chegando até os jogos mais complexos, é que este *self* se formaria. O marco da maturidade e do equilíbrio entre estes dois elementos seria a aquisição da nossa capacidade de compreender e vivenciar mentalmente os papéis do outro – o que o autor conceitua como *outro generalizado* - algo que só poderia ser possível mediante a internalização de “símbolos significantes” socialmente apreendidos, isto é, da aquisição da linguagem. Só a partir de toda essa experiência social é que seria possível a formação do *self*.

Margaret Archer (2001), em seu artigo *Realismo e o Problema da Agência*, faz uma crítica a este tipo de concepção que assume que um *self* só pode ser construído a partir da internalização da linguagem. Utilizando-se de um argumento transcendental, sua crítica aponta para a necessidade de diferenciação entre *conceito de self* e *sentido universal de self*. Para a autora, o primeiro, sim, é social, enquanto o segundo não, e uma das falhas da teoria social estaria em assumir os dois termos como permutáveis. Assim sendo, **o sentido de self é universal e independente dos conceitos culturais de self**, e é a partir dele que qualquer sociedade é possível. Se tal sentido não existisse, não seríamos capazes de intuir ou reconhecer quando determinadas expectativas, regras ou sanções estariam sendo esperadas de nós especificamente, uma vez que seríamos indiferenciados em relação aos outros. **O nosso sentido de self, ou seja, a nossa capacidade de nos reconhecermos enquanto um único e mesmo ser**, é que permite a existência

²⁶ “O *self* é algo que tem um desenvolvimento, não está lá inicialmente, ao nascer, mas aparece no processo das atividades e experiências sociais, ou seja, se desenvolve num dado indivíduo como resultado das suas relações com o processo como um todo e com os outros indivíduos envolvidos no processo.” (minha tradução)

da sociedade, na medida em sabemos quais expectativas sociais nos dizem respeito e o que fazer quando não há expectativas previamente definidas.

Atuações sem roteiro, que mantém a sociedade coesa, implicam um agente ativo, suficientemente consciente de si mesmo, que reconheça a sua obrigação de desempenhar seus papéis e de escrever seu próprio roteiro para dar conta da ocasião. (ARCHER, 2001, pág. 58)

Portanto, essa “consciência suficiente de nós mesmos” nos permite reconhecer nossos papéis, *poderes causais*²⁷ e limites corporais. Para os bebês, por exemplo, que não têm um sentido de *self* desenvolvido, esses papéis, poderes e limites são desconhecidos ou incipientes. Mas, ao contrário de Mead, o pensamento archeriano aponta para o fato de que, desde o primeiro dia de vida extra uterina, nossa **experiência prática** na realidade já está nos construindo enquanto *selves*, sendo ela mais fundamental para sua construção do que qualquer aprendizado lingüístico ou socialização.

O aprendizado corporal começaria previamente a estes tipos de aquisição, a partir da diferenciação continuamente percebida diante do corpo da mãe, dos brinquedos, do colchão, etc. Para embasar este seu argumento, Archer ressalta que, até mesmo nos animais, se faz observável um mínimo sentido de *self* que lhes permite existir num mundo físico que é cheio de poderes e possibilidades. Assim sendo, tanto através do conhecimento acerca das dimensões de seu corpo (altura, peso, largura), quanto através do conhecimento de suas habilidades (caça, nado, capacidade de escalar, correr, pular, etc.), até mesmo os animais possuem algum sentido de *self* que lhes possibilita ter alguma **consciência sobre si** mesmos. Vale ressaltar que o termo “consciência” em Archer pode ser livremente trocado pelo de “autoconsciência”: “It appears, then, that being conscious is identical with being self-conscious. Consciousness is self-consciousness.” (ARCHER, 2003, pág. 39)²⁸

Então, além do argumento transcendental acerca da universalidade do sentido de *self*, que diz respeito a nossa capacidade de nos reconhecermos como o único e mesmo ser durante toda a nossa vida, a autora propõe que **o self emerge das práticas experienciadas na realidade** e que o nosso corpo é a nossa dimensão

²⁷ Poderes causais dizem respeito aos poderes que as pessoas ou as coisas têm de provocar mudanças, alterações ou resistências tanto em si mesmas quanto em outras pessoas ou coisas. (HAMLIN, 2000)

²⁸ “Parece, então, que ser consciente é idêntico a ser autoconsciente. Consciência é autoconsciência.” (minha tradução)

objetiva que experiencia esta realidade. Assim sendo, **o self se constitui da soma entre o nosso corpo e a nossa continuidade de consciência** (ou autoconsciência).

Desta forma, já que o corpo constitui uma parcela da formação deste *self* e dado que ele é, provavelmente, o principal veículo da “beleza” e que a consciência é por excelência o lugar da reflexividade (sobre a qual falaremos no próximo tópico), o que vejo é que o problema da beleza se coloca nas duas dimensões: objetiva e subjetiva. É preciso ressaltar que, para Archer um dado valor reconhecido socialmente, mesmo sendo um *valor*, pode ser considerado objetivo, na medida em que provoca efeitos, da mesma maneira que um corpo pode ser subjetivo. Como sua análise da realidade é relacional, estas qualificações dependem de quais relações estão sendo consideradas num dado contexto, de maneira que, tanto corpos, quanto valores podem ter dimensões objetivas e subjetivas. Ressalto isso por que minha questão imbrica em si tanto a dimensão corpórea, da alteração plástica das formas corporais, quanto a dimensão mais íntima, da eleição dos parâmetros do belo, de edificação da auto-estima, da construção de um corpo no qual nos sentimos bem

Só que isto é uma proposição geral, para qualquer ser humano. E nós sabemos que para que os corpos sejam plasticamente alterados, para que os parâmetros sejam eleitos, para que a auto estima seja erigida e para que os corpos sejam construídos são necessárias escolhas pessoais que tornem (ou não) tudo isso possível. Aí é que entra a reflexividade e, por conseguinte, a agência. Dada essa condição, nosso próximo tópico se dedicará a esta propriedade eminentemente humana que, segundo vejo, subjaz em tudo que faz movimentar o mundo, sendo aquela que nos permite tanto escolher entre as várias possibilidades de ação, quanto optar pela não-ação.

3.2 IDENTIDADE PESSOAL E REFLEXIVIDADE

De alguma maneira, todos os indivíduos estão inseridos em algum tipo de contexto social que é, em alguma medida, comum a todos daquele grupo e que varia apenas de acordo com as categorias de inserção. Isso quer dizer que nas várias sociedades existem expectativas e possibilidades sociais determinadas para as diversas categorias, como, por exemplo, para mulheres e homens, negros e

brancos, mestiços e não-mestiços, crianças e adultos, pobres e ricos, etc. e que para cada uma destas categorias há uma específica similaridade de condições sociais pré-determinadas. Os negros não encontram pela frente as mesmas condições sociais que os brancos e as mulheres se deparam com uma situação social diferente da que é vivenciada pelos homens. Como cada pessoa pode se enquadrar em diversas categorias - mulher/negra/rica/casada, etc. – um sujeito pode vivenciar simultaneamente várias das condições supostamente pré-determinadas que a sociedade nos oferece, as quais, inclusive, podem não estar em harmonia (como, por exemplo, no caso da incompatibilidade entre os papéis de mãe e profissional).

O que quero chamar atenção aqui é que, mesmo que sejamos supostamente encaixáveis em expectativas sociais pré-determinadas – as quais são vivenciadas de maneira bastante similar por todos daquela categoria ou papel - existe algo que nos faz únicos, mesmo em meio a um mar de condições de vida parecidas. Daí a pergunta; como é que mediamos a relação entre as nossas particularidades – valores, crenças, etc. - e as expectativas sociais que podem imprimir algo no nosso jeito de ser? Segundo Margaret Archer, isso é se dá através da *reflexividade*.

A tentativa de compreensão tanto da relativa “uniformidade” humana, quanto de sua individualidade deu origem a uma gama de teorias sociológicas que procuravam explicar como, afinal de contas, se forma um indivíduo. Segundo Archer (2000), a teoria social tem oscilado entre dois extremos: o pensamento Iluminista construiu e legitimou uma noção de ser humano sub-socializado, chamado por ela de “homem da modernidade”, o qual exerceria plenamente a autonomia sobre suas escolhas. Já a ascensão do pós-modernismo construiu uma imagem invertida deste sujeito (chegando mesmo a declarar sua morte) erigindo um indivíduo super-socializado, chamado por ela de “ser da sociedade”. Especificamente no campo da Sociologia, as perguntas acerca da formação do indivíduo vêm sendo pensadas desde a institucionalização da mesma como prática científica legítima. Como foi dito no primeiro capítulo, dentre os clássicos, por exemplo, Émile Durkheim chamou-nos a atenção para a força que a estrutura exercia sobre o agente; já Weber atribuiu muito poder à compreensão do sentido que os próprios agentes atribuíam às suas ações. Já os teóricos de síntese - Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Jurgen Habermas, entre outros - tentaram resolver qual das instâncias do mundo social exerceria mais ativamente um poder autônomo, migrando da questão

indivíduo/sociedade para o problema agência/estrutura. Assim, procuraram mostrar que tanto o indivíduo, quanto a sociedade exercem forças simultâneas que mutuamente se influenciam.

O fato é que, mesmo absolutamente heterogêneas em suas percepções, todas essas teorias propõem diferentes nuances de possibilidade e de causalidade para o particularismo dos sujeitos, de maneira que a existência desse mínimo particularismo que nos torna diferenciáveis e únicos - ainda que em diferentes gradações - é consensual entre todas elas.

Assim, mesmo que hipoteticamente imaginemos dois seres humanos vivendo em condições sociais muito parecidas, num mesmo lugar, na mesma classe social, tendo a mesma faixa etária, sexo, profissão, salário, etc, é absolutamente impossível que estes dois indivíduos se tornem idênticos. É bastante provável, sim, que tenham algumas afinidades baseadas numa vivência de situações semelhantes. Mas isso também pode não acontecer. Segundo entendo, a melhor forma de explicar o que nos torna particulares, até mesmo em condições de vida muito parecidas, é a idéia de *identidade pessoal*, a qual tem profundas conexões com a idéia de reflexividade. Aqui, como no conceito de *self*, os conceitos de identidade pessoal e reflexividade que orientarão nossa análise são ambos emprestados da teoria archeriana.

Frédéric Vandenberghe, ao sintetizar o trabalho de Margaret Archer em *Being Human* (2000) nos traz que “Once a continuous sense of the self is acquired in early childhood, the formation of personal identity sets in as a lifelong quest for authenticity.” (VANDENBERGHE, 2005, p. 230)²⁹. Assim, para os autores, essa busca por autenticidade é infinita e, na verdade, só pode ser alcançada mediante deliberações reflexivas que versam sobre aquilo que definimos acerca de nossas escolhas, opiniões, afetos, gostos, medos, etc, em diferentes momentos da nossa vida. Isso quer dizer que boa parte dessas características é variável, por isso, a cada fase da vida, a necessidade de renovação e/ou revisão destes “contratos” que assumimos com nós mesmos. Para tanto, é preciso que nos coloquemos (a nós mesmos) como objetos de nossa própria reflexão.

²⁹ “Uma vez que um contínuo sentido de self é adquirido na primeira infância, a formação da identidade pessoal estabelece-se como uma busca de autenticidade pela vida inteira.” (minha tradução)

Mead (1934) aponta que a particularidade do *self* reside na capacidade que ele tem tanto de experienciá-lo a si mesmo por inteiro, quanto de colocar-se apenas como objeto da reflexão. Nas palavras do autor:

It is the characteristic of the self as an object to itself that I want to bring out. This characteristic is represented in the word "self," which is a reflexive, and indicates that which can be both subject and object. (MEAD, 1934, p. 136/7)³⁰

Assim, **a principal propriedade humana consiste nessa reflexividade** que nos permite simultaneamente sermos sujeitos e objetos da nossa própria reflexão.

Esta objetificação de si mesmo apresenta algumas particularidades em relação a outros objetos sobre os quais refletimos. A mais fundamental é que, ao contrário destes outros objetos, nós tivemos a possibilidade de experienciar por inteiro - com todos os nossos sentidos - as determinadas situações (passadas) que podem ser (agora) objeto de reflexão, e *ipso facto*, termos uma intensidade de informações que só é possível graças a esta intensidade da experiência corporeamente vivenciada. A capacidade de uma pessoa para apreender uma dor ou um sonho, por exemplo, é muito maior quando ela própria os vivenciou. Da mesma forma, baseados nestas experiências, podemos fazer conjecturas mentais acerca das experiências que virão no futuro.

Além disso, para Archer (2003), **a reflexividade tem poderes causais**, ou seja, ela é a responsável fundamental por nossas mais variadas ações, uma vez que é por meio de deliberações reflexivas que chegamos às conclusões sobre qual seria (possivelmente) o melhor curso de ação num dado momento. Vale ressaltar que este “melhor” curso de ação em nada tem a ver com a *escolha racional*; por vezes, podemos optar por caminhos ou vias que não seriam exatamente o melhor para nós mesmos, mas que, por algum motivo, nos parecem mais pertinentes ou adequados naquele dado momento. Daí que pulsões aparentemente irracionais podem ter sido profundamente deliberadas, como, por exemplo, no caso de algumas portadoras de transtornos alimentares que resolvem “racionalmente” parar de comer para emagrecer. Em suas deliberações, é provável que estas mulheres elejam como objetivo de vida o emagrecimento e não a saúde, como, supostamente, seria esperado. O que esta situação hipotética pode mostrar é que as nossas

³⁰ “É a característica do *self* como um objeto para ele mesmo que eu quero ressaltar. Essa característica é representada na palavra *self*, a qual é reflexiva, e indica que ela pode ser ambos, sujeito e objeto.” (minha tradução)

deliberações reflexivas, por mais que sirvam como o aporte que vai decidir as nossas escolhas mais caras, podem ser na mesma proporção falíveis e nefastas, ou producentes e libertadoras para nós mesmos.

Ainda sobre estes poderes causais da reflexividade, a autora especifica que eles podem ser intrínsecos e extrínsecos: os primeiros, dizem respeito justamente à nossa capacidade de monitorar e modificar a nós mesmos e os segundos, de mediar e modificar a nossa sociedade. Nas palavras dela: “as pessoas são absolutamente desinteressantes se não possuem poderes pessoais que possam mudar as coisas”. (ARCHER, 2001, p. 54)

O exemplo acima - da mulher que escolhe parar de comer para emagrecer - ainda que esteja delineado de maneira genérica, é bastante recorrente na sociedade ocidental, principalmente entre as mulheres que trabalham com o corpo (leia-se: com o corpo *magro*) como bailarinas, modelos e atletas. Estima-se que 90% dos casos destes transtornos ocorram entre as mulheres (ASTRAL, 2010). Isso ilustra a intensidade que pode existir na relação entre construção do *self*, identidade pessoal e reflexividade, pois mostra que a importância da dimensão corporal pode atingir de tal forma a psique que, conscientemente (reflexivamente) escolhe-se um caminho que prejudica o organismo, mas que traz as conseqüências estéticas pretendidas – o que supostamente deveria melhorar a auto-estima ou a performance.

Isto nos conduz a outro conceito archeriano fundamental para a formação da identidade pessoal, denominado por ela “**preocupações últimas**” (ultimate concerns). Essas *preocupações últimas* das pessoas dizem respeito às coisas que especificamente mais lhe importam no mundo, as quais, quando elencadas, formam uma combinação única que permite a existência de um indivíduo particular e diferenciado. Assim, no caso da mulher que pára de comer, poderíamos aventar a possibilidade de que uma de suas preocupações últimas seja, por exemplo, sua aparência física, e não sua saúde. Nas palavras de Vandenberghe: “... we become who we are through reflexive deliberation about our ‘ultimate concerns’. What we care about most and what genuinely matters to us is what ultimately defines us *qua* person.” (VANDENBERGHE, 2005, p.230)³¹

³¹ “... nós nos tornamos quem somos através de deliberação reflexiva sobre as nossas preocupações últimas. Aquilo com o que mais nos importamos e o que genuinamente nos interessa é o que, no final das contas, nos define como aquela pessoa.” (minha tradução)

A partir desta percepção, nota-se que se atribui aos sujeitos uma dimensão ativa de construção da identidade, a qual não costuma ser levada em consideração na teoria feminista tradicional. Essa dimensão ativa é oriunda da nossa contínua capacidade reflexiva e de escolha, de forma que este processo de construção passa a assumir algumas características: a) uma condição idiossincrática (graças às preocupações últimas); b) um dinamismo (as preocupações últimas podem ser alteradas sempre que se achar conveniente) e c) uma dimensão agêntica (a reflexividade pode provocar mudanças e alterações no curso da subjetividade e da realidade).

Ainda assim, a autora sublinha que as estruturas sociais e sistemas culturais também têm sua força na construção dos indivíduos. Isso se dá através daquilo que ela chamou de “constraints and enablements” (2003), traduzido aqui como “restrições e capacitações”. Assim, estas estruturas e sistemas exercem seus poderes causais definindo a situação de ação que os sujeitos encontrarão diante de si na hora de colocar em prática os projetos pessoais, os quais são definidos através da dita deliberação reflexiva.

As ações afirmativas, por exemplo, são um reconhecimento cabal destas “restrições e capacitações” impostas pela estrutura e permitem pensar naquilo que eu chamei de “masculinidade da estrutura” no capítulo anterior; ou seja, de que em vários setores a estrutura apresenta restrições de tal ordem para as mulheres que as coloca numa posição desvantajosa em relação aos homens. Só se chega a conclusões desta ordem mediante o cruzamento de muitas pesquisas e indicadores advindos do trabalho de uma série de profissionais (sociólogos, geógrafos, antropólogos, pedagogos, médicos, etc.). Analisando as condições que determinadas categorias vivenciam, de maneira interdisciplinar, se conclui, então, que, de modo geral, mulheres vivenciam uma condição social pior do que os homens. Ou de que negros vivenciam uma condição social pior do que brancos. Ou seja, de que o foco desta desvantagem é *estrutural*.

Contudo, a teoria de um agente ativo permite pensar que, ainda que isso seja um “fato social hegemônico”, ele pode também não ser necessário. Em outros termos: não quer dizer que *nunca* haverá mulheres negras bem-sucedidas, mas, sim, que as chances que elas têm de atingir tal patamar são muito inferiores em relação às do homem branco, por exemplo. Por isso, a justificativa daqueles que são a favor da implementação de ações afirmativas. Uma vez que essas ações partem

do reconhecimento de que a desigualdade é estrutural, elas visam aumentar o equilíbrio de oportunidades entre determinadas categorias a partir do desequilíbrio inicial de algumas condições.

O que eu quis mostrar aqui trazendo a questão das ações afirmativas é que, mesmo reconhecendo o poder que a reflexividade tem de nos conduzir a agência (ou seja, da nossa capacidade de influenciar ou de alterar a realidade), é necessário entender também que somos seres sociais que encontramos uma série de condições pré-dadas em relação aos nossos desejos e projetos. Ou seja, de que a **reflexividade funciona como mediadora entre a agência e a estrutura** e que esta mediação, sendo um processo ativo e agêntico, atua no sentido de por em prática os projetos pessoais definidos através das nossas deliberações interiores, mesmo diante dos empecilhos e condições que encontramos na realidade.

Daí deriva-se que ambos, **agência e estrutura, tenham poderes causais**. É nisso que se fundamenta a minha possibilidade de pensar que, mesmo que a existência da centralidade da beleza enquanto valor do feminino seja estrutural, isto não implica necessariamente no fato de que todas as mulheres tenderão a reproduzi-la da mesma forma, ou de que sua reprodução possa ser algo completamente inconsciente. Da mesma maneira, isso me leva a crer que, em alguma medida, esta centralidade firma uma característica da identidade feminina hegemônica que pode influenciar na construção dos *se/ves* femininos particulares, mesmo que estes atuem no sentido de negá-la ou de modificá-la.

3.3 AS CONVERSAÇÕES INTERNAS

Se a reflexividade é a grande força motriz da ação humana, vale a pena perguntar, em termos práticos, como é que ela funciona. À luz de Archer respondo, então, que a forma que essa reflexividade se manifesta na mente humana é exatamente a partir de um diálogo, só que interior. Em outros termos, nós nos colocamos como nossos próprios interlocutores; a isso a autora dá o nome de “conversações internas”:

In everyday terms, we examine our social contexts, asking and answering ourselves (fallibly) about how we can best realize the concerns, which we determine ourselves, in circumstances that were not of our choosing. (ARCHER, 2003, p. 133)³²

Assim, nos atores sociais, **as conversações internas mediam a recepção das influências e circunstâncias estruturais e culturais**, permitindo que nossos poderes pessoais sejam exercidos a partir da particularidade de nossas percepções, diagnósticos, escolhas e rumos de ação. Esses poderes pessoais nos permitem sermos autores dos nossos próprios projetos na sociedade, só que, para que eles se cristalizem, é preciso negociar com as capacidades e limitações que encontramos pelo caminho. Essa negociação é feita na base de um diálogo que travamos internamente, e só chega a um resultado (provisório) quando as diferentes partes do *self* atingem algo próximo a um “consenso interno” sobre o melhor curso de ação capaz de exprimir a identidade autêntica daquele sujeito específico em uma dada situação.

Tudo isso se passa no domínio privado da mente, o qual é inacessível à inspeção externa em sua totalidade. Ou seja, as conversações internas se passam no íntimo das pessoas e só são expostas mediante o desejo destas mesmas pessoas de trazê-las à tona. Além do mais, na maioria das vezes, as deliberações internas não têm nenhuma manifestação externa de comportamento, o que implica que elas não podem ser percebidas a não ser que o seu autor assim deseje, manifestando algum tipo de expressão.

Segundo Archer, cada pessoa define, via essas conversações, um *modus vivendi* razoável que permite encaixar ao máximo as nossas demandas internas (projetos, crenças, vontades, etc.) às condições e demandas externas (as quais não controlamos). Este processo ativo e contínuo, de acordo com Frédéric Vandenbergue, é exatamente a “ligação viva” entre a agência e a estrutura:

Insofar as those internal deliberations about the course of action articulate the ultimate concerns that define personal identity of the subject and the objective circumstances that have to be taken into account if the project of a life is to succeed, the internal conversation effectively integrates subjective projects and objective circumstances in a workable *modus vivendi* that can be considered the living link between structure and agency. (VANDENBERGHE, 2005, p. 233)³³

³² “Em termos cotidianos, nós examinamos nossos contextos sociais, perguntando e respondendo a nós mesmos (de modo falível) sobre como podemos realizar melhor as preocupações/interesses, nos quais nos determinamos, em circunstâncias que não foram da nossa escolha.” (minha tradução)

³³ “Na medida em que essas deliberações internas sobre o curso da ação articulam as preocupações últimas que definem a identidade pessoal do sujeito e as circunstâncias objetivas que devem ser levadas em consideração para que um projeto de vida tenha êxito, a conversação interna

Essa idéia de ligação viva é muito interessante porque nos leva a pensar em ambas as instâncias também como “vivas”, tanto agência quanto estrutura, no sentido de que elas não podem ser consideradas inertes ou não dotadas de poderes. Se reconhecemos a existência de poderes causais em ambas, então, reconhecemos algo como “vida” nas duas, ou seja, que elas existem e que podem causar efeitos uma na outra.

A partir do reconhecimento tácito – que vai sendo melhor desenvolvido no agente ao longo de sua existência - desta propriedade “viva” (causal) da estrutura e dos agentes (de si mesmo e dos outros), a maioria das pessoas leva sua própria vida buscando acordar a si mesma com as outras pessoas e com as condições que encontra a sua volta. Ou seja, grande parte das pessoas procura viver segundo o que elas julgam ser a melhor forma possível de acomodação entre as propriedades causais das duas instâncias (estrutura e outros agentes) e seus projetos pessoais.

Côncios de que nós mesmos, as outras pessoas e a estrutura na qual nos encontramos imersos são capazes de alteração da realidade e continuamente mutáveis, reagimos às diversas situações exprimindo algumas **emoções** que respondem aos efeitos disso. Seja satisfação, felicidade, medo, ou até mesmo apatia “... a emotividade é nossa resposta reflexiva ao mundo.” (ARCHER, 2001, p. 64). Com base nestas emoções que vivenciamos e no reconhecimento de que várias condições precisam ser acomodadas para que atinjamos ao máximo nossa satisfação pessoal, se institui a necessidade de um *modus vivendi* que operacionalize todas as ordens³⁴ e condições da vida, as quais podem, inclusive, estar em total desarmonia. Daí a importância fundamental da reflexividade, via conversações internas, para gerir tudo isso.

3.4 A AUTO-ESTIMA

Antes de partirmos para a parte metodológica desta dissertação, entendo que seja bastante importante dedicar um sub-tópico ao conceito de auto-estima

efetivamente integra projetos subjetivos e circunstâncias objetivas num *modus vivendi* praticável que pode ser considerado a ligação viva entre estrutura e agência.” (minha tradução)

³⁴ Para a autora existem três ordens: a natural, a prática e a social. Da primeira deriva nossa preocupação com o bem-estar físico, da segunda nossa preocupação com a qualidade de nossas performances e da terceira a nossa auto-estima.

desenvolvido por Archer, visto que ele apresenta uma especificidade que merece ser levada em consideração, e que será aqui trabalhada. A partir da definição da idéia de auto-estima, a autora permite que o problema da beleza e a força dos padrões estéticos hegemônicos – tão fortemente criticados pela teoria feminista tradicional – sejam questionados e complexificados, pois, segundo seu conceito, eles deixam de ter valor *per se*, como veremos no final deste tópico.

O fato é que é impossível falar de beleza feminina sem falar de construção da auto-estima, visto que, de maneira geral, absolutamente todos os produtos e serviços que prometem embelezamento calcam seus discursos no incremento da auto-estima. Não existe um creme, tratamento ou exercício para deixar as pessoas mais “feias” ou infelizes; todos eles “vendem” a partir dos seguintes pressupostos: 1) a partir do seu uso/prática o consumidor/paciente/usuário aproxima-se cada vez mais do referido padrão estético hegemônico; 2) essa suposta aproximação permite que ele passe a ser mais “aprovado” socialmente; e 3) se ele é constantemente mais aprovado, ele será, então, mais feliz.

A partir desta cadeia “lógica” de idéias, as revistas femininas, os cosméticos, as cirurgias plásticas, os salões de beleza, os esteticistas, os programas de televisão, etc; trabalham fundamentados no reconhecimento da expectativa que criamos ao acreditar que se estamos (ou nos sentimos) mais bonitos, conseqüentemente nos tornaremos mais felizes ou satisfeitos. A cristalização disso se dá quando aqueles que estão no nosso entorno reconhecem isso e remetem de volta uma mensagem de aprovação. Roland Barthes nos traz que “meu corpo é para mim mesmo a imagem que eu creio que o outro tem deste corpo” (BARTHES apud NOVAES & VILHENA, 2003, p. 10) Esta fala de Barthes pode ser um pouco sobrecarregada, uma vez que fica para o outro o papel de me definir, mas serve para nos indicar como a aprovação social pode ter uma forte influência na construção da auto-estima.

Especialmente sendo a beleza um valor central feminino, esta expectativa pela aprovação externa pode tornar-se muito intensa nas mulheres – como visto anteriormente, esse é o ponto de crítica de vários autores feministas como Germaine Greer, Naomi Wolf, Pierre Bourdieu, etc. De acordo com estes autores, a baixa auto-estima feminina em relação à aparência e ao corpo surge como resultante da relação entre a centralidade da beleza na definição das qualidades femininas que se soma ao bombardeio de imagens de corpos e mulheres “perfeitas”, os quais são

tidos como impraticáveis pelas mulheres “comuns”. Novaes & Vilhena (2003, p.16) colocam esta situação da seguinte maneira:

No mundo das imagens contemporâneas existem muito mais mulheres do que homens. Nossa cultura exhibe a mulher permanentemente como forma de reforçar seus arquétipos. A imagem de mulher se justapõe à de beleza e, como segundo corolário, à de saúde e juventude. As imagens refletem corpos super trabalhados, sexuados, respondendo sempre ao desejo do outro, ou corpos medicalizados, lutando contra o cansaço, contra o envelhecimento ou mesmo contra a constipação.

Assim, esta configuração cultural funcionaria como uma porta aberta para desequilíbrios físicos e psíquicos, cujos efeitos são vistos por estes autores no uso desregrado de medicamentos emagrecedores, no vício em exercícios físicos, no estado de “eterna” dieta, na alta taxa de transtornos alimentares entre as mulheres, na preocupação estética “neurótica”, no uso de indumentárias absolutamente desconfortáveis, etc.

É inegável que todos esses comportamentos indicam uma opressão imagética e cultural atuando sobre as mulheres e seus corpos. Mas, mediante a força desta mensagem, considerando que a grande maioria das mulheres não vive isolada, como explicar o fato de que nem todas as mulheres do ocidente sofram de baixa auto-estima? Qual é o mecanismo que as permite se defender desta opressão estrutural?

Existe algo em nós, mulheres, que permite que tenhamos uma dimensão de autonomia em relação a esta conjuntura nefasta e que fomenta a construção da auto-estima. Este algo é exatamente a possibilidade reflexiva que nós temos. Ou seja, se a reflexividade é a mediadora entre estrutura e agência, se é exatamente através dela que construímos nossas identidades pessoais e se o que nos configura enquanto indivíduos únicos é a constelação de nossas preocupações últimas, então, **a beleza sinônima de um padrão estético hegemônico não será necessariamente eleita por cada uma nós como um projeto pessoal ou como uma preocupação última.** Em outros termos: ainda que sejamos mulheres, não existe nada que nos obrigue a assumir a preocupação estética como algo que deva ser levado em consideração ou reconhecer o padrão estético hegemônico como válido. Graças às nossas identidades pessoais e aos poderes de ação que dela derivam (via reflexividade), somos passíveis de eleger outros projetos e outros padrões que consideraremos “dignos” do gasto das nossas energias psíquicas ou

físicas. Da mesma maneira, podemos validar tais padrões apenas para outras pessoas, mas não para nós mesmas. Ou até mesmo admirá-los para nós mesmas, sem necessariamente ter o ímpeto de segui-los. E tudo isto ainda pode variar de acordo com o momento que estamos vivenciando. Ou seja, não dá para simplesmente caracterizar os padrões estéticos hegemônicos e/ou a centralidade da beleza feminina como os únicos “vilões” do fortalecimento de nossa auto-estima. Para que tais padrões e tal centralidade sejam reproduzidos é preciso que nós, mulheres, os reproduzamos e/ou os validemos. E mesmo que os reproduzamos, é preciso que sintamos alguma emoção negativa oriunda desta reprodução para que eles nos façam sofrer ou atentem contra nossa auto-estima. Isso tudo nos permite pensar em alguma medida de autonomia na seleção de nossos valores. Para ilustrar seu ponto de vista, Archer usa como exemplo o fato de que uma reprovação escolar não pode afetar negativamente um aluno a não ser que este aluno baseie sua valorização pessoal no sucesso nos estudos; se isto não ocorre, a reprovação figurará apenas como um fato banal, incapaz de gerar qualquer emoção intensa. Nas palavras dela: “... são nossas próprias definições do que constitui auto-estima que determina que avaliações normativas são importantes o suficiente para que sejamos emotivos acerca delas.” (ARCHER, 2001, p. 65)

Assim, a autora chama a atenção para a variável não levada em consideração na maioria dos estudos sobre auto-estima: o poder “de veto” do julgado em relação ao julgamento. Ou seja, ela aceita, sim, que é o elemento externo quem nos julga, mas chama a atenção para a dimensão ativa do julgado, no sentido de que ele, por vezes, pode selecionar quais julgadores terão realmente o poder de “emocionar” positiva ou negativamente.

Se, como foi dito anteriormente, nossa emotividade é nossa resposta reflexiva ao mundo, parece bastante plausível que cada um manifeste um determinado tipo de emoção de acordo com um dado julgamento, e que isso varie de pessoa para pessoa, de acordo com a sua constelação de preocupações últimas. Segue-se que, se uma mulher não assume nem a busca pela beleza como uma preocupação última e nem todos aqueles que supostamente lhe julgam acerca deste assunto como importantes, então, o fato de estar ou não enquadrada num dado padrão será para ela algo secundário ou até mesmo sem importância.

Mediante tudo o que foi visto aqui, depreendemos que a teoria de Archer permite a visualização de um sujeito que é ativo e reflexivo, e que estas duas

propriedades lhe dão elementos para questionar e agir na realidade; tanto na realidade do mundo externo quanto na do seu próprio *self*. Da mesma forma, reconhece que a estrutura tem também seus poderes de interferir nos projetos deste agente ativo. Assim, dada a reflexividade, seguem-se em nossas vidas constantes avaliações de nossas posturas pessoais e das condições encontradas à nossa volta, e a isso ela chamou de “... poderes de monitoramento contínuo, tanto do *self*, quanto da sociedade” (ARCHER, 2001, p. 74). Epistemologicamente falando, na medida em que o sujeito archeriano é reconhecido como reflexivo e ativo, isso questiona em muito o sujeito-mulher construído pelo feminismo tradicional, que tende a ser passivo e um tanto quanto inconsciente, como podemos ver nos conceitos de *violência simbólica* ou no *mito da beleza*. Da mesma forma, questiona os “super-poderes” do sujeito da teoria pós-feminista, pois frisa que as condições ambientais que encontramos à nossa volta não são de nossa escolha e que estas condições podem, sim, restringir ou limitar os nossos projetos pessoais. Esta possibilidade teórica que assume que tanto os indivíduos, quanto as estruturas têm poderes e limitações me parece extremamente pertinente para a elaboração das novas teorias feministas.

CAPÍTULO 4

PESQUISA EXTENSIVA: PROCURANDO REGULARIDADES

Como já foi dito, o objetivo desta dissertação é investigar como a reflexividade funciona como mediadora ativa na relação entre a centralidade conferida à beleza feminina - um valor estrutural - e as atitudes das mulheres diante disso. Com isso, questiono a capacidade agêntica dos sujeitos delineados pelas teorias feministas e pós-feministas. Conforme argumentado, ambas as correntes teóricas falham ao explicar o poder de agência atribuído às mulheres diante de valores femininos tradicionais. Uma vez que eu tomo tais valores tradicionais como estruturais, o que temos num âmbito teórico mais geral é a clássica discussão agência-estrutura. Assim, este trabalho revela-se tanto como um confronto entre teorias, quanto um confronto entre teoria e realidade. Por meio do teste empírico da teoria de Margaret Archer - que sugere a existência de sujeitos ativos e reflexivos imersos numa estrutura dotada de poderes causais - questiono os sujeitos “hipo” e “hiper” agênticos das teorias feministas e pós-feministas. Este teste empírico será feito através do uso da perspectiva metodológica de Andrew Sayer (2000), que sugere a utilização de dois tipos de pesquisa - a extensiva e a intensiva – para investigação de um mesmo objeto, o que será explicado nos próximos sub-tópicos.

Para que o/a leitor/a possa acompanhar o desenvolvimento da pesquisa, farei aqui a descrição cronológica dos fatos.

4. O PLANO METODOLÓGICO INICIAL

De acordo com o projeto original, minha pesquisa utilizaria a abordagem metodológica descrita por Andrew Sayer em seu artigo “Características chave do Realismo Crítico na prática” (2000), no qual ele descreve como uma pesquisa pode ser feita em duas etapas diferentes, de maneira que elas sejam complementares e aumentem a consistência da análise. A essas duas etapas da pesquisa o autor denominou de *pesquisa extensiva* e *pesquisa intensiva*. Nas palavras dele:

... pesquisa extensiva mostra-nos, principalmente, o quão extensos são certos fenômenos e padrões em uma população. A pesquisa intensiva preocupa-se, primariamente, com o que faz certas coisas ocorrerem em casos específicos, ou, de maneira mais etnográfica, que tipo de universo de significado existe em uma situação particular. (SAYER, 2000, pág. 24)

Cada uma destas pesquisas intenta um objetivo diferente e, por isso, a sua complementaridade: segundo a terminologia de Sayer, a partir do primeiro método procuramos “padrões gerais” e, a partir do segundo, “mecanismos causais”. Cada um dos tipos de pesquisa explora um tipo diferente de pergunta e conseqüentemente, cada um deles atinge um diferente tipo de resposta. Isso porque as regularidades são capazes de apontar para a existência de uma possível relação causal, mas não são capazes de explicá-la. Segundo William Outhwaite "Se eu perguntar por que meu trem está atrasado, eu posso ser parcialmente satisfeito se me for respondido que o trem das 8:55h sempre está atrasado, mas mesmo a *British Rail* dificilmente ousaria oferecer esta afirmação como uma *explicação*" (Outhwaite apud Hamlin, 2000, SN, ênfases do autor)

O que essa ironia de Outhwaite mostra é que tais regularidades só são importantes na medida em que servem como indicadores de possíveis relações causais (mecanismos); ou seja, de relações que não são meramente acidentais e que permitem explicar um dado fenômeno. Além disso, é preciso considerar que, de acordo com o Realismo Crítico, as Ciências Sociais lidam apenas com regularidades imperfeitas – todavia, o fato de que sejam imperfeitas não impossibilita a identificação dos tais mecanismos.

Visto isso, num primeiro momento – após o pré-teste - faríamos uma descrição geral do universo pesquisado através do uso de questionários - que procurariam padrões ou regularidades - e, num segundo momento, após a seleção de alguns casos que eu considerasse pertinentes, seriam feitas entrevistas em profundidade que permitiriam explorar as opiniões e motivações mais íntimas e pessoais de minhas interlocutoras - as quais atuariam como os mecanismos causais regularidades identificadas. Este plano metodológico foi seguido, mas com algumas alterações devidas a percalços que serão levantados ao longo do capítulo.

4.1 O INÍCIO DA PESQUISA DE CAMPO: O PRÉ-TESTE

Como não existem trabalhos acadêmicos ou pesquisas que analisem a atuação da reflexividade como mediadora entre a centralidade da beleza e a construção dos *se/ves* femininos, especialmente entre as intelectuais, fez-se necessária uma investigação prévia em relação à pesquisa propriamente dita. Assim, o meu trabalho de campo começa a partir da aplicação de um pré-teste, cujo papel fundamental foi permitir a visualização dos indicadores e categorias empíricas sobre os quais seria construído o questionário a ser utilizado na etapa extensiva da pesquisa. Para Maria Cecília Minayo, as categorias empíricas “... têm a propriedade de conseguir apreender as determinações e as especificidades que se expressam na realidade empírica.” (MINAYO, 2004 apud TAFFAREL, 2005, SN)

Com este objetivo foram feitas, então, três entrevistas, com três intelectuais, de maneira semi-estruturada. O critério para seleção das interlocutoras foi meramente o de acessibilidade, e o recorte se resumiu a que elas fossem mulheres que se encaixassem na definição de intelectual de Robert Brym vista no primeiro capítulo - ou seja, que fossem envolvidas na produção de idéias.

As entrevistas se revelaram bastante férteis e imensamente coerentes com todas as outras que eu viria a fazer futuramente (tanto na forma de questionário, quanto nas entrevistas em profundidade). Além disso, o fato mais inesperado foi que estas entrevistas me deram indícios de que, aparentemente, as mulheres *gostavam* de falar do assunto que eu propunha, o que, por si só, já era um indicativo da relevância do tema para elas. Por fim, este primeiro contato com o campo sugeriu que, de fato, a beleza enquanto marca de feminilidade era algo que parecia influir na construção dos *se/ves* femininos em alguma medida e que a reflexividade atuava, sim, como mediadora entre a valorização social da aparência feminina e a formação da identidade destas mulheres.

As entrevistas foram feitas de forma semi-estruturada e duraram, em média, 50 minutos cada uma, sendo encerradas por mim no momento em que eu entendesse que tinha abarcado todas as questões que deveriam ser levadas em consideração.

As entrevistadas foram Cecília³⁵, 37 anos, com formação em Ciências Humanas e doutorada na mesma área, ex-professora universitária, trabalha atualmente num órgão de pesquisa social; Fernanda, 55 anos, pós-graduada na área de Lingüística é professora de uma escola técnica no interior do estado; e

³⁵ Para proteger a privacidade das interlocutoras todos os nomes aqui utilizados são fictícios.

Carolina, 34 anos, igualmente da área de Humanas, atualmente cursa doutorado na mesma área, além de já ter tido experiências como professora substituta. Todas as entrevistadas têm um companheiro fixo e se definem como casadas.

A primeira pergunta para todas dizia respeito a se elas acreditavam que em seus íntimos se passavam *conversações internas* e como seriam essas conversações. Todas disseram que sim e frisaram que isto ocorria de duas maneiras: uma muito intensa, nas situações em que era preciso tomar alguma decisão importante, e outra mais suave, diante de necessidades cotidianas.

Isso me fez aventar a hipótese, já sugerida por Archer, de que existisse uma “gradação de intensidade” no processo de reflexão, a qual seria controlável na maior parte do tempo. Além disso, todas concluíram que as melhores situações para a prática destas conversações eram aquelas em que nossa atenção não é muito demandada, como por exemplo, andando de ônibus, fazendo exercícios ou tarefas domésticas, tomando banho, passeando com o cachorro e situações afins. Ainda que Margaret Archer tenha aventado a idealidade deste tipo de situação mais “solitária” para a prática das conversações, esta conclusão das entrevistadas foi absolutamente espontânea e baseada em suas práticas pessoais.

Foi interessante notar que as entrevistadas começaram, também espontaneamente, a delinear supostas características para a reflexividade dos sujeitos. Carolina, que se afirmava muito calada, disse-me que as pessoas caladas tendiam a passar muito tempo pensando:

... porque eu sou muito calada, estou sempre maquinando... eu sempre divago muito. Às vezes, quando eu estava andando de ônibus, eu ficava desagradada quando chegava a parada e eu tinha que interromper meu pensamento. Eu pensava “estava tão bom meu pensamento”... (Carolina)

Já Fernanda, que se afirmava como uma pessoa expansiva, preocupou-se em contradizer esta idéia de que os expansivos tenderiam à não-reflexividade: “é engraçado, porque as pessoas acham que as pessoas expansivas conversam pouco consigo, o que não é verdade, porque eu mesma converso muito comigo.”

Às três foi perguntado sobre quais assuntos elas gastavam mais tempo pensando, com intuito de que estas respostas servissem para indicar que possíveis *preocupações últimas* nutririam estas mulheres. Todas responderam que o trabalho e a família eram assuntos prioritários e Fernanda e Cecília, que têm filhos, frisaram que gastavam muito tempo pensando especificamente neles.

Ainda sobre o tópicio “trabalho”, todas levantaram o caráter exaustivo e intensivo do trabalho intelectual. Contudo, da mesma maneira que elas reclamaram da necessidade de dedicação constante - o que lhes tomava muito tempo - todas afirmaram que não se viam de maneira alguma fazendo outra coisa, que havia uma espécie de comprometimento ideológico com seus trabalhos e que isso as completava como pessoa.

Na medida em que elas iam dizendo sobre o que mais pensavam, começava a emergir o que Archer chama da *identidade pessoal*, ou seja, a constelação de preocupações últimas destas mulheres, seus valores mais caros na vida. Fernanda, a mais velha, se queixou de estar pensando muito no “passar da vida” e “no processo do envelhecimento”, pois um de seus filhos estava se casando e saindo de casa e o outro parecia tomar o mesmo rumo:

Você precisa re-planejar a vida para saber como é que ela vai continuar sem essa rotina de filhos. E a questão do próprio envelhecimento. Eu não me vejo fora do trabalho, fora da sala de aula, eu não me vejo fora do ensino... eu não me vejo fora disso. (Fernanda)

Já Carolina disse que, além do trabalho e dos relacionamentos pessoais, gastava muito tempo pensando nos animais abandonados da rua (ela é protetora dos animais), nas novidades culturais, como novas músicas e novos filmes. Espontaneamente, emerge também sua preocupação em construir uma aparência física “autêntica”, o que, segundo ela era, no mais das vezes, muito prazeroso:

Eu uso meu tempo pra pensar como é que eu vou compor minha aparência. Com cor de tinta de cabelo. E eu tenho muito, muito cabelo branco e eu acho horrível. Se na minha idade eu deixar esses cabelos aparecerem, eu vou ganhar um ar de desleixo, de descuido... (Carolina)

O questionamento sobre quais tópicos eram mais recorrentes no pensamento dessas mulheres revelou-se uma ótima oportunidade para que elas falassem e refletissem sobre elas próprias e suas posturas diante da vida. A externalização destas coisas, que costumam habitar apenas a dimensão mental das pessoas, parecia ser algo bom para elas, de maneira que, de forma não pretendida, o falar sobre as questões mais caras acabava criando um laço de confiança entre elas e eu. Da parte delas, o restante da entrevista seguia-se de maneira muito tranqüila e interessada, e todas ficavam a todo tempo tentando traçar conexões entre as suas

posturas particulares diante da vida e as questões que eu colocava sobre intelectualidade, beleza, auto-estima, etc.

Ainda nas falas do pré-teste, pude observar, por exemplo, que a opinião dos namorados, maridos e/ou companheiros continua ocupando um lugar muito importante na construção da auto-estima das mulheres, principalmente quando o assunto em pauta é beleza física. São primordialmente deles, seguidos por filhos e amigas, as opiniões mais levadas em consideração. Cecília nos traz: “Quem reclama às vezes é o meu marido. Meu filho³⁶ outro dia falou que eu tava com tanto cabelo branco que tava parecendo uma velhinha”.

Carolina, ao ser questionada sobre quem conseguiria influenciar na sua auto-estima ao opinar sobre sua aparência física, da mesma forma elegeu o companheiro. Contudo, esclareceu que ela também define para si um espaço autônomo no processo: “... também depende, porque tem vezes que eu falo pra ele: ‘o seu olhar estético ainda não chegou nisso não’. Mas a opinião que eu mais considero é a dele.”

Fernanda, inclusive, nos diz que só começou a se achar bonita depois da adolescência, quando começou a namorar: “Na adolescência, quando eu comecei a namorar, que alguns namorados diziam que eu era bonita, aí eu passei a desconfiar... aí eu disse ‘será que eu sou mesmo?’”.

Outra questão importante que emergiu no discurso das entrevistadas foi a importância da mãe como primeira referência de feminino e, conseqüentemente, como primeira referência de cuidado com a aparência. É necessário frisar esta característica de ser “primeira” referência porque todas as entrevistadas afirmaram que, depois de certa idade, com base em novas referências, criaram para si algo “novo” que as diferencia deste parâmetro feminino inicial.

Outro tópico interessante que surgiu foi a inviabilidade da “prática” da beleza na vida cotidiana. Visto que o cuidado com a aparência toma um relativo tempo da vida das pessoas e que o trabalho intelectual exige muita dedicação, estas mulheres reclamaram de não terem tempo de “cuidar de si” como gostariam e das conseqüências do sedentarismo e do nível de exigência do trabalho intelectual:

Como esse trabalho da gente toma muito tempo, todas as outras coisas acabam ficando nas brechas. Eu tinha que terminar a tese, então, fiquei sem sair de casa. Tava parecendo uma

³⁶ O filho de Cecília tem oito anos.

cera de tão branca. Passei o natal trancada dentro de casa, e no réveillon saí, mas voltei logo cedo. É um tipo de opção, a prioridade nunca é o corpo. (Cecília)

Além disso, notei também como o nível de importância atribuído à aparência se eleva em eventos “públicos”. Todas elas se mostraram, em alguma medida, preocupadas em “aparecer bem” nas festas, reuniões de família e em tudo que elas consideram “grandes eventos”, como defesas de tese, por exemplo. O aporte da aparência nestas situações parece funcionar como forma de defesa de pelo menos uma das dimensões que constituem a auto-estima.

Contudo, fora destas ocasiões especiais, a preocupação com a aparência figura como algo constante, mas secundário, o que é muito interessante. De forma geral, todas afirmam pensar constantemente sobre seus corpos, tanto em termos de saúde, quanto em termos de aparência. Ao tomar banho, olhar-se no espelho ou ao se vestir, este assunto parece vir freqüentemente ao pensamento. Visto que estas são ações bastante habituais, o pensar sobre o corpo assume a característica de uma atividade cotidiana.

Para concluir a importância do pré-teste, eu gostaria de trazer as falas que surgiram a partir do questionamento sobre os tipos de traços que as entrevistadas considerariam como tipicamente femininos. As respostas não podiam ter mais a ver com a relação entre beleza, reflexividade e construção do *self*, e são elas que encerram este tópico:

Para Carolina: “Tem alguns comportamentos, atitudes. Tipo vaidade. Vaidade é muito feminino... Coragem também. Acho que as mulheres são mais corajosas.”

Para Cecília: “Existe alguma coisa de “toque”, de “forma de ser-no-mundo”. Feminino lembra sempre uma coisa que tá ligada à beleza, à estética.”

E para Fernanda:

...é essa vida interior... a bendita sensibilidade que atribuem à mulher, essa capacidade de ter intuição, que dizem que as mulheres têm. Eu acho que, na verdade, não é intuição. Como a gente fala muito com a gente mesma, quebra muito a cabeça, até por conta dos espaços que a gente precisa ocupar, eu vejo isso. É perceber o que o outro tá sentindo.

4.2 A PREPARAÇÃO DA ETAPA EXTENSIVA

Os centros escolhidos para a seleção das interlocutoras foram os da área de humanas, os quais, com exceção do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA),

são os centros que produzem as ciências mais “tipicamente femininas”, e que, por isso mesmo, apresentam um contingente maior de mulheres. Portanto, me ative aos seguintes centros: o Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), formado por cinco departamentos; o Centro de Artes e Comunicação (CAC), formado por oito departamentos; e o Centro de Educação (CE), com quatro departamentos.

Para ter acesso ao contingente de professoras mulheres destes departamentos, entrei em contato com a PROGEPE (Pró-reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida), órgão da UFPE responsável pelos recursos humanos. A listagem que me foi enviada não era separada por centros, apenas por sexo e departamento, de maneira que minha primeira providência foi separar e selecionar este material, criando listagens especificamente relativas ao contingente de professoras do CAC, CFCH e CE, de acordo com seus departamentos. Com base neste material, cheguei aos seguintes números: 77 professoras no CFCH, 136 no CAC e 70 no CE, o que totaliza um universo de 283 possíveis interlocutoras.

Definido o universo da pesquisa, minha segunda providência foi definir, para a etapa extensiva, quais seriam as amostragens representativas que poderiam dar conta de representar os três centros separadamente. Todavia, ao tentar calculá-las - com base nas fórmulas estatísticas que definem tamanho da amostra e percentual do erro amostral - cheguei a resultados que implicariam em entrevistar praticamente todas as professoras, haja vista ser o universo demasiado pequeno para consecução de representatividade. Posto eu não ter tempo para a aplicação de tantos questionários, minha pretensão à representatividade e a generalização não se concretizou e as minhas inferências ficaram circunscritas apenas à população entrevistada.

De qualquer forma, é preciso considerar que, mesmo havendo esta nova “condição” não-generalizável da pesquisa, para alguns autores, como Tony Lawson (1998), a inviabilidade de generalização parece não ser necessariamente um problema para a qualidade dos dados construídos nas Ciências Sociais. Vejamos: como foi dito anteriormente, aqui o intuito da extensividade seria mostrar a existência de uma regularidade e, “por trás” desta regularidade, a existência de um mecanismo responsável por ela. Entretanto, ao invés de pensarmos em regularidades, Lawson sugere que as Ciências Sociais pensem no que ele chama de *demi-regularidades*. Ou seja: *regularidades parciais*, circunscritas a um determinado ponto ocasional e regional do eixo tempo-espço, indicando a atualização de um

dado mecanismo ou tendência. De acordo com o autor "... where demi-regs are observed there is evidence of relatively enduring and identifiable tendencies in play."³⁷ (LAWSON, 1998, p. 149). E, segundo vejo, tais tipos de tendências "relativamente duradouras e identificáveis" são perceptíveis aqui, como os leitores poderão perceber no decorrer deste capítulo. Por isso mesmo, a impossibilidade de generalização não foi considerada por mim como um entrave para a qualidade da pesquisa.

Levando em conta, então, a possibilidade do estabelecimento das *demi-regularidades*, a partir das listagens dos três centros, via escolha randômica, selecionei as docentes para a aplicação dos questionários: 20 no CAC, 10 no CFCH e 10 no CE. Assim, mesmo que estes números apresentem a limitação de não serem representativos estatisticamente, a pesquisa continuou sendo feita em duas etapas. De acordo com a definição de Sayer, eu talvez não possa chamar esta primeira etapa da pesquisa de "extensiva". Contudo, assumindo a perspectiva de Lawson, fica inegável sua validade como fonte de esclarecimento de tendências e indicadores nas relações que estas intelectuais desenvolvem - através da reflexividade - entre beleza e identidade feminina.

Os questionários revelaram os pilares mais recorrentes nestas relações e o resultado deste trabalho guiou as questões abordadas nas entrevistas em profundidade - executadas no segundo momento da pesquisa.

4.3 A APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

A partir da seleção randômica previamente feita, fui aos departamentos das professoras aleatoriamente selecionadas para a aplicação dos questionários, a fim de que, entrando em contato direto com elas, eu pudesse confirmar sua disponibilidade e/ou o interesse em participar da pesquisa.

Após uma semana de tentativas, concluí que minha abordagem não estava funcionando, haja vista que em cinco dias de trabalho - manhã e tarde - eu só tinha conseguido aplicar o questionário em duas professoras. Vários problemas se apresentaram: ou elas nunca estavam em suas salas, ou estavam fora do país fazendo doutorado, fora do estado dando cursos, de férias, etc. Havia, inclusive,

³⁷ "Onde demi-regularidades são observadas há uma evidência de tendências relativamente duradouras e identificáveis em jogo." (minha tradução)

professoras falecidas na minha primeira seleção. Vista essa dificuldade, resolvi que o critério para seleção das entrevistadas seria modificado de seleção randômica para acessibilidade.

Para tanto, pedi ao meu departamento que me fornecesse um documento assegurando a legitimidade de minha pesquisa e de meu vínculo à UFPE. Munida de várias cópias deste documento e das listagens da PROGEPE, fui a todos os departamentos do CE, CFCH E CAC que tivessem docentes mulheres e pedi que estes me repassassem os endereços de email das docentes vinculadas, para que eu pudesse entrar em contato direto com as mesmas. Todos me deram acesso a estes endereços, e foi graças a isso que a pesquisa começou a funcionar.

Com os endereços eletrônicos em mãos, redigi uma carta comum explicando que eu era pesquisadora, qual era o intento do meu trabalho e porque estava precisando da colaboração delas. Expliquei também que, caso elas tivessem disponibilidade de participar, bastaria que me respondessem apontando o melhor horário e local para aplicação do questionário, que lá eu estaria. A cada dois ou três dias eu enviava uma destas cartas para um departamento diferente, de modo a poder dar conta³⁸ das possíveis respostas afirmativas.

A principal limitação da etapa extensiva da pesquisa foi a perda da aleatoriedade. Além do fato da seleção randômica ter se mostrado impraticável, muitos departamentos possuíam a lista de endereços de email desatualizada e, por isso, algumas docentes vinculadas nem chegaram a saber da pesquisa. Por conta disso, ocorreu que, mesmo entre as entrevistadas, nem todas receberam a minha carta. Algumas delas responderam o questionário porque viram alguma colega ser entrevistada - e expressaram o desejo de participar - ou porque esta colega a estimulou a fazê-lo (claramente no intuito de colaborar ainda mais com a minha pesquisa).

Foram dois meses de negociações via e-mail ou telefone até a saturação de todas as possibilidades e a conclusão de 36 questionários. O principal fator que impediu a aplicação dos 40 questionários inicialmente propostos foi a chegada das festas de final de ano e das férias do mês de janeiro – época na qual os departamentos ficam esvaziados.

³⁸ A principio, o questionário teria um tempo médio de aplicação de 25 minutos, mas, graças a espontaneidade das entrevistadas em falar de várias dimensões dos assuntos perguntados, vários deles chegaram a durar uma hora ou um pouco mais

Para que possamos esclarecer um pouco mais sobre quais intelectuais participaram da pesquisa, seguem abaixo duas tabelas que demonstram idade e faixa etária das respondentes:

Tabela 1: Quantidade de entrevistadas por renda

Número de entrevistadas	Faixa de Renda Familiar (Mensal)
16	De R\$ 3000,00 até R\$ 7500,00
14	De R\$ 7501,00 até R\$ 10.000,00
4	De R\$ 10.001,00 até R\$ 15.000,00
2	R\$ 20.000,00

Tabela 2: Quantidade de entrevistadas por faixa etária

Número de entrevistadas	Faixa Etária
13	Entre 29 a 39 anos
10	Entre 40 e 50 anos
10	Entre 51 e 60 anos
3	Mais de sessenta anos

4.5 OS DADOS DOS QUESTIONÁRIOS

De fato, como poderemos ver aqui, muito do que emergiu nos questionários havia se estabelecido no pré-teste. Além do mais, confirmou-se a impressão de que as intelectuais se interessavam pelo assunto, uma vez que a maioria delas extrapolou a maioria das perguntas, trazendo-me, além dos supostos padrões, muito sobre os possíveis mecanismos que os explicariam.

Como pudemos ver nas tabelas 1 e 2, o nosso universo abarcava intelectuais de classe econômica e faixa etária diferentes. Após a coleta dos dados, recortei estas categorias no intuito de ver em que medida diferenças de idade ou de renda poderiam implicar em diferenças de opiniões capazes de produzir algum tipo de padrão. Com algumas pequenas exceções que serão aqui colocadas, estas duas categorias de análise pareceram não influenciar ou influenciar muito pouco (principalmente a categoria “renda”).

A questão da idade emergiu, sim, como algo de bastante importância nos discursos, mas principalmente no sentido de criticar a idéia que associa envelhecimento feminino à perda da beleza. Todavia, para a formação de um

suposto padrão das respostas, a idade das entrevistadas atuou pouco. Parece-me que o que estas mulheres têm em comum - o fato de serem mulheres, intelectuais e profissionais da Educação – influenciou mais do que as suas diferenças de renda e idade, produzindo um alto nível de acordo entre as respostas.

No questionário, como no pré-teste, a pergunta inicial tocava na questão da consciência acerca das conversações internas e de que modo ela se dava. Dentre as 36 entrevistadas apenas uma colocou que não acreditava que estas conversações se passavam em seu íntimo. Mais da metade – dezoito mulheres - afirmaram que o controle sobre estas conversações era apenas parcial, enquanto 10 alegaram controlá-lo plenamente e apenas 7 disseram não ter nenhum controle.

Sobre os melhores lugares ou situações para se proceder com estas conversações, “antes de dormir” foi apontado por mais da metade das respondentes como o lugar/situação ideal. Dirigindo, tomando banho, comendo, fazendo exercícios ou tarefas domésticas também apareceram com recorrência. Isso representa o que foi, inclusive, apontado por 5 entrevistadas como “situação ideal”: a principal condição de possibilidade para as conversações internas é a *não-exigência de nossa atenção*. Em outros termos: estas conversações parecem se dar fundamentalmente quando estamos fazendo tarefas “automáticas”, sobre as quais não precisamos pensar.

Os assuntos mais recorrentes nas conversações internas das intelectuais são os filhos (38,9%), seguidos pelo trabalho (36%). Relacionamentos pessoais, pais e projetos futuros dividem quase que igualmente os 25% restantes.

Em seguida, para entrar um pouco na seara da feminilidade, foi pedido que estas mulheres me dissessem quais eram as cinco características que elas consideravam mais “tipicamente” femininas. Sem excluir as repetições, foram citadas 143 características, sendo que as mais recorrentes estão transcritas na tabela 3, abaixo. Aquelas que só apareceram uma vez estão enquadradas na categoria “outras”.

Tabela 3: Características tipicamente femininas

Categories	Características apontadas	Qtd.
Sensibilidade	Delicadeza, doçura, sensibilidade, leveza, emotividade	31
Cuidado com o outro	Aconchego, cuidado com o outro, maternidade, solidariedade, amizade, afetividade, empatia	23
Preocupação estética	Vaidade, gosto estético, cuidado de si, cuidado com a aparência, charme, maquiagem, beleza, sensualidade	17
Diplomacia	Paciência, flexibilidade, diplomacia, capacidade de observar, capacidade de escutar, serenidade, tolerância, sabedoria, discernimento, articulação	14
Capacidade de lutar	Busca, determinação, força, batalha, superação, esforço, processo de libertação, resistência	12
Desempenho de múltiplas tarefas	Capacidade de organizar o tempo, versatilidade, responsabilidade, multiplicidade, organização, multi-tarefa, consciência das obrigações	10
Outras	(diversas; não se repetiram)	36

Como pode ser visto na tabela, para fins de análise, agrupei as características semelhantes em seis categorias principais por entender que, grosso modo, elas estão associadas e representam o mesmo aspecto. Dessa forma, de acordo com a minha compreensão do sentido que as intelectuais pretenderam atribuir e, ainda que minimizando diferenças sutis, inferi como principais características tipicamente femininas: *sensibilidade, cuidado com o outro, preocupação estética, diplomacia, capacidade de lutar e de desempenhar múltiplas tarefas* (por ordem de importância).

Vistas estas características, podemos observar uma razoável reprodução da idéia de feminilidade hegemônica que encontramos difusa no senso comum – como visto no primeiro capítulo. Assim, é perceptível a prevalência de um caráter um tanto “altruísta” na feminilidade, no sentido de que a maioria de suas características tende a servir para a melhoria da convivência comum. Até mesmo a preocupação estética, que poderia apontar para uma preocupação mais egoísta, tende a extrapolar as fronteiras dos *selves* particulares, se expressando também no cuidado estético direcionado à casa, à indumentária e à aparência dos filhos, do companheiro, à decoração, etc.

Além disso, é interessante notar duas coisas: primeiro que todas as características foram reconhecidas como positivas. Segundo que, após eu perguntar

às respondentes quais das características - apontadas por ela própria - ela acreditava ter e, levando em consideração nosso número absoluto de 143 características, *ninguém* respondeu não ter nenhuma. Quarenta e quatro por cento disseram ter *todas* e os 56% restantes disseram ter, em média, três das cinco características previamente apontadas. Esses números mostram que o referencial de feminino que estas mulheres têm, em muito, está nelas próprias e não fora delas. Ou seja, que mesmo que a feminilidade seja uma construção cultural, para que ela continue a ser reproduzida é preciso que as mulheres sintam-se razoavelmente confortáveis em reproduzi-la, e isso é o que parece.

Após a passagem pelas questões de conversações internas e feminilidade, o questionário enveredou pela relação entre beleza/aparência e auto-estima. Acerca da questão da frequência do pensar sobre a aparência física tivemos, praticamente, um empate técnico: 12 mulheres afirmaram pensar *freqüentemente* sobre a aparência, 11 *esporadicamente* e 13 *raramente*.

Sobre os cabelos, das 36 entrevistadas, 25 afirmaram tingi-los com frequência. Dentre elas, 16 afirmaram que só o fazem com o intuito de esconder cabelos brancos e as outras nove disseram querer variar ou ficar “mais bonita”.

Entre as dezesseis que afirmaram querer esconder os cabelos brancos, catorze têm mais de 45 anos, ou seja, são mulheres maduras que, de alguma maneira, lutam contra este “símbolo” negativo do avanço da idade. Esse alto nível de preocupação em *esconder* os cabelos brancos permite pensar naquilo Novaes & Vilhena (2003) chamaram de “segundo corolário da beleza” feminina - a busca pela aparência de juventude. As características que as entrevistadas associavam ao cabelo branco eram bastante depreciativas – fundamentalmente, desleixo e falta de vigor – as quais expressavam o que elas entendiam como o oposto da beleza. Além disso, pareceu-me que os cabelos brancos simbolizavam algo além da suposta não-beleza física: o fim da possibilidade de ser desejada e/ou de seduzir. Ainda que na prática muitas delas não estejam de fato preocupadas com isso, depreeni nas sutilezas dos discursos que a assunção dos cabelos brancos sugere o abandono do poder de sedução, algo que parece mexer bastante com a auto-estima destas mulheres. Muitas delas alegaram achar extremamente “chato” ir aos salões ou pintar os cabelos em casa, ao passo que se sentiam “péssimas” ou “abandonadas” (de si mesmas) quando deixavam os fios brancos aparecerem. Ou seja, cabelos brancos parecem tender a baixar muito a auto-estima feminina. Assim, via processos

reflexivos muito parecidos, a maioria delas decidia que, mesmo não gostando, “vale a pena” ir até o salão ou comprar a coloração porque os cabelos tingidos permitem manter a auto-estima em equilíbrio.

Vinte e cinco delas afirmaram querer emagrecer entre dois e doze quilos, e apenas cinco disseram ter se utilizado - no passado - de medicamentos emagrecedores para atingirem este fim (entre elas, apenas uma tinha menos de 35 anos). Como podemos perceber, mesmo em um universo pequeno, temos um índice bastante alto de desejo de emagrecimento: 25 mulheres representam 70% do universo.

Pensando em altos índices como estes, já apontados em diversas pesquisas anteriores, o questionário abordou a existência de um padrão estético dominante para mulheres; se elas acreditavam que havia um. *Trinta e uma* entrevistadas afirmaram que sim.

Não surpreendentemente, mediante a indagação acerca das características deste padrão, 29 disseram ser a “*magreza*” a principal. Em segundo, o corpo sarado e, de maneira esporádica, cabelos louros e longos, altura e juventude. Todas estas características ilustram claramente a nossa definição de *padrão estético hegemônico*, dada no primeiro capítulo.

É curioso notar que, ainda que o índice relativo ao desejo de emagrecer seja muito alto, entre as 31 que disseram acreditar na existência de um padrão estético hegemônico, 23 afirmaram *jamaís* querer se aproximar deste padrão. Sete disseram que, até mesmo de maneira inconsciente, *esporadicamente* buscavam se aproximar dele. Apenas uma entrevistada assumiu que este padrão era válido para ela e, por isso, ela *frequentemente* buscava uma aproximação.

Ou seja, isso nos leva a certa incoerência: 31 entrevistadas acreditam na existência de um padrão estético hegemônico; entre elas, 29 apontaram a magreza como sua característica principal. Vinte e cinco afirmaram querer emagrecer. O que explica, então, que 24 entrevistadas afirmem “jamaís” seguir o padrão? Se não é o padrão estético hegemônico, o que é, então, que motiva este forte desejo pelo corpo magro?

É preciso ressaltar que, dentre as que disseram querer emagrecer, muitas³⁹ colocaram a saúde como a principal razão deste desejo. Contudo, pareceu-me que

³⁹ Eu não tenho precisão destes números, visto que esta não era uma pergunta do questionário, mas uma informação adicional dada espontânea e recorrentemente pelas respondentes.

colocar a saúde como *leitmotiv* do anseio pelo corpo magro decorre mais do preconceito implícito na associação entre beleza e futilidade, do que de algo que prejudique realmente o funcionamento do organismo. Esta hipótese se fundamenta no fato de que, entre as intelectuais que expressaram o desejo de emagrecer - excetuando quatro, que afirmaram a necessidade de emagrecer 10 quilos ou mais-, a média acerca do desejo de quilos a serem perdidos girou em torno de 4,2 quilos, cifra muito pequena para influenciar a saúde de maneira intensa.

Soma-se a isso o fato de que, ao serem perguntadas sobre o que mais as incomodava em seus corpos, 20 delas apontaram para o que poderíamos considerar como “efeitos” da gordura: barriga, papada, sobrepeso, quadris volumosos, etc., como poderá ser visto na tabela 4. O que podemos depreender de tudo isso?

Provavelmente que, ainda que elas neguem, está existindo uma reprodução do padrão hegemônico que, segundo elas próprias, prima pela magreza. Portanto, o que esta incoerência mostra é que deve haver uma percepção subjacente à dimensão mais consciente destas intelectuais na qual podemos “ler” que a gordura é “feia” e deve ser evitada. Fiquei, então, diante de uma contradição entre discurso e prática.

Assim, ainda que no discurso dessas mulheres exista uma negação de vínculo com o padrão estético hegemônico, o que vemos na prática é que os valores principais deste padrão agem, sim, sobre essas mulheres e que elas o estão reproduzindo. Fundamentalmente tudo aquilo que foi apontado como “incômodo corporal” por elas enquadra-se no conjunto - apontado no primeiro capítulo - de elementos corporais “evitáveis em nome da beleza”, o que reforça que mesmo colocando-se como contrárias a este padrão, elas o reproduzem. Vejamos a tabela 4:

Tabela 4: O que as intelectuais menos gostam no próprio corpo

O que menos gosta no próprio corpo:	Frequência
Barriga, falta de cintura	12
Sobrepeso	4
Quadris largos	2
Papada	2
Cabelo volumoso	2
Nariz (grande, largo)	2
Queixo largo	2
Seios (flácidos, grandes)	2
Nada	2
Outros	6

Como podemos ver na tabela, apenas duas mulheres afirmaram não se incomodar com nada. Todavia, é muito significativo atrelar a isto que, mesmo a maioria das mulheres afirmando incômodo com alguma parte corporal, quando perguntamos acerca do nível de satisfação que elas nutriam em relação aos seus corpos, 17 afirmaram ter um *alto* nível de satisfação e 19 um nível *moderado*. *Nenhuma* das pesquisadas alegou que seu nível de satisfação corporal fosse baixo. Assim, mesmo que o referencial do padrão hegemônico seja por vezes validado, embora de maneira pouco consciente, parece que a reflexividade atua no sentido de processá-lo e colocá-lo como um referencial *idealizado* que, caso não seja plenamente alcançado, não implica na geração de um alto grau de insatisfação. O que podemos depreender disso é que apenas a existência e a consciência da existência de um padrão estético hegemônico não necessariamente conduzem, pelo menos entre as intelectuais, a uma insatisfação corporal supostamente derivada da incompatibilidade entre realidade e ideal, como apontam várias teorias feministas.

Associado a isso, perguntei-lhes sobre o grau de importância que assumiam seus corpos na construção da auto-estima: apenas três mulheres disseram que ele era baixo. Dezesete afirmaram que ele era alto e dezoito alegaram ser médio (o que torna a nos mostrar como o corpo é uma preocupação dessas mulheres).

Além disso, quando inquiridas acerca do grau de importância - também para a construção da auto-estima - da opinião alheia sobre seus corpos, apenas três entrevistadas afirmaram que ele era alto, enquanto 18 disseram ser baixo e 15 disseram ser médio. Ou seja, mesmo escolhendo o trabalho intelectual como meio

de vida, a valorização do corpo no fomento da auto-estima continua sendo uma realidade, mas, ao contrário do que se tende a pensar, a opinião alheia não assume um alto grau de importância para a construção desta auto-estima. Revela-se uma dimensão mais autônoma desta construção, como apontado por Margaret Archer.

Abaixo, a tabela que mostra a síntese destes dados por frequência:

Tabela 5: Corpo e auto-estima

Grau de importância do corpo/aparência para a construção da auto-estima	Grau de importância da opinião alheia sobre o corpo/aparência para a construção da auto-estima	Satisfação Corporal
ALTO 17	ALTO 3	ALTA 17
MÉDIO 16	MÉDIO 15	MODERADA 19
BAIXO 3	BAIXO 18	BAIXA 0

Podemos ver, então, uma tendência de que o corpo/aparência assuma um papel razoavelmente importante na construção da auto-estima das intelectuais, ao passo que ocorre uma baixa disposição para a consideração da opinião externa sobre este corpo/aparência. Vale ressaltar que, neste quesito, muitos comentários foram feitos no sentido de expressar que o avanço da idade permite um incremento da margem de autonomia que se tem em relação à opinião alheia sobre isso, de onde depreendo que a maturidade parece exercer um papel empoderador neste sentido.

Como visto no pré-teste, quando a opinião externa é levada em consideração, prepondera que esta opinião seja a do companheiro (marido ou namorado). Dezenove entrevistadas afirmaram que é deles a opinião mais influente. Em seguida, vêm “filhos”, “amigas” e “pessoas próximas”. Nenhuma entrevistada afirmou se importar com a opinião de desconhecidos.

Ainda no intuito de sondar o nível de auto-estima das entrevistadas, lhes foi perguntado acerca da frequência com que se sentiam insatisfeitas consigo mesmas, não apenas no sentido de aparência corporal, mas no conjunto de suas ações. Dezenove afirmaram que isso se dava raramente, dezesseis alegaram que isto acontecia “às vezes” e apenas *uma* respondente afirmou sentir-se frequentemente insatisfeita consigo mesma. Ou seja, se associarmos estes números ao baixo grau de importância atribuído à opinião externa e ao alto grau de satisfação corporal,

podemos depreender que as intelectuais não parecem apresentar uma forte tendência a problemas de baixa auto-estima, o que nos sugere que neste sentido a reflexividade pode ser o grande dispositivo para o equilíbrio.

Foi pedido, então, que estas mulheres descrevessem em cinco características o que elas consideravam uma mulher bonita. Sem excluir as repetições, 145 características foram apontadas e, curiosamente, apenas 27 diziam respeito à características físicas. Assim, a desproporção desses números parece demonstrar que, ao contrário do que normalmente se postula, a beleza, pelo menos para as intelectuais, estaria desvinculada da aparência física, sendo representada por vários aspectos bastante idiossincráticos.

Todavia, como foi visto, muitos dados nos comprovaram que o corpo e a aparência física assumem um papel bastante importante para a auto-estima destas mulheres. Portanto, existe a possibilidade de que a pouca ocorrência de características físicas da beleza derive, na verdade, de uma racionalização da questão. O que quer dizer que, se pensarmos, por exemplo, nos altos índices de desejo de emagrecimento ou de preocupação com os cabelos brancos, surge uma inconsistência entre esta desproporção da importância da dimensão física para a beleza e aquilo que estas mulheres afirmaram se preocupar de maneira intensa. Isso poderia nos sugerir pensar que aquilo que elas afirmam entender particularmente como beleza, não satisfaz plenamente os requisitos da beleza *legitimada*, ou seja, do padrão estético hegemônico. E, como venho apontando, ainda que de maneira pouco consciente, elas parecem estar suscetíveis, sim, a credibilizar e reproduzir tais padrões. De qualquer forma, o que podemos inferir deste superávit de características não-físicas é que a representação da beleza pode exceder a dimensão física e se constituir de outros aspectos.

Para que possamos visualizar tudo isto que está sendo dito, nas tabelas 6 e 7, abaixo, todas as características referenciadas estão transcritas, excluídas as repetições.

Tabela 6: Características Físicas da Beleza para as intelectuais

Qualidades Físicas da Beleza
Corpo harmonioso, cabelos tratados, pele bonita, olhos claros, mãos com dedos longos, bumbum bonito, postura, boca carnuda, rosto, altura, pés bonitos

Aqui, vale ressaltar que a característica “corpo harmonioso” foi a que mais apareceu – nove vezes.

As 118 características restantes tinham tamanha amplitude de conteúdo que as classifiquei como qualidades “não-físicas” da beleza. Essas qualidades apontadas foram desde “inteligência” até “limpeza”, passando por características como “ser colorida” (no sentido de ser feliz, animada). Ainda que esta heterogeneidade seja claramente perceptível, ressalto a maior recorrência de algumas características que retomam o mesmo aspecto e, como feito na tabela 3, podem ser agrupadas em categorias (de acordo com o sentido que eu entendi que as entrevistadas teriam pretendido atribuir às suas falas). Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 7: Qualidades não-físicas da beleza

Categorias	Características apontadas	Número de ocorrências
“beleza para si”	Autoconfiança, estilo, charme, autenticidade, personalidade, elegância, originalidade, brilho pessoal, autoconfiança corporal	33
“bom humor”	Alegria, simpatia, bom humor, felicidade, leveza de espírito, alto-astral, sorriso	27

Assim, na primeira categoria, apontamentos como “autoconfiança corporal” ou “brilho pessoal”, por exemplo - no sentido por mim compreendido - pretenderam expressar um mesmo aspecto e foram eles os que mais apareceram nas falas: 33 características apontaram para aquilo que chamo de “beleza para si”. Ainda que seja uma variável bastante complicada de tratar dada a sua intangibilidade, o que isso parece indicar é que as mulheres consideradas mais bonitas pelas intelectuais são dotadas de uma espécie de “aura” que as define como tal. O que esta aura exhibe, segundo as entrevistadas, é um “assumir-se a si mesma” e a beleza que é “possível” num dado conjunto corporal. É isso que tende a ser o principal sinal da beleza que se vê expresso nessa “aura” de charme, autoconfiança ou afins. A essa aceitação de si que (in)voluntariamente transcende para os outros, eu designei de “beleza para si”. Na verdade, o que isso parece revelar, e ainda que nenhuma entrevistada tenha nomeado, é que, para elas, a principal característica da beleza feminina é o “efeito” produzido por uma **alta auto-estima**.

Na esteira desta percepção, em segundo lugar, sinalizado 27 vezes, apareceu o “bom-humor”. A importância deste aspecto para a beleza foi bastante surpreendente, visto que eu não supunha haver uma conexão direta entre beleza e humor. De qualquer maneira, parece-me que uma alta auto-estima também pode ser expressa numa postura positiva diante da vida, e, portanto, em algo como o bom-humor. As outras características não-físicas apontadas foram de tal heterogeneidade que não creio valer a pena transcrevê-las aqui.

Em seguida, procurando averiguar o índice de agência destas mulheres, lhes foi perguntado se elas acreditavam que tinham poderes de mudar a realidade. Vinte e sete afirmaram que sim e nove alegaram que “mais ou menos”. Ninguém disse não ter. Este “mais ou menos” se colocou porque muitas delas ressaltaram que, mesmo tendo poderes de mudar a própria realidade, elas não acreditavam ser possível modificar a realidade de outros sem o compartilhamento da vontade deste outro. Além disso, aproximadamente metade delas espontaneamente frisou que a atividade acadêmica implica necessariamente em acreditar que é possível alterar a realidade. Assim, isto é percebido como um pressuposto da própria Educação enquanto ferramenta de mudança social.

Para finalizar o questionário e continuando na seara da Educação, visto que eu as reconheci como intelectuais, lhes perguntei como, afinal, elas definiam um(a) intelectual. Mais uma vez, deixei a pergunta aberta e a variedade de respostas foi razoável, mas sem grandes surpresas. Desde a definição mais simples como, por exemplo, “alguém que pensa”, até a mais ideológica como “alguém comprometido com melhorar a realidade das pessoas”, tudo que foi dito estava dentro daquilo que é tipicamente associado à idéia de intelectual. Assim, fazendo uma síntese do que as respondentes consideraram as principais “propriedades” do(a) intelectual, temos: 1) a eterna busca por uma maior compreensão da realidade (via estudo intenso constante); 2) a construção e a aplicação do senso crítico e 3) a interferência na realidade. Ainda que dito de formas diversas, 32 respostas apontaram para um, dois ou todos estes três pontos considerados fulcrais na atividade intelectual. Entre as respostas que não se enquadraram nestes pontos, duas disseram que o intelectual era alguém que buscava conhecer-se a si próprio através do conhecimento e duas disseram que todos os seres humanos que pensavam podiam ser considerados intelectuais.

Diante da pergunta acerca de se elas próprias se consideravam como tal, vinte e uma entrevistadas afirmaram que sim. Quatro disseram não se considerar intelectuais, por entenderem que não tinham o grau de dedicação que elas consideravam necessário para a legitimidade do “título”. Onze disseram “mais ou menos”, alegando ou que seus conhecimentos ainda estavam em formação - numa espécie de perspectiva evolucionista da formação do intelectual - ou a impossibilidade de empregar o nível de dedicação que elas consideravam necessária à atividade.

Alguns comentários foram feitos no sentido de dizer que “o/a” intelectual não consegue simultaneamente exercer essa atividade e ter uma família e/ou uma casa para cuidar. Quando eu utilizo estas aspas em “o/a” intelectual, aponto para o fato de que, embora muitas delas considerem ser possível gerir famílias e exercer a atividade intelectual (tanto que se consideram como tal), no plano da idealização do referencial, algumas acham que o/a “verdadeiro/a” intelectual se dedica *apenas* ao seu trabalho. Segundo elas, as necessidades imediatas impostas pela gestão dessas coisas atrapalham o nível de dedicação necessário a este tipo de trabalho. Contudo, nenhuma das entrevistadas atentou para o fato de que elas são *mulheres* e que, por isso, tradicionalmente tendem a exercer muito mais funções domésticas do que os homens, principalmente aquelas que têm filhos. E, como vimos neste capítulo, os filhos figuram como o principal assunto sobre o qual elas pensam e, portanto, ao qual se dedicam. Ou seja: segundo algumas perspectivas, nos moldes tradicionais do papel de mãe/esposa/dona de casa, a atividade intelectual se torna inviável, haja vista serem estas duas instâncias (a gestão de uma casa e de uma família e a atividade intelectual) extremamente exigentes. Desta forma, o ideal de intelectual figura como aquela pessoa que faz da atividade intelectual seu principal objetivo de vida, ou, na linguagem de Margaret Archer, sua principal preocupação última, não dependendo sua atenção em atividades corriqueiras, direcionadas à família ou à casa. Como elas assumem que fazem isso, daí o problema em assumir plenamente o título. Todavia, vinte e uma delas, em sua maioria, casadas, o assumem. Isso, provavelmente, nos indica que, mesmo que haja uma idealização da profissão, ao mesmo tempo, há uma reflexão que conduz uma parcela delas a achar que tal idealização é *apenas uma idealização* e que, por isso mesmo, não impede, na dimensão empírica, a execução da atividade e a ostentação do título.

Finalizada esta etapa extensiva, falarei no próximo capítulo de como selecionei os casos para a etapa intensiva e do que foi que emergiu das entrevistas em profundidade.

CAPÍTULO 5

PESQUISA INTENSIVA: CONVERSANDO COM AS INTELECTUAIS

Neste capítulo falarei da parte intensiva da pesquisa de campo, durante a qual foram feitas seis entrevistas em profundidade que procuraram analisar motivações e pontos de vista de seis mulheres que já haviam previamente respondido ao questionário⁴⁰. Com base nas demi-regularidades sugeridas pelos resultados obtidos na etapa extensiva da pesquisa, procurei observar como estas motivações e pontos de vista funcionaram como mecanismos geradores dos padrões encontrados, assim como de seus desvios. Além disso, levei em consideração elementos “invisibilizados” no discurso das informantes, sobre os quais falarei agora.

Para a seleção das entrevistadas levei em consideração sua distribuição nos centros, a renda e a idade. É preciso lembrar que, na etapa extensiva da pesquisa, a variável idade não pareceu influenciar a distribuição das respostas, mas, ainda assim, alguns fatores me motivaram a insistir em sua importância. O principal deles foi a *incoerência* de vários dados obtidos na etapa extensiva da pesquisa, algo já apontado no capítulo anterior e que será aqui retomado. Mesmo quando as questões não tratavam especificamente do tema da idade, dos discursos de várias respondentes foi “secretada” a percepção de que “idade” continuava sendo uma categoria problemática, especialmente no que tange à questão do envelhecimento. Esta incoerência, reforçada ainda por questões teóricas que sugerem que a variável “idade” implica experiências distintas em relação à beleza feminina, fizeram-me concluir que seria impossível efetuar uma análise bem-feita caso eu não insistisse em retomar tal categoria.

Uma ocorrência curiosa e emblemática sobre isso se passou durante a aplicação dos questionários: uma das entrevistadas, que aparentava ter mais de cinquenta anos, afirmou que não gostaria de me dizer sua idade, pois não dizia nem mesmo para os seus filhos. Contudo, após a aplicação do questionário, algum sentimento de confiança foi criado e ela se dispôs a me dizer quantos anos tinha.

⁴⁰ Apenas uma das entrevistadas, Fátima, não teve tempo de responder o questionário por completo, tendo sido entrevistada sem respondê-lo plenamente. De qualquer maneira, as perguntas restantes que haviam ficado incompletas foram todas retomadas no decorrer da entrevista e, por isso mesmo, suas respostas foram levadas em consideração também na análise extensiva.

Como a aplicação de seu questionário aconteceu numa sala onde havia mais pessoas além de nós duas, sugeri que a escrevesse de próprio punho no questionário. A sugestão foi acatada e descobri que esta respondente tinha 63 anos. Mesmo assim, depois de escrever, ela ainda frisou para mim: “Mas você não vai mostrar pra ninguém, né?”

Isso ilustra a minha percepção de que, mesmo que os dados quantitativos não tenham apontado a idade como categoria determinante de diferenciação, ela veio à tona diversas vezes, sugerindo um valor subjetivamente relevante para as entrevistadas. Interessante notar o que se revelou como uma contradição: por um lado, havia a constante vigilância diante de sinais de avanço da idade, expressa, por exemplo, no alto nível de preocupação em esconder cabelos brancos. Por outro, a idade figurava também como um elemento empoderador, no sentido de que várias entrevistadas afirmaram que, na juventude, tendiam a ser muito mais suscetíveis a comentários externos e a expectativas sociais.

Ainda que perigosas, parece-me que contradições e inconsistências podem, por vezes, prestar um ótimo serviço aos/às sociólogos/as, no sentido de que tornam aparentes o que está por trás dos discursos e além das hipóteses. Como foi visto no capítulo anterior, havia, por exemplo, uma negação massiva da reprodução do padrão estético hegemônico coexistindo com uma alta freqüência do desejo de emagrecer por motivos estéticos. Se a magreza foi considerada a principal característica deste padrão que era enfaticamente repudiado, vimo-nos diante de uma inconsistência. E o que pode se depreender disso em termos metodológicos?

Que, especialmente quando estamos lidando com a questão da reflexividade, há necessidade de diferenciar claramente discurso de prática, reconhecendo que os silêncios, o não-dito e as inconsistências nos falam tanto quanto as afirmações propriamente ditas. Deste modo, se aliamos tal conteúdo às entrevistas em profundidade, erigimos um aparato metodológico “vigilante” (Bourdieu, Chamboredon e Passeron, 2007) que nos ajuda a verificar como age aquilo que é e aquilo que não é percebido pelos atores.

Assim, mesmo que a metodologia extensiva não tenha verificado a importância da idade no nosso problema, foi exatamente a incoerência de seus resultados que nos fez aventar a possibilidade de que algo mais subjaz àquilo que foi exposto nos discursos. Além do mais, visto que as entrevistadas extrapolavam as perguntas dos questionários, o “excesso” das falas serviu para apontar que as perguntas do

questionário não estavam conseguindo apreender contradições centrais para a nossa discussão.

Caso tivesse considerado apenas os resultados obtidos pelas respostas dos questionários, eu poderia tender à confirmação da hipótese de que as intelectuais são plenamente reflexivas diante da centralidade do valor atribuído à beleza feminina. As respostas ao questionário sugerem que as intelectuais *não seguem* o padrão estético hegemônico, que entendem a beleza fundamentalmente como algo não-físico e que a idade não é uma categoria que deva ser levada em consideração. Contudo, pelas várias contradições e incoerências apontadas aqui, a mera confirmação da hipótese de reflexividade plena seria rasa ou desonesta.

Portanto, no caso desta pesquisa, aventando a possibilidade de que inconsistências possam indicar algo importante e que uma mesma regularidade (ou demi-regularidade) possa ser causada por diversos mecanismos, torna-se pertinente compreender em que se calcam as opiniões e como se concebe a construção do *self* tanto para as intelectuais mais maduras, quanto para as mais jovens. Além disso, cada uma das seis entrevistadas foi escolhida por apresentar uma postura ou comportamento que as diferenciava e estimulava meu interesse de pesquisadora, os quais serão esclarecidos a seguir.

Entrevistei, então, duas gerações de intelectuais: três mulheres com idade entre 29 e 36 anos e três mulheres com idade entre 53 e 57 anos, sendo duas do CFCH, duas do CAC e duas do CE, uma de cada geração. Todas são de classe média ou média alta, brancas ou morenas (nenhuma das trinta e nove⁴¹ entrevistadas era negra).

Segue abaixo uma pequena tabela que traz as informações mais básicas sobre as mulheres que participaram da etapa intensiva:

⁴¹ Incluindo o pré-teste.

Tabela 8: Perfil resumido das entrevistadas

Entrevistada	Idade	Relacionamento e filhos	Renda familiar	Centro
Gabriela	29	Casada e sem filhos	R\$ 12.000.00	CFCH
Mônica	31	Casada (grávida)	R\$ 8.000.00	CAC
Eduarda	36	Casada com uma filha	R\$ 10.000.00	CE
Sonia	53	Solteira e sem filhos	R\$ 5.000.00	CE
Rafaela	55	Casada com filhos	R\$ 20.000.00	CAC
Fátima	57	Casada com filhos	R\$ 15.000.00	CFCH

Dividirei este capítulo em seis tópicos, sendo cada um deles dedicado a uma interlocutora. As entrevistas duraram entre duas horas e meia e quatro horas. A ordem seguirá a mesma ordem cronológica das entrevistas.

5.1 O QUE DISSERAM ESSAS MULHERES?

5.1.1 Sonia, 53 anos:

“Acho que eu estou maravilhosa frente às mulheres da minha idade”.

Sonia tem a pele bronzeada, os cabelos pintados de louro claro e baixa estatura. Bastante comunicativa, extrovertida e sempre muito arrumada, fala alto e rápido e parecia preocupada em não deixar nenhuma abertura para uma interpretação “equivocada” da sua fala, sempre checando se eu estava, de fato, entendendo o que ela queria me dizer. Foram dois os motivos principais que me levaram a querer entrevistá-la: o primeiro é que ela é extremamente vaidosa (sendo inclusive reconhecida pelas colegas por isso) e o segundo é que, ao contrário da maioria das mulheres de sua geração, optou por não constituir uma família, o que contraria aquelas características “tipicamente” femininas inferidas no capítulo anterior.

Mora sozinha há vinte e cinco anos e disse que “nunca sentiu um minuto de solidão”. Afirma que esta escolha em nada tem a ver com o fato de que a ocupação intelectual seja algo que tenha lhe demandado tanta dedicação a ponto de impossibilitar a gestão de uma família. Na verdade, coloca a situação de morar só como uma escolha consciente, oriunda do fato de que ela própria ocupa o primeiro lugar no ranking de seus interesses - e tanto seu discurso, quanto suas práticas parecem não demonstrar nenhuma pretensão de mudar isso. Quanto ao grau de

dedicação ao trabalho, ainda que se considere “uma excelente professora”, Sonia esclarece que ele não é e nem deve ser prioridade na vida de ninguém e que todo tipo de profissional precisa relaxar, viajar e “se cuidar” para ter possibilidade de “se sentir completo”.

Afirmou que desde pequena quis ser professora universitária e que também data dessa época a sua vaidade, a qual ela considera muito estimulada pela mãe: “a forma que você é criada vai influenciar pro resto da sua vida”. Assim como ocorreu em outras entrevistas, a mãe figura como o primeiro referencial que ensina (ou não) a questão da vaidade e do cuidado estético:

Eu, desde pequena, sempre fui muito vaidosa e nunca encontrei em casa entraves para continuar vaidosa. Pelo contrário, eu recebia muitos incentivos a cada vez que eu era vaidosa. Com 15, 16 anos eu gostava que fizessem massagem no meu rosto e tal... E minha mãe, quando eu estava na massagem, podia ligar quem fosse que ela não passava o telefone e dizia que eu estava na massagem. Eu achava isso o máximo! Eu sempre fiz por onde eu parecer bem no meu corpo de 1,55m...

Declarou que o fato de morar sozinha lhe permite melhores condições de controle no processo de conversações internas. Acredita que essa situação lhe possibilita cultivar uma individualidade que não precisa ser constantemente dividida, pois em casa ela não precisa ficar a todo tempo falando de si própria para alguém. Soma-se a isso que, como está sempre sozinha, não é obrigada a escutar conversas alheias e a associação destas duas condições lhe permite passar muito tempo refletindo. Disse, inclusive, que a esse respeito está acontecendo o que ela considerou um processo “muito estranho”:

Eu fico a todo momento conversando comigo tentando me reportar a como eu era quando eu tinha 20 anos, 30 anos... eu fico assim, me comparando (...) As brigas que eu tinha com a minha mãe, por exemplo, quando eu era mais nova... Eu vejo a filha de uma amiga minha que, não é minha filha, mas faz exatamente parecido com as coisas que eu fazia. E, eu não digo nada, mas aí, eu chego em casa e fico me lembrando de mim e pensando ‘Pô, fulana faz isso’ e eu não acho mais que devia ser feito. E naquela época eu fazia igualzinho.

Sonia coloca que, mesmo quando não está efetuando este retrospecto, sua conversação interna é útil para fazer conexões entre as situações, no intuito de explicá-las e compreendê-las melhor, além de constantemente atuar como um questionamento e/ou um julgamento de si mesma:

Eu gosto muito de fazer uma leitura do meu dia. Aí eu fico pensando o que foi que eu fiz naquele dia e tal... E começo a me julgar... Tem coisa que eu fui legal, tem coisa que eu não fui... Eu discuto muito comigo própria.

Adentrando a questão da idade, pedi que Sonia falasse um pouco sobre o fato de fazer parte de uma geração que quebrou muitas barreiras para as mulheres. Para ela, em geral, o trabalho foi o principal fomento de autonomia feminina e, por isso, afirma que a sua geração é a primeira a “estar na prateleira”. Ou seja, que o fato de sair para o mundo público – para trabalhar - implica estar exposta a comentários, inclusive, a comentários sobre a aparência. Segundo sua percepção, estes comentários acabaram funcionando como um propulsor ao cuidado estético, e por isso sua percepção de que as mulheres de sua geração são muito mais bonitas e interessantes do que foram suas mães, quando tinham a mesma idade. Percebe uma grande vantagem de sua geração no fato de não ter mais que usar o que ela chama de “roupa de senhora” - coisa que ela aponta que sua mãe usava - e disse comprar suas roupas nas lojas para jovens. Frisou, porém: “Eu sei *exatamente* o que me favorece e não uso nada que eu não queira só porque está na moda.” Nota-se em sua fala um processo reflexivo que parece lhe conferir uma margem de autonomia diante de expectativas externas como a moda, por exemplo, e que tem profundas conexões com a dimensão empoderadora da idade.

Sonia me diz que nunca levou em consideração seguir mulheres famosas como parâmetros de beleza. Afirma que seu modelo de beleza feminina é a cantora Maria Bethania: “ela é horrorosa... mas eu acho linda”. Afirmou que a beleza de Bethania é, na verdade, devida à calma e ao bom-humor que ela transmite. Todavia, sua aparência e postura em nada coincidem com o jeito “hippie” da cantora. Ainda que ela diga nunca ter querido se espelhar nos referenciais tradicionais de beleza feminina por ser “baixinha”, sua aparência os reproduz constantemente. Seus cabelos são pintados de louro, seus sapatos sempre têm saltos, suas roupas acompanham as tendências da moda e ela sempre se apresentou maquiada. Além disso, afirmou estar continuamente de dieta para evitar a (feiúra da) gordura.

Além disso, reclamou da velocidade do envelhecimento corporal, afirmando sentir que sua cabeça permanece muito jovem e que apenas seu corpo envelhece. Seu comentário é exatamente o mesmo feito por Fernanda, 55, no pré-teste. Gostaria que seu corpo “congelasse” na aparência que tinha aos 40 anos, o que demonstra que mesmo que esta mulher despreze o envelhecimento corporal, seu

desejo não é o de se parecer com uma jovem. Admirar a sua aparência corporal aos 40 anos sugere um gostar de si própria, mesmo na maturidade. Como visto anteriormente, na seara da beleza, a negatividade da velhice é derivada da supervalorização da juventude, que representa e significa a essência do belo; sentir-se bem na aparência de 40 anos aponta para uma interessante margem de autonomia diante deste valor.

Mais um indício de sua refração ao envelhecimento corporal é sua propensão às intervenções cirúrgicas. Já fez quatro cirurgias plásticas: uma aos 43 anos, no nariz e nos olhos e outras duas, entre 49 e 54 anos, nas pálpebras superiores e inferiores. Afirma que quando suas pálpebras estão “com muita pele” – em nenhum momento ela disse “rugas” textualmente - elas “apagam” o que ela considera uma de suas coisas mais bonitas - seus olhos – e a deixam com uma aparência “extremamente cansada”. Este “extremamente cansada” pode ser substituído por “envelhecida” e isto, na verdade, é assumido por ela como *desnecessário*. Essa percepção é exatamente um dos efeitos do discurso hegemônico das tecnologias da beleza na sociedade ocidental moderna: Não é mais *necessário* parecer velho e/ou gordo, por exemplo, pois as tecnologias permitem resolver esses “problemas” e estão aí para ser usadas. A disposição de Sonia às operações feitas era tamanha que ela afirma não ter sentido dor nos procedimentos e não se arrepender de nenhum deles, reforçando que tornará a fazê-los sempre que tiver vontade.

Diz que a separação cartesiana entre mente e corpo, tradicionalmente atribuída aos intelectuais, está quase que completamente caída por terra e que a nova tendência é, mesmo no meio intelectual, uma harmonização entre essas duas coisas: “pra você ser intelectual, não precisa ser barbudo, cabeludo e de chinela rasteira”. Avalia que o fato de sua aparência física suscitar elogios por parte de seus alunos permite, inclusive, que eles se sintam mais à vontade para aproximarem-se dela, até mesmo para perguntar onde ela comprou um determinado acessório. Sua percepção é de que o/a professor/a é uma pessoa pública e que é “falta de respeito com o aluno” apresentar-se de maneira desleixada ou suja.

Para Sonia, acima de tudo, o/a intelectual é um ser humano como outro qualquer, que deve ter vaidade e gostar de elogios. Percebe que sua profissão a torna mais exigente, fazendo com que perca a paciência de “passar horas e horas conversando nada”, além de criar uma resistência a conversas com pessoas preconceituosas ou fofoqueiras, o que indicia um efeito da reflexividade. Também

atribui ao fato de enquadrar-se numa ocupação que prima pelo intelecto um aumento no seu nível de exigência em relação a possíveis companheiros e afirma que sua posição “assusta” de alguma forma estes possíveis companheiros que - nas suas palavras - pensam: “isso é uma mulher muito chata.”

Define-se como “rebelde” e diz que antes mesmo de se tornar uma intelectual, tinha propensão a questionar convenções sociais, como a família, por exemplo: “eu nunca gostei muito de aceitar as coisas que vêm montadas e que você tem que seguir. Eu sempre gostei de fazer as minhas próprias escolhas... sempre fui meio do contra”. Partir do Norte na década de 70, para morar sozinha em Recife, com 20 anos de idade, sem emprego e “mulher solteira” foi um ato bastante nítido da propensão de Sonia a isso que ela chama de “rebeldia” (e que podemos pensar aqui como uma alta propensão à agência).

Seu discurso é a todo tempo permeado de frases como “eu sou muito satisfeita comigo mesma”, “eu gosto muito do meu corpo”, “eu sempre gostei muito do meu tipo físico” ou “eu me acho uma excelente professora”, o que sugere um alto grau de auto-estima. Além disso, sua afirmação de que “namora *muuuuito*” (sic) e de que não tem problemas de ficar nua na frente de seus companheiros: “comigo, não tem essa de luz apagada”, nos permite pensar que, mesmo estando numa faixa etária mais madura, esta mulher ainda se sente desejável e dotada de poder de seduzir. O que, mais uma vez, aponta para uma alta auto-estima. Todavia, sua preocupação com os sinais do envelhecimento mostra uma insegurança latente que é sempre “sanada” pelo seu alto grau de dedicação à aparência.

Sonia trabalha constantemente para se sentir e parecer bonita e lhe dá bastante prazer receber os elogios acerca de sua beleza, pois ela trabalha por eles e considera que fazem sentido. Ainda que já tenha mais de cinqüenta anos, seu modo de falar e de se portar, além de suas roupas, são bastante joviais. Ela é bastante ágil e falante e sua indumentária tende a fazer mais a linha contemporânea do que a linha clássica, tradicionalmente esperada de mulheres maduras.

Sua aparência física parece assumir um lugar central na construção de sua auto-estima e tudo que ela considera “cuidar de si” – fazer ginástica, manter uma dieta para não engordar, comprar roupas novas, fazer plásticas – figura como algo cujos resultados lhe fazem muito bem. Ainda que não considere reproduzir o padrão estético hegemônico, Sônia o faz freqüentemente, e isto se expressa no seu contínuo trabalho para a manutenção de um corpo magro e tonificado, na

preocupação com determinadas rugas, no seu modo de vestir e na negatividade associada aos efeitos da velhice.

Ainda que se revele de fato como uma preocupação, em nenhum momento o alto grau de dedicação à construção de uma aparência “adaptada” aos pressupostos hegemônicos da beleza pareceu ser um incômodo ou um pesar na vida desta mulher. Mesmo quando se submete às intervenções cirúrgicas, sua pretensão de sentir-se bem parece subjugar a problemática dos riscos ou desconfortos que se colocam. Assim, ainda que a sua preocupação em parecer/ser bonita seja muito perceptível e que isso lhe demande uma série de atitudes e investimentos, parece que Sonia não sofre ao se esforçar para ser bonita. O que lhe faz sofrer é não sentir-se desta forma. Ainda que um tanto inconsciente, a busca pelo enquadramento no padrão não lhe causa sofrimento; o não-enquadramento, sim. Isso sugere que, conforme Archer, a reflexividade ou auto-monitoramento está presente na medida em que Sonia efetua uma espécie de “ajuste” entre suas diversas preocupações. Em várias partes de sua entrevista, fica clara a forma como ela relaciona suas preocupações estéticas e sua vida profissional. No entanto, em nenhum momento ela parece questionar os próprios valores que orientam suas ações. Por exemplo, a aparente ausência de questionamento em relação aos riscos inerentes aos procedimentos cirúrgicos a que se submeteu diversas vezes, embora não possa ser tomada como determinismo cultural ou estrutural, sugere um limite importante em seus processos reflexivos.

5.1.2 Fátima, 57 anos:

“Quando eu me sento, sinto todas as dobras da minha barriga. É insuportável. Insuportááááável.”

Fátima tem uma peculiaridade bastante interessante: é uma mulher que afirma reivindicar para si “o direito de ser mulher”. Educadíssima, bonita e extremamente elegante, demonstra características que são consideradas por ela própria como especialmente femininas e que ela se apraz em cultivar. Seus cabelos são tingidos de um tom louro escuro, suas roupas são clássicas e muito femininas e seus modos de falar e portar-se, idem.

Para Fátima, o prazer de se arrumar, de perfumar um ambiente, de cozinhar uma iguaria ou de dedicar-se a um outro integralmente são coisas eminentemente femininas e positivas demais para serem abandonadas. Quando Fátima reivindic

isso está, na verdade, afirmando sua identidade em contraposição àquilo que ela supõe ser o “novo” ideal de mulher - delineado pelo movimento feminista tradicional - no qual ela não se sente à vontade. Nas palavras dela: “o feminismo tende a querer transformar as mulheres em homens. Eu *não quero* ser homem. Eu quero é que os homens deixem de ser tão homens e se aproximem de nós.” Ou seja, ela acha que as características “tipicamente” femininas permitem a constituição de seres humanos melhores do que aquelas “tipicamente” masculinas (supremacia da razão, egoísmo, omissão familiar, frieza). Como vimos no capítulo anterior, para estas intelectuais (e para o senso comum) a feminilidade tem um caráter altruísta e sensível que Fátima não apenas admira e reproduz, mas parece dedicar muito tempo refletindo sobre isso. A forma como essas questões assumem uma dimensão central em sua vida ficará mais clara a seguir.

Afirma que seu meio de trabalho foi exatamente o meio que mais lhe exigiu essa postura “masculina”, de racionalização e abandono de suas questões mais caras – o seu lar e a sua família – e que há uma grande incompatibilidade em ter uma família para gerir e a atividade intelectual como profissão. Visto que ambos demandam um grau extremamente alto de dedicação, ela percebe que, à sua volta, muitas colegas escolhem não criar uma família. Como alega que a profissão não lhe dá a satisfação pessoal que a família lhe dá, a prioridade está sempre na última: “Porque eu tinha que deixar de dar atenção aos meus próprios filhos para dar tanta atenção aos meus alunos, que são pessoas transitórias na minha vida?” Na sua percepção, o sistema de trabalho é masculino e não leva em consideração que as mulheres têm (e querem e podem ter) outras prioridades na vida, por isso a incompatibilidade.

Sobre seu corpo, Fátima aponta ter algumas insatisfações. Fundamentalmente, um problema antigo com a questão do seu peso. Ainda que não seja gorda e que nunca tenha sofrido de obesidade, reclama de um sobrepeso que lhe acompanha durante boa parte de sua vida (desde a pré-adolescência) e que, segundo ela, surgiu em função do tratamento de uma doença vivenciada durante sua infância. Desde muito jovem, percebia que em relação à média de suas colegas era sempre um pouco mais gordinha, e notava que os outros também a viam desta forma. Já em sua fase adulta, sob o pretexto de demonstrarem afetividade ou intimidade, algumas pessoas próximas apelidaram-na de “gordinha”, só que este processo lhe incomodou de tal maneira que ela sentiu necessidade de interrompê-lo através de

uma conversa séria com as pessoas que assim lhe chamavam. Deste contexto acabou derivando um histórico de dietas constantes e um profundo sentimento de insatisfação com as dimensões corporais, que, além de tudo, é vivenciado como um paradoxo: “Eu *adoro* comer, então é um inferno”. Sua história nos demonstra como o corpo pode ser importante na formação de um *self* e como a insatisfação com este corpo – derivada de sua não-adaptação ao padrão hegemônico - é capaz de produzir aquilo que ela percebe como frustrações, inseguranças e episódios depressivos.

Retomando a autoridade das mães no processo do aprendizado da importância da beleza, somou-se ao contexto de Fátima um referencial materno involuntariamente cruel: ela me conta que sua mãe era belíssima e famosa por esta característica até mesmo fora da família. Ao mesmo tempo em que lhe dava muito orgulho ser filha de uma mulher reconhecidamente estonteante, isso a fazia sentir-se menor; o parâmetro era alto demais para ser alcançado. Disse ter ouvido muitas vezes de seu pai e de suas tias que ela própria era bonita, mas que sua mãe era *linda*. Ou seja, que a sua mãe era *mais* bonita. “Isso era uma coisa esmagadora na minha vida”. Assim, além do fato de apresentar uma constituição corporal mais volumosa do que a média, o que já lhe causava um impacto negativo, Fátima tinha em casa uma constante referência do que poderia ser a perfeição estética, cuja idealidade era reforçada pelos seus familiares.

Durante a entrevista, Fátima reconhece ter descoberto recentemente que, para ela, as opiniões alheias acabam sendo extremamente importantes para sua auto-estima, principalmente a de seu marido. Entende isto como uma fragilidade particular, mas afirma que tende a ser uma fragilidade tipicamente feminina, que age até mesmo quando o “julgador” não é o mais legítimo: “Qualquer gordo horroroso se sente no direito de opinar sobre a aparência das mulheres”.

Entende que contemporaneamente o corpo da mulher é objeto de exploração e que a mídia bombardeia padrões estéticos sobre as mulheres com tamanha força que ele se tornam um tanto quanto inevitáveis. Falando de um de seus símbolos - as modelos profissionais - ressalta a diferença qualitativa entre elas e o padrão estético mais antigo, das grandes divas do cinema, que primavam por um corpo volumoso e curvilíneo: “essas modelos de hoje são cabides de roupa... só são bonitas na passarela. Ao vivo, elas são horrorosas.” Isso indica que uma das vertentes do padrão hegemônico é desprezada por Fátima, que, mesmo lutando constantemente

para a consecução de um corpo magro, não admira o estilo corporal *excessivamente* magro das modelos.

Acredita que as mulheres que considera bonitas, na verdade, não tendem a reproduzir padrões, o que cai exatamente naquilo que foi inferido no capítulo anterior, acerca da beleza como algo *além* do físico (o charme, o estilo, a graça, etc.) e que, segundo ela, se expressa “no brilho dos olhos”. Na sua percepção, a mulher bonita é aquela que “se assume” e que olha e reflete sobre a própria vida de maneira a agir e encontrar nela o seu lugar. Na verdade, sua idéia de beleza se assemelha em muito com o conceito de transcendência de Simone de Beauvoir (referido no primeiro capítulo), sugerindo algo como a beleza da mulher reflexiva. Todavia, parece que para ela própria essa definição idealizada da beleza não é suficiente para evitar as inseguranças produzidas por um corpo que não se encaixa perfeitamente no padrão hegemônico e/ou naquilo que ela traçou como ideal para si mesma. O fato é que Fátima parece realmente acreditar que *para outras mulheres* a beleza pode se expressar de uma maneira que se sobressai à dimensão física. Contudo, parece não se dar conta que isto também pode acontecer com ela, e superdimensionando o “desencaixe” de sua aparência diante daquilo que ela entende como ideal e daquilo que ela acha que os outros acham de sua aparência, vivencia uma série de inseguranças bastante negativas para sua auto-estima.

Concorda que sua geração de mulheres é a primeira a ter um nível de atividade tão intenso, mesmo mediante o avanço da idade. Mas ao contrário de Sonia, sua percepção é de que ela própria já não pode mais ser vista como um objeto de desejo, como acontecia na juventude - ainda que as pessoas próximas constantemente lhe digam como ela é bonita. Para Fátima, a idade acaba com o *sex appeal* e delimita até mesmo o tipo de roupa a ser usada: “não precisa ser roupa de senhora, mas também não pode ser nada extravagante ou que seja feito para jovens”. Segundo ela, a pior coisa que alguém pode comentar sobre sua roupa é que “ela está jovial”, pois isto implica em certo ridículo: “Ninguém diz para uma jovem que ela está jovial.”

Mais uma vez podemos ver o avanço da idade como um fator limitante para a beleza, só que, ao contrário de Sonia, Fátima prefere deixar bastante claro o fato de que já é uma mulher madura a fim de evitar sentir-se ridícula. Até mesmo sua postura corporal e sua fala, ainda que ágeis, expressam certa austeridade e compostura tradicionalmente atribuídas às pessoas de mais idade.

Afirmou que sempre foi absolutamente contrária a plásticas, mas que há aproximadamente cinco anos mudou de opinião e que isso se deve ao aumento da longevidade das pessoas. Segundo Fátima, a constância e o aumento de um dos principais símbolos da velhice - as rugas – têm deixado as pessoas de mais idade muito feias: “Muita ruga é deformante. A pele jovem é uma coisa muito linda, e é irrecuperável.” Novamente vem à tona a questão da feiúra da velhice e, nesse sentido, ela passa a achar válido fazer algo que minimize o efeito destas rugas que tornam as pessoas tão feias, tanto homens quanto mulheres. O poder da tecnologia “contra a feiúra” parece ser um consenso entre as entrevistadas.

Podemos observar nas falas de Fátima que a preocupação estética vem permeando toda a sua vida, intensificada pela comparação com a mãe e pela sua forma física mais volumosa, o que vem sendo vivenciado de maneira intensa e ambivalente; produz muitas inseguranças, mas também alguns prazeres – o prazer de, às vezes, se sentir bonita. Sobre isso, seu marido ocupa um papel bastante central, pois segundo ela me conta, Fátima acredita que ele é absolutamente sincero quando lhe diz que a considera uma mulher muito bonita. A certeza de seu marido sobre sua beleza parece funcionar como um contraponto para sua insegurança acerca dela. Ainda que possamos ver uma série de insatisfações de Fátima com sua aparência, ao mesmo tempo, ela diz gostar de se sentir bonita e bem arrumada e insiste em procurar sentir-se assim. Segundo ela, “tudo o que é belo me dá prazer”.

Diz que comprar roupas ou ir ao cabeleireiro pode ser muito prazeroso e ver as unhas feitas, por exemplo, lhe dá muita satisfação, pois se sente “em ordem”. Por outro lado, diz que sofre por ficar ansiosa quando suas unhas não estão feitas ou quando seu cabelo não está devidamente tingido, sentindo-se “desorganizada”. Há uma clara ambivalência aí, e por conta dela, eu perguntei a Fátima o que lhe motivava a continuar a fazer as unhas e os cabelos, já que ela se irritava com a sua mania de considerar que isso é necessário. Sua resposta veio na forma de uma historinha que parece definir bem o problema da ação da estrutura sobre as mulheres:

Uma amiga minha deixou de pintar o cabelo e perguntou se eu não queria deixar também. Aí eu disse: eu queria que todas deixassem. Se ninguém mais pintasse, eu deixava também.

No momento da entrevista, definia-se insatisfeita com sua aparência, afirmando que o grau de dedicação atribuído à tese de doutorado recém-concluída tinha sido

tão grande a ponto de impedir a manutenção de sua atividade física regular e de sua dieta, o que se refletiu num aumento de peso e numa perda de agilidade que lhe incomodavam e deprimiam. Além disso, Fátima estava muito preocupada com os efeitos que uma intervenção cirúrgica simples, motivada pela retirada de um câncer de pele, poderia causar no seu rosto. Por ser na face, ela estava receosa de ficar com uma marca na pele, e só pensar nessa possibilidade a deixava deprimida.

O que podemos notar tanto na fala de Sonia quanto na de Fátima é uma consciência acerca do fato de que o “ser bonita” exige muita dedicação e, devido a isso, subjaz um sentimento de culpa e/ou frustração nestas mulheres quando tal dedicação não pode ser propriamente proferida. Não há uma consciência acerca do fato de que a necessidade de muita dedicação só existe porque elas acreditam num padrão e que é a perseguição deste padrão que é cansativa. Todavia, a própria Fátima disse-me ter chegado à conclusão - através de um processo reflexivo - de que o que chama atenção em uma pessoa é a completude de sua forma, e não seus detalhes e, de certa forma, ela utilizava essa recente conclusão como um consolo para suas insatisfações: “os detalhes somem na forma”.

Fátima reconheceu que seu descontentamento com a aparência lhe conferia um estado depressivo, mas frisou que, de qualquer forma, tinha consciência de que tal estado fazia parte da própria constituição de seu *self*. “O que não muda em mim é uma certa tristeza latente. Uma sensação de já nascer meio derrotada.” Afirma, inclusive, que isto é tema constante de suas conversações internas e ressalta que elas não se revelam muito úteis para solucionar tal sensação:

“Tem coisa que eu acho que nunca vou ser. Nunca vou ser uma pessoa *alegre*... uma *feeesta*... Não seria eu. (...) Eu nunca vou ser uma pessoa, digamos, leve. Não sou. Não é o meu jeito de ser.”

Acredita que as conversações interiores ajudam apenas a mudar coisas mais imediatas e menos profundas, ainda que possam versar sobre qualquer assunto, superficial ou profundo. As conversações sobre a beleza, por exemplo, são classificadas por ela como superficiais, muito embora possamos ver aqui que este assunto “superficial” tem conseqüências muito profundas na sua auto-estima. Segundo ela, suas conversações internas são ótimas para a definição de metas, mas “torturantes” quando tratam daquilo que ela acha que os outros pensam dela:

Elas sempre vão ser sobre as críticas que eu acho que as pessoas tecem ao meu respeito. Os elogios eu desprezo, entra por um ouvido e sai pelo outro. Mas as críticas entranham. Eu sou uma pessoa torturada pela crítica, pela falha. E as conversações não me absolvem de nada.

É interessante notar como Fátima é consciente das limitações de suas conversações e de suas próprias fraquezas, o que, diferentemente de Sonia, sugere um alto grau de reflexividade em relação à dimensão que a beleza assume em sua vida e aos efeitos, positivos e negativos, de tal fato. Independentemente da aceitação de diversos elementos do padrão estético hegemônico, Fátima demonstra um processo de reflexão intensa sobre essas questões.

5.1.3 Mônica, 31 anos:

“Eu não preciso ser masculina pra ser inteligente.”

Mônica não tem uma beleza clássica. Tem traços fortes, que transmitem personalidade, um corpo bastante atlético e um sorriso largo e sincero. Sentada de pernas abertas - e sem nenhum problema com isso - estava grávida de quase nove meses durante a entrevista. Seu porte é absolutamente relaxado e remonta a algo de “moleque”. É falante e palavras permeiam seu discurso, mas sua fala é calma e nos faz perceber que ela é uma pessoa bastante racional em relação a diversos aspectos de sua vida (de tal forma que isso aconteceu até mesmo com sua aparência física).

Segundo Mônica, a única característica tipicamente feminina que ela considera ter de maneira espontânea é a sensualidade. Todo o resto daquilo que considera feminino é também tido como não espontâneo: vaidade, gentileza, leveza, etc. ela alega que foram conscientemente construídas ao espelhar-se em outras pessoas. Ela também atribui aos anos de dança muito do seu aprendizado sobre sensibilidade e afetividade.

Assim, este foi o ponto que despertou meu interesse por Mônica: “resolveu” construir em si aquilo que ela julga ser a feminilidade (o que envolveu, inclusive, sua aparência física) por meio de uma constante reflexão sobre sua vida. Até então, ela questionava o valor do feminino, como afirma questionar a maioria dos valores: “Eu nunca aceitei bem as proposições dos outros. O pessoal me considera muito chata, mas eu nunca aceitei em primeira instância as proposições dos outros.”

Diz que a observação do comportamento alheio e o comentário de pessoas próximas acerca dela própria costumam levá-la a questionar o próprio

comportamento e que isso já provou diversas vezes melhorá-la enquanto ser humano. É a partir dessa constatação que ela afirma a necessidade constante de conversar internamente, numa contínua busca pela melhora de si mesma: “Eu morria de inveja dessas pessoas que conseguem o que querem através da gentileza”; esse tipo de percepção lhe fez, por exemplo, ter vontade de ser gentil. Até mesmo a questão da aparência foi enquadrada neste seu lema de “melhorar sempre”.

Segundo ela, estes questionamentos e aprimoramentos de si mesma se dão através de cotidianas conversações internas e representam uma “recolhida para a defesa, estratégica para o ataque”. Como podemos ver, até mesmo sua definição da própria reflexividade exhibe o lado racional da personalidade de Mônica, que compreende o processo como algo que tem uma clara finalidade prática. Seu resumo deste processo: “Essa minha historinha de recolher para refletir era, basicamente, chegar em casa e dizer: qual foi a merda que eu fiz hoje?”

Aponta que, embora sempre tenha gostado de estudar, nunca pensou estar no *métier* intelectual, pois na sua família é a única que fez mestrado e que está no doutorado: “Eu nunca imaginei ser professora.” Sua meta era ser desenhista de fábrica para projetar equipamentos de segurança do trabalho, ocupação que ela afirma ser bastante masculina. Como aparece diversas vezes no seu discurso, o caminho que a conduziu à atividade intelectual também foi muito pensado e refletido, e só a partir do momento em que concluiu que poderia fazer aquilo que gostava (desenhar), ganhar dinheiro e continuar estudando, resolveu ser acadêmica.

É perceptível, e hoje Mônica tem alguma clareza sobre isso, que, de maneira um tanto inconsciente, ela associava inteligência à (idéia tradicional de) masculinidade: ser inteligente implicava em ser racional, pouco sensível e desapegado de “futilidades”, como amizades ou vaidades. Segundo ela, sua idéia quanto a isso começa a mudar a partir do momento em que entra numa escola de freqüência bastante heterogênea e percebe que muitas pessoas eram inteligentes e também afáveis:

Aí, eu descobri que não precisava ser chata pra ser inteligente. Eu achava que tinha que ser dura, que tinha que ser áspera. Aí, na escola técnica, tinha padre, prostituta, menina legal e todo mundo era inteligente. Porque que eu precisava ser chata?

Essa sua associação entre masculinidade e inteligência possuía uma espécie de “afinidade eletiva” com o traço fortemente racionalista de sua personalidade, de maneira que durante muito tempo ela se portou como o que ela considera uma “mulher masculina”, mesmo sem ter noção disso. Isto, inclusive, é percebido hoje por ela no interesse despertado naqueles que ela entende como “homens femininos”: “quando eu olho pra trás, eu vejo que todos os meus namorados eram homens femininos”. O que ela quer dizer com sua expressão é que existe na sua vida uma tendência a atrair homens gentis, delicados e que têm capacidade de ceder, enquanto ela é a “razão” e a “frieza” da relação.

Coloca que seus outros namorados (mas não o seu marido) eram, na sua percepção, muito vaidosos e que, por conta disso, ela se cobrava estar bonita para corresponder às expectativas deles: “sabe o que é você acordar de manhã, antes do cara acordar, e ir no espelho ver se está com olheiras ou com o cabelo desgrenhado, e depois voltar para dormir?” Entretanto, isso parece indicar, na verdade, que até o seu companheiro atual, Mônica tinha certos problemas em encarar os comentários dos outros namorados acerca de sua aparência desleixada. Provavelmente, em virtude da insegurança oriunda de sua beleza pouco clássica e de sua “pouca feminilidade”, as quais durante sua adolescência foram vivenciadas como feiúra, como veremos mais à frente. Como ela assume que seu atual companheiro a percebe, em qualquer circunstância, como uma mulher bonita, permite-se relaxar ao lado dele - o que denota, mais uma vez, que a opinião dos companheiros sobre a beleza feminina parece ser fundamental para a auto-estima das mulheres.

Ao contrário da maioria das mulheres, Mônica diz ser ideologicamente contra pintar os cabelos. Ela pergunta “Qual é a função de pintar o cabelo? Só estraga e fica feio, de duas, três cores diferentes.” Isso ilustra a necessidade de função, de finalidade que subjaz constantemente ao discurso de Mônica: “qual é a função de fumar?” ou “pra que se tatuar nas costas, se não dá pra ver?”. Diz até mesmo que, durante a adolescência, “não via função em ter amigos”, pois considerava que em casa se sentia suficientemente amparada. Até o seu ingresso no mundo profissional, também afirma ter considerado a vaidade algo “sem função”. Diz que só ao adentrar as “rodas sociais da universidade” é que sentiu necessidade de mudar seu estereótipo, pois começou a se achar “com cara de maloqueira, de menininho”. O estopim para sua mudança foi uma grande sensação de vergonha:

Eu nem ligava pra cabelo na axila, cabelo na perna. Até que um dia eu tive uma reunião surpresa e eu estava um esculhambo. O cabelo feio, a axila cheia de pelos, uma roupa feia. E eu fiquei “mooorta” de vergonha. Aí eu comecei a perceber que eu entrava num círculo mais estratégico, diplomático, onde eu preciso estar arrumada para discutir contrato.

Assim, entende que o processo de se arrumar, de se cuidar, começou quando ela viu “a finalidade” de tal processo. A sensação de vergonha da própria aparência e a subsequente necessidade de se “apresentar bem” nas reuniões a fizeram ver “a finalidade da beleza”. Contudo, reconhece que o que começou de maneira bastante funcionalista, acabou virando um prazer. Afirma mesmo que, hoje em dia, quando está triste, vai ao salão de beleza e “sai feliz”: “Se eu tiver com pouco dinheiro eu faço a unha. Se eu tiver com mais dinheiro, eu faço limpeza de pele e cabelo e saio linda, maravilhosa”.

Ainda que não se reconheça como uma mulher vaidosa durante boa parte de sua vida, seu cuidado com o corpo data da adolescência, através da prática de dança e esportes e da opção por uma alimentação saudável. Além disso, diz sempre ter tido muito cuidado para manter a pele bonita, algo que se acentuou na gravidez, haja vista “o perigo” de estrias. Inclusive, sobre as mudanças corporais da gravidez, fala que, no começo, se achou “meio gorda”, pois sempre teve um corpo muito atlético e um abdômen trabalhado. Já no final, com treze quilos a mais, disse estar vendo outra beleza em si mesma. Entretanto, depois da entrevista finalizada, quando conversávamos algumas amenidades, Mônica afirmou estar preocupada em não voltar a ter a sua “barriga batida” depois do parto, o que indica que o seu corpo magro e tonificado é algo que ela gosta e que trabalha para ter.

Mônica diz – e, de fato, parece - sentir-se absolutamente satisfeita com sua aparência, mas ressalva que não foi sempre assim. Ela afirma ter tido um sério entrave com o seu cabelo “extremamente revolucionário”, só resolvido na fase adulta, depois da descoberta de uma técnica de alisamento que deixa os fios “revolucionários” em ordem:

Hoje eu sou muito satisfeita com tudo! Minhas pernas são muito elogiadas, meus dentes são muito elogiados. Eu me achava muito feia antes, na adolescência. Quando eu moldei meu cabelo, eu fiz uma completude aí. Hoje eu me sinto muito bem. Agora, eu vivo de dieta, né?

Mesmo afirmando “viver de dieta”, Mônica ressalta que isto não lhe causa nenhum sofrimento, visto que a sua dieta é, na verdade, uma opção pela vida

saudável e não uma privação alimentícia motivada apenas pela magreza: “Minha comida é muito light. E eu gosto disso, não me castra em “naaada”. Eu detesto o gosto da gordura, a não ser batata frita!”

Mônica acredita que as mulheres são “socialmente castradas”, algo que ela percebe na necessidade de ser “princesinha”, de sentar de pernas fechadas, no medo do sexo e até mesmo na constipação intestinal (oriunda da vergonha feminina de produzir qualquer tipo de excreta ou excremento). Sobre o padrão estético hegemônico, por exemplo, ela reconhece que em alguma medida ele lhe serve como parâmetro, mas coloca uma percepção “funcionalista” do mesmo: “Esse negócio de padrão de beleza, pra mim, ele funciona como um meio. Eu uso as ferramentas do mercado pra chegar na *minha* beleza.” Seu ideal de si própria não é exatamente o do padrão, mas reconhece que é ele quem direciona este ideal de si mesma.

Ainda falando de repressão feminina, afirma que, embora os homens não possam chorar – o que ela considera uma desvantagem - eles são muito mais livres do que as mulheres. Com base nessa percepção, se posta contra tudo que entende como “terrorista” e não assume nenhum dos comportamentos femininos que considera repressivos: “Eu vivo um corpo de mulher com liberdade de homem. Eu arroto, eu peido.”

Podemos depreender que Mônica apresenta um alto grau de reflexividade em relação aos pressupostos da feminilidade tradicional e isso parece lhe conferir autonomia suficiente para o desenvolvimento de sua própria feminilidade. Assim, de maneira calculada, ela associa e cultiva em seu comportamento elementos da masculinidade e da feminilidade tradicionais, conforme eles lhe parecem interessantes.

5.1.4 Eduarda, 36 anos:

...

Eduarda é uma mulher discreta, bastante feminina, com um rosto delicado e um ar de timidez. Tem um corpo “*mignon*” e os cabelos pretos muito brilhantes e cortados curtos, o que lhe dá uma aparência muito jovial. Não é falante e sua fala é tranqüila, às vezes lacônica e quase sempre precedida pelo silêncio de quem pensa antes de falar. Sua impostação não começou muito segura, mas foi se tornando relaxada ao longo da conversa. Senti que ela confiou em mim, vencendo uma timidez não declarada e conversando de maneira bastante aberta. Está

começando a lidar com a simultaneidade de cobranças da maternidade, do trabalho, da família e do esposo. Sua filhinha tinha apenas um ano na circunstância da entrevista e, como visto nos resultados do capítulo anterior, figurava como sua principal preocupação última.

Eduarda acredita que tem conversações internas o tempo todo, mas que só se dá conta dela às vezes. É interessante considerar que ela não soube me explicar exatamente o que motivava a consciência ou não acerca do processo, a não ser o fato de que certos assuntos demandam uma resolução com certa urgência e insistem em “voltar ao pensamento”. Como várias entrevistadas, também afirmou utilizar as conversações para pensar no que foi feito de seu dia, mas colocou que, principalmente antes de dormir, costuma fazer as prospecções para o dia seguinte.

Diz que embora não falemos tudo o que pensemos, a esfera do pensamento está sempre trabalhando, independentemente se isso é ou não externalizado e afirma ter medo das conseqüências de sua fala: “Eu sou uma pessoa que analiso muito o que vou falar... Pra não correr o risco de ter conseqüências negativas...” Esse traço de Eduarda foi percebido no decorrer de toda entrevista, mas, no final, estava um pouco mais suavizado.

Considera-se muito voltada para o trabalho e, por isso, procura ser muito produtiva - o que afirma que lhe faz muito bem - e tem consciência de que se perceber como uma boa profissional é fundamental para o fomento de sua auto-estima. Além disso, colocou que também se cobra muito para ser uma boa mãe e uma boa esposa e que tende a assumir posições de poder na família não-nuclear as quais, a princípio, não deveriam ser dela. Entende que essas outras responsabilidades ocupam boa parte de suas conversações internas, visto que lhe causa algum sofrimento assumir compromissos que ela acha que não são seus. Sobre esta sua “mania” de se envolver em assuntos alheios, acredita ser derivada principalmente do fato de ser a filha mais velha, mas reconhece uma tendência particular de assumir responsabilidades.

Considera que sua profissão exige muita dedicação e, por isso mesmo, sempre dedicou muito tempo a ela; ao mesmo tempo, não acha saudável alguém se dedicar apenas a isso. Conta do choque sentido ao perceber a quantidade de dedicação que a criação de uma filha também poderia exigir, mas afirmou não ver incompatibilidade entre a gestão de uma família e o trabalho, pois, segundo ela, fundamentalmente isso se resolve através de um processo de adaptação. Entretanto, diz que não é um

processo simples e que ele é constantemente permeado pela gestão da falta de tempo para dedicação supostamente necessária a um ou ao outro.

Mais uma vez, a idéia de construção da feminilidade aparece fortemente associada à influência da mãe. Aventa que sua “frescura” (delicadeza) é proveniente de um histórico de mimos na sua vida, pois sendo primeira filha e primeira neta, ficou sendo o centro das atenções. Além disso, como era asmática na infância, diz ter se construído sob a imagem da fragilidade: Impossibilitada de correr, de subir em árvores, ou de praticar esportes mais intensos, Eduarda optava por brincar de boneca, brincadeira muito introspectiva e tipicamente feminina.

Diz que sua mãe sempre tomou conta para que ela saísse “apresentável”, mandando-a pentear o cabelo, trocar de roupa, não sair de chinelo, etc., mas que isso era uma cobrança geral, inclusive para os filhos homens. Afirma que essa cobrança continua até hoje, o que nos remete ao que foi visto no capítulo anterior: a extrapolação da preocupação estética feminina para além dos limites do próprio *self* - atua nos filhos, na casa, no marido, etc.

Não se considera extremamente vaidosa, mas afirma se preocupar de maneira “básica”. Não gosta de salão de beleza porque diz ficar impaciente, mas, por outro lado, diz que às vezes quer ir e não tem tempo. Não pinta o cabelo porque diz gostar muito de sua cor natural. Acredita que seu gosto tem sido muito estável desde a sua adolescência e que a aparência não lhe causa grande transtorno. Exemplifica que sempre teve os cabelos grandes e muito elogiados, mas que resolveu cortá-los curtos e que isso, intimamente, não significou quase nada.

Em seu questionário, Eduarda negou⁴² a existência de um padrão estético hegemônico, mas na entrevista ela afirmou que a mídia propagava uma série de fórmulas para a beleza, inclusive a magreza, e que isto era muito danoso para a auto-estima de algumas pessoas que acreditavam nessa mídia. Tais pessoas se esforçavam muito, mas nunca alcançavam o ideal de si mesmas, o que as fazia insatisfeitas. Apontou também para o problema do consumo da moda e denotou sua autonomia em relação a ele:

Às vezes tem uma roupa que nem fica bem em você, que você nem acha bonita, mas compra porque está na moda. Isso, eu *nunca* vou fazer. Eu acho que é importante saber o que fica bem em você.

⁴² Durante a entrevista tive impressão de que talvez Eduarda não tenha entendido a pergunta quando ela foi feita no questionário e, por isso, sua resposta negativa.

De toda forma, reconheceu que essa “mídia da beleza hegemônica” a afeta em alguma medida. Disse, por exemplo, que não estava gostando de seu próprio corpo e que embora não estivesse fazendo esforço nenhum para isso, queria emagrecer. Não compra revistas femininas, mas toda vez que folheia uma delas e vê os corpos das mulheres, pensa “poxa, eu preciso melhorar. Tenho que emagrecer, tenho que perder barriga”. Contudo, diz que tais revistas funcionam apenas como “um estímulo momentâneo”, ou “um estímulo bem curtinho”, mas não servem como um ideal a ser completamente considerado ou perseguido. As imagens das mulheres da revista são um modelo de aparência ideal, mas não aplicável à realidade, que é o ideal que a própria Eduarda afirma traçar para si mesma. Entretanto, ela acredita que certas pessoas sofrem, de fato, por não se encaixarem naquele padrão. Por tudo isso, diz que ver as imagens destas revistas não a faz sentir-se mal com o próprio corpo, apenas lhe remete que seria bom melhorá-lo.

De forma um tanto contraditória, diz que o que lhe faz sentir de fato insatisfação com a aparência é o espelho. Afirma também que se sente muito bem quando emagrece. Eduarda está muito longe de ser gorda, mas diz sempre ter sido bem magra e que, desde a maternidade, não voltou a atingir seu peso ideal (está apenas 4 quilos mais gorda). Pergunto-lhe qual o problema da gordura e ela me diz que não sabe explicar exatamente: “Eu acho feio uma pessoa gorda. Quando veste uma roupa, não fica bem. Biquíni, nem pensar! Eu não aceitaria se eu fosse gorda.” Exemplifica com o caso de uma amiga que era magra na juventude e que depois de certa idade engordou muito e, se colocando no lugar de sua amiga, Eduarda me diz que se “sentiria muito mal, com a auto-estima lá embaixo.” Diz que as mulheres são necessariamente mais bonitas quando são mais esbeltas.

Tem certa consciência de ser tocada pelo valor da magreza, mas disse, como Fátima, achar muito feia a magreza excessiva das modelos. Disse ter sido bem resolvida com o corpo durante a adolescência, mas afirma ter tido sérios problemas depois, com o aumento do volume dos seios. Até fazer uma cirurgia plástica de redução de mamas, aos 24 anos, se incomodou muito com o que ela chamou de “desarmonia” do seu corpo: “Eu não tinha coragem de usar uma blusinha que aparecesse. A primeira coisa que eu fiz depois da cirurgia foi comprar uma coleção de blusinhas!” Argumenta que mesmo depois de os seios grandes virarem moda (como vimos no primeiro capítulo), continuou extremamente satisfeita com o efeito

da cirurgia de redução e acha que se a finalidade de uma plástica qualquer é acabar com uma desarmonia, isso é extremamente válido.

Ainda que considere que “uma lipoaspiração resolveria todos os meus problemas”, Eduarda afirma que jamais se submeterá a uma, pois acha o procedimento muito invasivo e isso demonstra a mediação de sua reflexividade em relação ao estabelecimento de limites pessoais de validade para cirurgias meramente estéticas: “As pessoas têm que ter um critério, um limite para esse excesso de cirurgias plásticas.”

Afirma que algumas mulheres têm introjetada a necessidade de cuidar da aparência constantemente e que isso pode demonstrar uma lacuna emocional preenchida por esta dedicação exacerbada. Contudo, afirma que a associação entre mulheres e beleza é uma questão cultural e que, por isso mesmo, é difícil se libertar dela. Ao mesmo tempo, sublinha que a biografia e a posição social de cada mulher são extremamente determinantes para definir o tipo de posicionamento que cada uma delas assumirá em relação a esse valor. Seu ponto de vista é que este tipo de associação entre o valor da mulher e sua beleza deve ser pensado pelas próprias mulheres:

Eu acho que tem que refletir... Ter uma visão crítica do cuidado da aparência, de quanto isso interfere na sua vida, de quanto isso está te deixando dependente, oprimida. Isso é muito mais importante do que o cuidado em si, né?

Afirma que uma elevada preocupação com a aparência em nada contradiz a capacidade produtiva de um profissional, nem mesmo a do(a) intelectual. Diz que para sê-lo é necessário gostar de estudar e que a intelectualidade é um processo que pode ser construído por qualquer um que se dedique.

Ao contrário da maioria das entrevistadas, fala que os comentários negativos de sua família sobre sua aparência não são capazes de lhe magoar ou de afetar sua auto-estima, pois com eles, ela se sente à vontade para discorrer sobre o assunto. Já o comentário negativo de alguém distante, que ela dificilmente encontra, funciona como um “atestado de que está pior”. Por outro lado, diz que adora receber elogios dessas pessoas e elenca como um exemplo de elogio “Ah, você está mais magra.” O que ilustra - pela enésima vez - a negatividade da gordura e como a sua ausência é encarada como um elogio capaz de massagear o ego.

Diz que nas suas conversações internas teve “um pensamento errado” que versava sobre como o tempo que ela passaria na academia seria subtraído de sua filha - o que nos mostra as conversações atuando como julgamento moral de si mesma. Contudo, a análise de seu suposto “erro” lhe fez chegar à conclusão de que todas as pessoas têm que ter um tempo para si e que, inclusive, o fato de entrar na academia, por exemplo, faria com que ela desfrutasse de um tempo de melhor qualidade com sua filha, pois estaria sentindo-se mais disposta e mais saudável. Esse caso nos ilustra como um mesmo pensamento, que já era a interpretação de uma situação, pode ser submetido diversas vezes à análise e re-interpretado; Eduarda teve um pensamento, considerou-o errado e reconsiderou sua interpretação, passando a considerá-lo coerente. Este exercício de pensar sobre aquilo que já foi pensado figura como prática comum nas conversações das intelectuais.

Na esteira desta discussão, Eduarda afirmou que, na fase da entrevista, estava começando a mudar a sua primeira postura diante da maternidade, que envolvia assumir apenas o cuidado de sua filha como única prioridade até que ela fizesse dois anos de idade. Estava percebendo que poderia (e deveria) ter um tempo para si mesma, sem se sentir culpada: “Não é melhor ter uma mãe disposta, do que uma que não agüenta nada?” Isso ilustra uma das funções principais da reflexividade, como apontado por Archer, a qual consiste na constante possibilidade de reconsideração dos compromissos.

5.1.5 Rafaela, 55 anos:

“A maturidade traz uma sabedoria, não é só pele e bunda arriada, não. Traz uma sabedoriazinha.”

Ainda que já seja uma mulher madura, Rafaela se apresenta de forma bastante contemporânea e seu estilo denota uma busca por conforto sem abandonar o bom gosto. Tem fala segura e senta-se sempre à vontade. Tem uma compleição corporal grande, mas não é gorda. Seus cabelos pintados de vermelho, cacheados e curtos e o uso constante de um par de óculos lhe tornam um excelente estereótipo da intelectual contemporânea. No nosso primeiro encontro, durante o questionário, a primeira coisa que me perguntou foi se seria “rapidinho”. No segundo encontro, durante a entrevista, novamente ela sugeriu: “mas não vai demorar muito, não, né?”. Mesmo com toda aparência de pressa, Rafaela respondeu a todas as minhas

questões, até mesmo porque suas respostas são rápidas e diretas, o que agiliza bastante a coleta dos dados.

Rafaela foi a única das 39 entrevistadas que afirmou no questionário não acreditar que conversasse consigo mesma e reafirmou sua posição na entrevista. Ao explicar essa sua posição, Rafaela disse-me que, na verdade, acreditava que todas as pessoas tinham processos de reflexão, mas que não acreditava que tal processo se dava na forma de conversações internas:

Não é uma conversa. É de outro jeito. É ponderando, é medindo... dados, experiências. Não é um negócio tão introspectivo quanto essa conversa interna me faz parecer. Isso tem uma profundidade muito maior.

Sua percepção é de que a idéia de uma conversa consigo mesma implicaria um grau de profundidade muito maior do que o grau que recorrentemente se mantém nas suas reflexões cotidianas. Contudo, esta foi a única questão que deixou Rafaela pensativa, na qual as respostas não foram diretas. Ela realmente sentiu necessidade de parar para pensar e suas respostas tiveram muito mais o caráter de “possibilidades” do que de certezas. No seu raciocínio, aventou que, em questões existenciais, o processo pode se dar na forma de uma conversação, mas coloca que isto é excepcional: “Nem todo dia você está afeita a pensar profundamente, a questionar sua existência. Pelo menos, não é o meu perfil.” Depois dessa fala, pensou mais um pouco e concluiu que possivelmente ela também tinha conversações internas, mas só para questões “*muito* pessoais”, onde necessariamente figurariam “ou a relação de você com você mesma ou de você com o outro”. Ou seja, para assuntos cotidianos o pensamento não se daria via conversação interna.

Não se considera muito vaidosa e acredita que sua vaidade só começou na adolescência, durante a fase “das paqueras com os meninos”, quando sentiu a necessidade de chamar sua atenção. Disse que, na sua meninice, durante as férias, não penteava os cabelos cacheados e eles vivam cheios de nós. Sua lembrança é de que sua avó constantemente a repreendia pela falta de vaidade e a sentava no colo, enchia seus cabelos de um creme chamado “Suave” e o desembaraçava.

Ainda que acredite na existência de um padrão estético hegemônico, escolhe não se filiar completamente a ele. “Beleza tem a ver com harmonia. Não adianta me botar numa coisa muito amarrada porque a minha natureza não é assim.” Disse que

o principal no entendimento da beleza é fazer escolhas que reflitam o que a pessoa é e que essas escolhas são feitas por uma identificação com as coisas. “Quando eu penso em beleza, tem que ser uma coisa que se entenda comigo.” Acredita que a contemporaneidade permite uma profusão de estilos muito positiva, pois, antigamente, não havia tantas opções.

Rafaela fala-me que detesta salão de beleza e que várias vezes tem muita preguiça de pintar o cabelo, mas, contraditoriamente, só gosta de vê-lo pintado: “Às vezes, quando eu estou sem saco, eu penso - ai, pô... tem que pintar esse cabelo... que merda.” Me diz que seus filhos e seu marido também não gostam de vê-la sem pintar o cabelo e reclamam, mas que sua motivação principal para continuar tingindo não são estes comentários, mas sim a aparência envelhecida que ele traz: “Eu não gosto de cabelo branco porque en-ve-lhe-ce.” Como ela diz não gostar da idéia de que pintar o cabelo se torne uma obrigação, negocia, “equilibrando os meus limites.” Ou seja, quando está sem paciência de pintar, faz um penteado que disfarça as raízes brancas e só pinta quando está com vontade ou quando fica impossível de esconder. Na sua fala podemos ver vários elementos recorrentes nesta pesquisa: a importância da opinião do marido, a repulsa aos sinais da velhice e a dimensão de negociação que as mulheres colocam diante de cobranças (internas ou externas) sobre a aparência.

Concorda que muitas mulheres de sua geração estão de fato produzindo, trabalhando e saindo para se divertir. Diz que se sente desejável e produtiva e que a idade não afetou essas dimensões, mas avança a possibilidade de que esta valorização de si, independentemente da idade, tenha a ver com o fato de estar envolvida num meio especialmente intelectualizado. Diz que as mudanças de paradigmas que emergiram no final dos anos de 1960 e 1970, com o movimento hippie e o movimento feminista trouxeram, sim, conquistas para as mulheres, mas que isso só ocorreu porque já havia uma predisposição destas mulheres a aceitar aquilo que estava sendo falado. O que ela quer dizer com isso é que, se tais reflexões fossem apenas externas às mulheres, elas não teriam encontrado eco nas mentes particulares: “eles (os movimentos), sozinhos, não teriam feito nada”. De forma indireta, Rafaela aponta para o que Archer definiu como “*no agency, no system*”; ou seja, que foi preciso a agência das mulheres para que o ideal de fomento de suas autonomias se constituísse. Contudo, acha que isto se sedimentou

muito mais nas classes média e alta e que a classe baixa continua reproduzindo fortemente as estruturas do patriarcado.

Uma coisa curiosa no discurso de Rafaela é que ela acredita que o principal traço feminino é a predisposição a cuidar, mas que isso é muito mais instintivo do que uma construção social. A entrevistada crê que os homens são ensinados a cuidar, mas que as mulheres já nascem predispostas a fazê-lo.

Diz ter muita satisfação com seu trabalho, de maneira que não se imagina sem ele. Acredita, inclusive, que os pilares de sua auto-estima são a harmonia de seu lar, com seus filhos e seu marido, aliada à satisfação que tem fora de casa, no trabalho: “Se eu não tivesse trabalho, minha família não estaria bem. Não pode ser uma coisa só.”

Considerando que seu corpo poderia também afetar sua auto-estima, Rafaela diz trabalhar num “regime preventivo”, ou seja, não permite nunca que a sua insatisfação corporal cresça a ponto de afetar essa auto-estima: “Se eu estivesse aqui com 90 quilos, aí eu estaria muito mal... Não precisa ser a velhinha enxuta, mas tem um meio termo aí que a gente não pode descuidar.” Ressalva, de forma secundária, que a forma corporal também implica diretamente na saúde do organismo. Isso é, para ela, um motivo bastante importante para manter-se bem fisicamente e afirma que:

Não basta viver de dieta só para não engordar. Eu vou pra academia por uma questão de saúde e, claro, fico satisfeita, quando rebate no corpo. A bunda não arreia, o peito não arreia...

Novamente, nessas falas, vem à tona a necessidade das mulheres maduras de evitar que o corpo demonstre os sinais da idade e uma repulsa à gordura excessiva. Contudo, mesmo que não figure como o principal, a saúde tem aparecido recorrentemente como um fator motivador para o cuidado com a aparência.

Afirma que o pensamento sobre sua aparência é “um pensar constante”, que hierarquicamente vem depois de sua família e seu trabalho, mas que, em determinadas situações, pode equiparar-se a eles. Exemplifica seu ponto a partir da necessidade que sente de “apresentar-se bem” quando vai falar com um cliente⁴³: “Você tem uma função, você tem um papel que, de repente, você não pode baixar a guarda.” Esta fala de Rafaela reflete uma preocupação que apareceu nas falas de

⁴³ Ela é professora universitária e presta consultoria na sua área.

diversas entrevistadas; a aparência figurando como um indicador de posições sociais e como uma demonstração de respeito nas relações profissionais.

Ainda que não goste dos sinais da velhice, Rafaela diz não ter sentimentos de perda com o passar dos anos, mas, quando perguntada sobre o processo de envelhecer, me diz: “Ave Maria, pense numa coisa difícil! Se você não tiver uma vida de cabeça muito saudável, você pode encurtar muito seu tempo de vida de qualidade.” Segundo ela, a tendência é que o envelhecimento faça com que as pessoas sintam necessidade de parar, de se retrair, mas afirma constantemente trabalhar para não sentir isso. Atribui ao marido uma continua motivação para sair sempre de sua “zona de conforto”, o que evita esta vontade de retração da idade e me diz que foi ele que resolveu, por exemplo, todo o trâmite para que ela entrasse na academia.

Diz que a idade a tornou muito mais seletiva, inclusive no sentido de restringir certas coisas que ameacem sua integridade física – algo como aventuras inesperadas ou doenças – porque pensa na responsabilidade sobre seus filhos. Coloca que quando eles eram pequenos, era muito difícil cumprir seus papéis de mãe e de profissional: “Conciliar menino pequeno e trabalho não é fácil”, e que isso implicava em ter quase nenhum tempo para si mesma.

Aponta que na juventude se sentia e se permitia ser muito mais suscetível a qualquer influência externa e que o desenvolvimento das responsabilidades a tornou mais impermeável a estas influências ou a qualquer forma de padrão. Sobre a beleza, por exemplo: “Quando a gente está nessa idade que eu estou, padrão de beleza não é mais suficiente. As aparências vão impressionando menos.” Aqui, mais uma vez, aparece a contradição da idade, que é ao mesmo tempo negativa em seus sinais, mas positiva no sentido de incrementar a autonomia feminina.

Acredita que todas as pessoas que trabalham com educação têm que acreditar na possibilidade de mudar a realidade e que o fato de ser professora universitária não implica em merecer o título de intelectual, e, portanto, não se considera como tal. Entende que só estudiosos excepcionais, como os expoentes “Edson Nery da Fonseca, Gilberto Freyre, Professor Ariano Suassuna...” têm envergadura para o título. Para Rafaela, o que vai definir o intelectual é sua capacidade de criar coisas novas a partir de sua carga cultural aprendida e a intensidade de dedicação que dá ao estudo: “Eu prezo muito por essa palavra e acho que hoje ela é usada de

qualquer jeito”. Ou seja, para Rafaela, intelectual só é aquele ser humano que faz do estudo a sua preocupação última e que vive introspectivamente em função disso.

Percebe que continua havendo uma associação entre beleza e futilidade e afirma que “isto é um mito bobo. Puro preconceito”. Para Rafaela, a mídia reforça isso de uma forma “que se não for dita, é subliminar”, pois constantemente exhibe mulheres belíssimas que não têm nada a dizer. Termina a entrevista apontando a necessidade de considerar que os homens estão se libertando desta associação preconceituosa e que a exclusividade das mulheres no cultivo da beleza é uma coisa passada que ela chama de “padrão de um tempo. Acho que isso mudou”.

5.1.6 Gabriela, 29 anos:

“Eu só tive uma Barbie a minha vida toda. E arranquei logo a cabeça.”

Gabriela foi a professora mais jovem que eu entrevistei. No dia da entrevista usava um vestido bastante feminino e “bem comportado”, o qual eu não tenho certeza que se harmonizava com sua personalidade. Tem cabelos longos e bem pretos e não usa nenhum acessório além dos óculos. Parece-me mais questionadora e contemporânea do que sugere sua aparência bem-comportada. Tem certo ar de timidez, mas é bastante decidida na hora de falar. Tem opiniões e pontos de vista bem claros e falou de maneira bastante aberta sobre sua vida. No dia da entrevista, estava se despedindo de Recife, pois estava indo para o Sudeste fazer um intercâmbio de doutorado. As atribuições dessa sua decisão ilustram a sua firmeza de suas opiniões, como veremos abaixo.

O problema de sua partida se deu fundamentalmente por causa da sua situação de mulher casada: toda a sua família e amigos se opuseram à sua partida, visto que seu marido ficaria aqui “sozinho” durante um ano e isto não deveria ser a postura “adequada” de uma esposa. Até mesmo sua orientadora quis reduzir o seu tempo de estada no sudeste no intuito de evitar tal “abandono”. Gabriela me diz que a desaprovação generalizada de sua partida foi um choque inesperado, pois passou subitamente a entender que, entre a maioria das pessoas à sua volta, a noção patriarcal de que as esposas devem sempre acompanhar os maridos permanecia muito viva:

Eu tenho um tio e uma tia que foram *na minha casa* fazer uma “reunião” comigo pra pedir que eu não vá. E eu falei “ótimo que vocês tenham sua opinião, mas eu não vou mudar meus

planos”. Agora, eu não vou dizer que não incomoda, porque, incomoda muito. São valores extremamente machistas.

Disse que se sentiu muito sozinha ao tomar esta decisão e que as únicas pessoas que a apoiaram foram o próprio marido e o pai de um amigo dela (que já tinha vivenciado uma experiência parecida). Afirmou pensar a todo momento: “Como é que as pessoas podem pensar assim *em 2010?!?*”

Disse que o que mais lhe choca é dar-se conta de que as mulheres também são responsáveis pela manutenção deste tipo de pensamento. Entende que noções como passividade feminina e supremacia do poder masculino são valores socialmente difusos, mas que são ensinados em casa, em família. Sua maior indignação consiste em perceber que a transmissão desses valores muitas vezes é feita pelas mães, as quais deveriam, supostamente, se opor a eles. Sem se dar conta disso, o pensamento de Gabriela nos leva mais uma vez, à máxima de Archer: *no agency, no system*, pois ela tem noção de que é exatamente a agência feminina quem mais deveria bloquear um valor que depõe contra as próprias mulheres. Entretanto, a entrevistada assume não sabe explicar até que ponto a perpetuação destes valores é consciente ou inconsciente e conclui: “Parece que o homem tem na vida da mulher um papel maior que ela mesma.”

Acredita que sua percepção crítica em relação às desigualdades de poderes entre homens e mulheres se dá graças à influência do pai, o qual ela considera “meio feminista” e responsável pelo estímulo ao seu pensamento crítico: “Meu pai dizia assim: No dia em que meus meninos puderem fazer alguma coisa, Gabriela vai poder fazer também.” Já sua mãe, na sua percepção, reproduz um modelo bastante tradicional de feminilidade, de pudor e passividade. Vistas estas duas influências contraditórias em sua vida, acredita que sua opção por escolher uma ou outra “postura” se deu através de uma espécie de afinidade eletiva entre sua personalidade e a postura democrática de seu pai. Mensurando a influência dele, Gabriela acredita que a educação recebida em casa é bastante mais determinante para o desenvolvimento de uma postura crítica diante da vida do que aquilo que é passado via educação formal.

Gabriela entende que sua mãe é a mulher “mais tradicional possível”: dona de casa, vaidosa, educada. “Se ela pudesse, eu seria uma Barbie.”, afirma. Isso, mais uma vez, conduz à questão da influência das mães nos processos de feminilização e na margem de autonomia que algumas mulheres constroem em relação à elas.

Conta, por exemplo, que quando ia comprar roupas na adolescência, Gabriela escolhia os modelos com os quais “pudesse entrar e sair do canto sem ninguém perceber” e diz que sua mãe vetava deliberadamente o que ela escolhia. Seu problema foi solucionado pelo pai, aos 14 anos de idade, quando ele lhe deu um cartão de crédito para que pudesse escolher o que quisesse, independentemente das vontades maternas. Disse que quando as vendedoras lhe sugerem comprar uma roupa “porque está na moda”, ela imediatamente procura outro modelo: “A coisa que eu mais odeio no mundo é todo mundo igual. Trezentas pessoas com a mesma roupa. Eu gosto de roupa que dura cem anos.” Considera que evitar a moda pode até ser um tipo de “amostração” (sic), no sentido de ser um desejo de exclusividade, mas que é assim que ela sente-se melhor – o que nos indica uma dimensão de autonomia em relação à valores estruturais.

Não considera que poderia ser considerada menos feminina por ter um gosto mais discreto: “tem um milhão de formas de você ser feminina.” Inclusive, diz que, com base na sua experiência com as mães de alunos de escola estadual, percebe que os padrões de feminilidade são fortemente determinados pela classe social. Assim, mulheres das classes média e alta tendem a ser muito diplomáticas e delicadas, enquanto que aquelas das classes mais baixas tendem a apresentar o comportamento oposto. Fazendo um contraponto à feminilidade tradicional cultivada pela sua mãe, ela nos fala das impressões que esta tinha diante do gosto de “moleque” de Gabriela:

Minha mãe ficava doida. Eu gostava de judô, adorava carro e ia consertar o carro com meu pai, adorava basquete e jogava futebol. E era boa jogando! Parecia um menino. Até hoje é assim. Eu não uso brinco, não uso colar, até a aliança foi um custo pra eu me acostumar.

Contudo, mesmo não reproduzindo a delicadeza e o apreço por adereços estéticos “tipicamente femininos”, Gabriela não se considera sem vaidade e me diz: “minha vaidade é sutil”. Disse, por exemplo, sempre ter tido muito cuidado com sua pele: “Se eu tomar banho e não passar hidratante, eu não tomei banho”. Acredita que várias mulheres só se arrumam para os “seus” homens e não para elas próprias, algo que ela diz não compartilhar: “não interessa. se eu não tiver boa ou com saco de me arrumar, eu não vou fazer.”. Inclusive, diz que não gosta de homens que se aproximam dela quando ela está reproduzindo uma beleza “artificial”: “Se eu estiver muito arrumada e o rapaz vier paquerar comigo eu já vou

ficar logo com raiva”, pois afirma que isto lhe dá a sensação de que o tal rapaz está interessado em outra pessoa que não é a Gabriela de verdade.

Não gosta de cabelos pintados e disse-me no questionário que só pintaria os seus quando eles ficassem brancos. Quando inquiri na entrevista, qual era, afinal, o problema dos cabelos brancos, sua resposta foi “nenhum”. Disse-me que tinha “uma dúvida cruel” acerca do que faria quando seu cabelo começasse a ficar branco, porque sua intenção é que ele nunca ficasse de duas cores (ou todo branco ou todo preto) e aventa: “eu conheço umas mulheres que tem cabelo branco e eu acho *suuper* charmoso.” Sua idéia de cabelos bonitos é que eles sejam naturais, sem pintura e sem químicas. Fala para mim: “eu dei sorte de ter cabelo liso e eu gosto do jeito que ele é”, reconhecendo que há uma dimensão de sorte em ter, naturalmente, um dos símbolos do padrão estético hegemônico – pois isso a aproxima da “beleza” legitimada -, principalmente enquanto percebe que várias amigas suas se esforçam para fazê-lo artificialmente.

Sobre seu corpo, disse-me “ganhei peso absurdamente em pouco tempo” (aproximadamente dez quilos em um ano) e que isto a estava deixando “um pouco” preocupada. Por causa disso, tinha recentemente ido ao médico e descoberto um problema da tireóide e, tentando se absolver de considerar este aumento de peso problemático, afirmou pra mim: “não tem mesmo o que fazer”. A principio, disse que o que a incomodava neste aumento de peso era apenas o fato de perder suas roupas e os danos causados na pele. Entretanto, eu lhe perguntei em seguida se ela continuaria incomodada com o peso caso não tivesse o problema das roupas e da pele: “eu também não gostaria. Não é uma coisa agradável.” Além disso, disse ser muito difícil comprar roupas quando se é mais gorda: “Até achar uma loja que tivesse tamanho 44, eu rodei metade do shopping.” Como afirma ter sido sempre muito magra, disse ter achado “estranha” a sensação de não encontrar roupas que lhe caíssem bem e perguntei-lhe, caso este outro problema fosse contornado, se ela se incomodaria de continuar “mais gordinha”. Como em *todas* as entrevistas, chegamos à conclusão de que o problema real é a gordura em si e não apenas seus efeitos secundários, como algumas mulheres insistem em querer justificar e Gabriela acaba me afirmando: “Eu não gostaria de ser uma pessoa obesa. Não só pela questão da saúde, mas, *principalmente*, pela questão estética.”

Achou por bem complementar seu ponto de vista afirmando achar “igualmente feias” tanto as pessoas muito gordas, quanto as pessoas muito magras. Já que os

dois extremos eram considerados igualmente feios, perguntei qual dos dois ela menos gostaria de ter. Sem nenhuma surpresa, como vimos acompanhando durante todo este trabalho, Gabriela afirma preferir ser muito magra que muito gorda:

Gordura é muito mais problemática que a magreza, mesmo sendo excessiva. Magreza não lhe fecha nenhuma porta e a obesidade sim. Viagem de avião, ônibus, roupa. Só aí, você já vê.

Ao longo de seu discurso, ainda que ela tenha admitido textualmente que seu problema com a gordura é fundamentalmente estético, podemos perceber que Gabriela sempre expõe sua aversão à gordura utilizando-se das “complicações práticas” que ela traz, o que parece ser fruto daquela idéia de que a preocupação estética *per se* é fútil. Assim, procura subterfúgios para, no seu discurso, amortizar o que é, na verdade, a sua principal percepção – de que, aos seus olhos, o excesso de peso a torna mais feia.

Durante a entrevista, Gabriela faz várias referências à boneca Barbie como um referencial de beleza feminina e me diz achar que, para algumas crianças com problemas de auto-estima, esta boneca pode ter, em longo prazo, um efeito negativo, na medida em que reproduz um ideal de magreza, brancura e sensualidade. Embora ela própria não seja negra, Gabriela foi uma das poucas mulheres que citou e criticou a questão da brancura da pele como um elemento definidor da beleza hegemônica e disse-me, conhecer pessoas que lhe disseram que nunca conseguiriam achar um/a negro/a bonito(a) pelo simples fato de acharem que negritude e beleza são incompatíveis.

Acredita que a beleza não se constitui fisicamente e alega ter um gosto diferente da maioria das pessoas, dizendo até que suas amigas definiram, ironicamente, seu gosto como “exótico”. Alega que todos os seus “paqueras” eram esteticamente desaprovados por suas amigas e, por isso, a brincadeira. Diz que quando contou para elas que estava interessada em João (seu atual marido), suas amigas perguntavam “mas porquê???” , pois ele não é percebido como um homem atraente. Em dada circunstancia diz ter encontrado o *sex symbol* Reinaldo Gianecchini ao vivo e pensado: “Meu Deus, que homem horroroso. É branco que parece um papel, alto que só sei lá o quê... Eu não gostei não. Na TV eu até achava bonito... parece uma vela!” Contando isso para estas amigas, disse-me que elas lhe perguntaram se ela “era doida”. Por conta deste seu gosto por belezas masculinas destoantes do padrão hegemônico, Gabriela acredita que, em geral, seu ideal de

beleza difere dele. Todavia, visto que ela reconheça que a principal característica do padrão estético hegemônico feminino seja a magreza e que ela demonstre um claro problema em ver-se mais gorda, podemos tanto perceber que seu gosto não é assim tão “exótico” quando falamos de beleza feminina, tanto que a beleza da magreza não é algo questionado.

Disse que a importância dos comentários sobre sua aparência física só são capazes de lhe tocar de acordo com quem tece o comentário e de acordo com o seu estado de espírito no momento do comentário e dá um exemplo vivenciado no dia da entrevista:

Meu marido não gosta deste vestido que eu estou, porque ele diz que eu fico parecendo mais gorda ainda. Aí eu disse “Ah, problema seu, porque eu gosto e não vou passar o dia com você hoje. Quando você chegar em casa eu já vou estar com outra roupa”. E eu não me incomodo. Agora, tem dias que eu já estou sem me sentir muito bem e aí eu fico arrasada. Tem dias que a gente está mais sensível.

Como podemos ver, Gabriela nos sugere que o nível da auto-estima não é algo estático, variando, na verdade, de acordo com o somatório das situações vivenciadas que lhe propiciam uma percepção de si mais ou menos positiva. Além disso, essa frase - mais uma vez - ilustra a importância da opinião dos maridos e/ou companheiros no fomento da auto-estima das mulheres, pois, ainda que ela não troque de roupa, o que indica sua autonomia, afirma que, de qualquer modo, *ele não vai vê-la* vestindo o tal vestido e, portanto, não vai se incomodar. Coloca sobre isso que, embora tenha uma postura axiomática de se arrumar para si mesma, diz que “abre uma exceção” para o marido, se arrumando para ele algumas vezes. Contudo, diz que entre a sua vontade e a dele, a dele está sempre em segundo plano.

Ainda sobre o marido, conta que, conversando com ele a respeito do problema da tireóide, perguntou retoricamente: “e agora como é que eu vou fazer para emagrecer?” e ele prontamente respondeu:

“A gente vai resolver imediatamente. Você tem que ir pra outro médico... Eu prefiro uma mulher chata do que uma mulher gorda. Trate de ficar chata e magra.” E eu (Gabriela) falei: “tá bom. Vou pensar no seu caso. E não se preocupe, não, que para o ano, você nem mulher vai ter”.

Ainda que reconheça que o comentário do marido seja muito “carregado” e que isso tenha lhe causado certo espanto, Gabriela disse que tal comentário não foi capaz de atacar sua auto-estima, pois não se considera “culpada” pelo aumento de

seu peso. É preciso considerar que, mesmo que o comentário do marido tenha se amparado num tom jocoso, ele na verdade expressa aquilo que Naomi Wolf (1992) classificou de o *mito da beleza*, ou seja, que o valor da mulher é intrinsecamente associado à sua aparência física. Mesmo que ela tenha respondido a uma ironia com outra ironia, de alguma forma Gabriela compreende o ponto de vista do marido na medida em que *justifica*, graças à doença, não sentir-se culpada por estar mais gorda. O fato de arrumar uma justificativa ao invés de simplesmente rechaçar a observação de João indica que há alguma aquiescência em relação à observação. O que quer dizer que, provavelmente, caso não tivesse o aporte do problema de saúde, existiria a chance de que ela se sentisse, de certa forma, “culpada” por estar mais gorda.

Disse que, assim que começou a engordar, os comentários sobre seu excesso de peso a faziam “perder a noite”. No momento da entrevista, já acostumada com a nova condição física, afirmava que eles não lhe incomodam mais. Afirma que se sentia mais bonita quando era mais magra, mas diz que não perde muito tempo pensando nisso e que tal pensamento ocorre, normalmente, de maneira instantânea, sendo logo substituído por outro mais “importante”: “Eu não perco meu dia por isso”.

Sobre cirurgias plásticas generaliza: “silicone jamais, em lugar nenhum” e afirma que essa sua máxima só pode ser refutada quando existe algo evidentemente desproporcional. Pergunto sobre uma mulher que tenha seios muito pequenos, por exemplo, e ela me diz: “ah, deve ser péssimo pra ela, pois é um dos lugares onde os homens mais olham”. Mais uma vez, a importância de ser “legitimamente bonita” e reconhecida como tal. Atribui às mulheres que constantemente se submetem a procedimentos desta ordem um problema de baixa auto-estima.

Para finalizar, pergunto-lhe sobre as conversações internas. Gabriela diz que ocorrem o tempo todo, tanto de maneira consciente, quanto inconsciente. Da mesma forma, coloca que elas podem surgir voluntaria ou involuntariamente. Disse também que, mesmo que elas estejam ocorrendo de maneira inconsciente, se algo (que ela não soube explicar o quê) a faz tomar consciência, isso tanto lhe dá o poder de interromper tal conversação (“Venho pensando e quando vejo, “epa”, to pensando no que eu não deveria. Aí, eu vou procurar outro tema pra pensar”), ou de dedicar-se mais intensamente ao assunto (“preciso pensar sobre isso”).

Diz que sempre tende a pensar “nas principais responsabilidades da minha vida”, que são seu companheiro, seu trabalho e sua família, e que isso vem sendo

assim há mais ou menos dez anos. Diz que sente por estas três esferas um sentimento de responsabilidade simultâneo a uma ligação afetiva, o que reflete a idéia de preocupações últimas de Archer. Contudo, afirma que a necessidade de dedicação a cada um deles varia conforme as situações.

Diz que o pensar tende a ser involuntário na maioria das vezes e que, por isso, pode ocorrer em situações inapropriadas, como pensar em trabalho quando está num barzinho com os amigos. Por esse motivo, afirma sentir diversas vezes a necessidade de desligar-se de certas preocupações e que, quando isso acontece, “se concentra para poder desligar”.

5.2 SOBRE OS MECANISMOS CAUSAIS

Pudemos ver nas falas das entrevistadas que, ainda que a maioria delas considere a preocupação com a estética algo secundário em suas vidas, suas práticas revelam que tal preocupação aparece de maneira relativamente assídua. Isso reforça a nossa percepção de que a influência estrutural da beleza como um dos principais signos da feminilidade atua, sim, na construção do *self* das mulheres intelectuais.

Ainda que reproduzam elementos de uma feminilidade tradicional, pudemos também perceber vários questionamento dos pressupostos desta feminilidade: o papel de esposa, o papel de mãe de família, a sexualidade, a importância do trabalho, etc. O que quer dizer que os processos reflexivos operam ativamente construindo a feminilidade que cada uma delas escolhe para si, sem abandonar, contudo, um referencial estrutural/cultural.

A influência das mães no “ensino” da feminilidade apareceu como um mecanismo bastante importante no processo de feminilização das mulheres e a influência dos maridos figurou como um importante mecanismo de fomento da auto-estima feminina. Além disso, a atividade intelectual se confirmou como um mecanismo de promoção da reflexividade. A contradição acerca do avanço da idade se confirmou, de maneira que sua vertente empoderadora foi trazida à tona em diversas falas como mecanismo responsável pelo incremento da autonomia. Ao mesmo tempo, seus sinais físicos continuaram figurando como algo a ser evitado ou minimizado e questionamentos sobre essa necessidade de esconder a idade

praticamente não apareceram - o que sugere que a intensidade da reflexividade neste aspecto tende a ser fraca na maioria das entrevistadas.

Visto que a reflexividade opera mediando as influências da estrutura na agência, o que estas falas nos trouxeram é que cada uma dessas mulheres demonstra diferentes gradações de reflexividade diante de cada um dos assuntos trabalhados e diante de suas próprias preocupações últimas. Além disso, há uma variabilidade desta gradação de acordo com o momento que está sendo vivenciado. Assim, a reflexividade, de fato, se mostra como a mediadora entre agência e estrutura, mas, ao mesmo tempo, como algo não estático, na medida em que pode ser utilizada em diferentes intensidades, da mais intensa até a mais fraca. A persistência do “problema da gordura”, por exemplo, nos leva a crer que, mesmo que estas mulheres reconheçam a existência de um padrão estético hegemônico, que o considerem como algo negativo e homogenizador e que tenham que despendar bastante energia caso queiram reproduzi-lo, existe uma baixa reflexividade em relação à beleza do corpo magro. Nenhuma das entrevistadas questionou porque o corpo magro é mais bonito e, perguntadas sobre qual era, afinal, o problema da gordura, nenhuma delas soube responder, concluindo apenas que a gordura é feia. E quem é que nos diz que a gordura é feia? O padrão estético hegemônico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da teoria de Margaret Archer, intentei mostrar aqui de que forma a reflexividade atua no sentido de promover a agência individual, tanto para reproduzir, quanto para modificar estruturas sociais e culturais. Focando minha atenção na centralidade da beleza na definição da feminilidade tradicional, procurei observar como as mulheres intelectuais, consideradas especialmente reflexivas, se utilizam deste poder – por meio das conversações internas - para processar tal valor estrutural/cultural.

Primeiramente, é preciso dizer que, ainda que eu tenha tentado reconstruir as conversações internas das entrevistadas, tive pouco acesso à estrutura exata de tais conversações. Segundo vejo, o principal motivo para isto foi o fato de que as próprias entrevistadas pareciam não saber dizer precisamente como é que se estruturavam as suas conversações. Por outro lado, de forma resumida, todas afirmavam ter certeza de que conversavam consigo mesmas acerca de determinados assuntos e reconheciam a utilidade dessas conversas. Questionando por que as entrevistadas não conseguiam externalizar precisamente a estrutura das conversações, tentei, eu mesma, externalizar as minhas. Contudo, cheguei à conclusão de que isto é bastante complicado de ser feito, principalmente com o pouco tempo que eu tinha disponível, de forma que optei por tentar fazer isso em outro trabalho.

Embora não tenha trabalhado diretamente as conversações internas, os capítulos desenvolvidos na dissertação corroboram a idéia de reflexividade como mediadora entre os poderes causais da estrutura (relativos à definição do que é feminino) e a agência individual (a manifestação do comportamento feminino), como veremos a seguir.

No primeiro capítulo tentei demonstrar como a beleza é um aspecto central na definição tradicional da feminilidade. Remontando às origens dessa definição, mostro como, culturalmente, se erigiu uma profunda associação entre mulheres e natureza, a qual fundamentou muito dos elementos normativos contido na feminilidade, como o forte apelo corporal, por exemplo.

Trazendo um apanhado de elementos empíricos e algumas interpretações sobre eles, mostrei como, de diversas maneiras, a preocupação com a beleza permeia várias dimensões da vida das mulheres: nos meios de comunicação de massa, na esfera profissional, nas manifestações culturais (como Carnaval e Bumba meu Boi), nas estatísticas sobre cirurgias plásticas, etc.

Como a beleza pode ser considerada algo idiossincrático, mostrei também que existem claros parâmetros hegemônicos para a beleza feminina - os quais fundamentam uma série de comportamentos - e que a mídia tem um papel fundamental na sua difusão. Além disso, expus alguns números da chamada “indústria da beleza” que demonstram como o cuidado com a aparência é capaz de gerar excepcionais picos de lucro no setor econômico.

Todos estes dados foram trazidos no intuito de mostrar o poder de atuação da beleza assumida como aspecto fundamental da feminilidade na formação das identidades das mulheres individuais. Além disso, considerando que, socialmente, beleza é simultaneamente percebida como um valor positivo e como uma futilidade, apontei para a complexidade que isto gera na relação que se desenvolve entre ela e as mulheres.

Vistas a intensidade e a complexidade desta relação e posto que a formação de comportamentos sociais embasados no sexo biológico é algo da ordem da estrutura (cultura) e que a manifestação deste comportamento é da ordem da agência (indivíduo), apontei como a chave analítica agência-estrutura poderia ser fértil na sua explicação.

Por último, expus os vários motivos do meu interesse pelas intelectuais como objeto de pesquisa. Definindo-as como produtoras de idéias - o que lhes confere um status social importante - e considerando que para o desenvolvimento da atividade intelectual é necessário um alto grau de reflexividade, mostro como tais mulheres estariam, teoricamente, capacitadas para perceberem o caráter central e ambíguo da beleza na formação da feminilidade e, conseqüentemente, desmistificá-lo. Além disso, devido ao seu status socialmente importante, procurei averiguar se haveria contradição entre o cultivo dos valores de uma ocupação legitimamente reconhecida e o cultivo de um valor supostamente pouco importante como a beleza.

Visto que eu tenha apresentado a possibilidade de explicar a centralidade da beleza no comportamento feminino através da ótica analítica agência-estrutura, no

capítulo dois, procurei mostrar por que as teorias feministas e pós-feministas não davam conta de explicar o funcionamento da agência feminina.

Começando pelas teorias feministas de segunda onda, expus como estas tendem a perceber as mulheres como alvos do determinismo estrutural. Para tais teorias, as influências estruturais e culturais se dão de maneira direta sobre as agentes, as quais assumem o papel de meras receptoras. Logo, se a cultura, de alguma maneira, as oprime, elas passam diretamente à condição de vítimas. A “necessidade social” de ser bonita (para ser feminina) seria uma dessas formas de opressão que vitimiza as mulheres.

Por outro lado, as teorias pós-feministas, preocupadas com vitimizações como essa, sugerem a existência de uma autodeterminação capaz de conferir às mulheres uma autonomia mais ou menos absoluta. Fenômenos como o girl power, por exemplo, demonstrariam o empoderamento das mulheres a partir da beleza.

Como minha intenção era problematizar tanto o alcance e a intensidade dos poderes da estrutura, quanto o alcance e a intensidade dos poderes transformadores ou de resistência que as mulheres podem (ou querem) exercer, concluí que nenhuma destas duas vertentes teóricas me permitia fazer isso, haja vista que apresentavam extremizações do nível agêntico das mulheres. A esta polarização, chamei de embate hipo-agência X hiper-agência.

Querendo mostrar uma teoria alternativa da agência, capaz de considerar níveis agênticos localizados em qualquer lugar entre os dois extremos, o capítulo três foi dedicado a teoria dos agentes reflexivos de Margaret Archer. Através dela, foi discutida a possibilidade de que os seres humanos elejam seus valores e crenças e como, com base neles, via reflexividade, as escolhas feitas nesse sentido podem ser diversas vezes submetidas à análise reflexiva - o que lhes permite serem alteradas quando desejável, necessário e/ou possível.

Para falar de agência, foi preciso falar de self e, por isso, começo o capítulo três definindo este conceito como o corpo mais a continuidade de consciência. Ou seja, o self é a identidade única de cada indivíduo, a qual, embora se baseie também na identidade social (como a de gênero, por exemplo), nunca se confunde com ela.

Em seguida, entro na discussão do conceito de reflexividade, mostrando como ele é fundamental para a construção de nossas identidades pessoais. Baseada em Archer, argumento que a reflexividade, por meio de conversações internas, é responsável pelos nossos projetos pessoais, pelo curso de ação que escolhemos

para as nossas vidas e pelas escolhas que nos tornam particulares em relação às outras pessoas. Inclusive, em relação a outras pessoas que vivenciam experiências de vida semelhantes. Por exemplo: duas mulheres, mães, casadas, de trinta anos, classe média, negras e que sejam enfermeiras têm uma série de condições de vida parecidas. Mas estas condições parecidas nunca serão suficientes para tornar estas duas mulheres a mesma coisa, graças a reflexividade que, ativamente, define a identidade pessoal de cada uma delas.

A partir daí, defino o conceito de preocupações últimas, que diz respeito ao fato de que cada pessoa elege na vida uma constelação de preocupações que mais lhe importam. E isto é sempre diferente de pessoa para pessoa, se aplicando também a valores. Portanto, mesmo que na nossa sociedade a centralidade da beleza seja um valor fulcral da feminilidade, entendida como uma identidade social, isso não quer dizer que todas as mulheres o reconhecerão na mesma medida. E é por isso que não faz sentido pensar que somos automaticamente influenciadas pelas demandas estruturais, como sugerem as teorias feministas.

Entretanto, Archer aponta que somos parcialmente formados pela nossa socialidade e que a estrutura também tem poderes causais. Se os poderes causais dos agentes são oriundos dos processos reflexivos, os poderes causais da estrutura se dão através daquilo que a autora chama de “restrições e capacitações”, os quais podem ou não se atualizar. Ou seja, após o processo de deliberação reflexiva, partimos para a execução de nosso projeto pessoal, mas as condições ambientais que encontraremos pela frente nem sempre estarão de acordo com os nossos desejos ou prospecções. Por exemplo: para alguém que quer cursar uma faculdade de medicina, uma boa condição financeira é de grande importância, pois todo o aparato técnico que possibilita os estudos e experimentos costuma ser muito caro. Por isso mesmo, um estudante de medicina economicamente desprovido costuma ter problemas de acesso a esse aparato. Isso é uma restrição que independe da intensidade da vontade do estudante de acessá-lo e, portanto, é uma interposição da estrutura sobre o desejo do agente.

O sistema cultural também tem poderes causais que podem se interpor aos desejos de um indivíduo. Os padrões estéticos hegemônicos são um exemplo disso. Por mais que uma determinada mulher se ache muito bonita sendo obesa, é fato que muitas pessoas não lhe verão assim e, de alguma forma, ela perceberá o seu “desacordo” em relação ao padrão e receberá sanções oriundas desta postura

contrária. Uma vez que a auto-estima seja sempre definida em função da distancia entre aquilo que consideramos importante (em grande medida, dado por nossa identidade social) e aquilo que somos (e que também é parcialmente definido pela forma como os outros nos percebem), o desacordo desta mulher com o padrão pode trazer implicações para sua auto-estima. E é por isso que a plena autodeterminação pregada pelas teorias pós-feministas também não faz sentido.

Reconhecendo, então, que agentes e estruturas têm poderes causais, mostrei que a reflexividade é a responsável pela mediação entre estas duas coisas. Ou seja, que ao mesmo tempo em que podemos estar sujeitos aos efeitos da estrutura, suas influências são mediadas pela nossa reflexão: daí, termos o poder de tentar atuar dentro daqueles limites. Isso não quer dizer que, no nosso caso, as mulheres tenham consciência de todos os elementos estruturais, mas, sim, que suas respostas emocionais às determinadas circunstâncias guiarão a postura que escolherão para si.

Ou seja, no capítulo três, mostrei que não podemos negar a beleza como um valor central na feminilidade, mas que podemos relativizar o cultivo deste valor de acordo com a importância que lhe é conferida em relação a outros valores. Assim, embora nossas disposições sociais nos imputem determinados valores, como todos nós ocupamos diversas posições sociais, há entre os valores uma infinidade de combinações e arrumações que são desenvolvidas por meio da reflexividade. Por exemplo, no caso das intelectuais que são mães e precisam negociar a todo tempo sua atuação nos dois papéis.

Entrando nesta seara da negociação (parcial) dos valores, no capítulo quatro expus, então, a etapa extensiva da pesquisa de campo. Foram demonstradas, em termos empíricos, quais (demi) regularidades figuravam na relação que as intelectuais desenvolvem entre a beleza como pressuposto da feminilidade e a construção de suas identidades e de que maneira isto influencia na formação de sua auto-estima.

Embora não tenha sido definida por nenhuma delas como sua preocupação última, a preocupação com a aparência foi claramente delineada, e mostrou-se central no fomento da auto-estima. Provavelmente, a não assunção imediata da beleza como preocupação última deriva do reconhecimento de seu caráter ambíguo (valor positivo e futilidade). De forma geral, com exceção do trabalho, todas as preocupações últimas que foram apontadas estão ligadas à feminilidade e isso

sugere sua importância na formação da identidade pessoal destas mulheres. No “ranking” das preocupações últimas, o bem-estar dos filhos ocupou o primeiro lugar, mas o trabalho ocorreu quase tantas vezes quanto o bem estar dos filhos e a preocupação familiar em geral ocupou o terceiro lugar.

Para as entrevistadas, além de alguns outros aspectos minoritários, a feminilidade está fundamentalmente associada à sensibilidade, ao cuidado com o outro e a preocupação estética, todos aspectos que elas reconheceram reproduzir em alguma medida. O trabalho não apareceu nesta definição e sua grande ocorrência como preocupação última nos mostra que a idéia tradicional de feminilidade é matizada pelas intelectuais em algum sentido.

Das 36 entrevistadas, apenas três disseram que a aparência física de seus corpos importava pouco para a construção da auto-estima. Houve grande reconhecimento da existência e das características de um padrão estético hegemônico e uma aparente negação do mesmo. Contudo, contradições entre discurso e prática me fizeram aventar a possibilidade de que, embora todas elas tenham demonstrado um alto grau de reflexividade em relação à questão da beleza feminina, tal reflexividade é bastante acrítica em relação aos dois pressupostos fulcrais do padrão hegemônico: a juventude e a magreza. Principalmente a última, se revelou como condição inexorável da beleza para estas mulheres.

Ainda que, segundo Archer, cada pessoa defina, de acordo com a sua identidade pessoal, quais elementos serão importantes para a edificação da auto-estima, é preciso trazer aqui que todas as entrevistadas assumiram que quando estão satisfeitas com seus corpos, necessariamente isto implicará no equilíbrio ou no incremento da auto-estima. Justamente por conta das idiosincrasias, o nível destes efeitos será variado. Contudo, pelo menos entre as entrevistadas, estes efeitos foram considerados garantidos.

No intuito de compreender quais mecanismos estão por trás deste tipo de regularidade, o capítulo cinco foi dedicado à execução de entrevistas em profundidade com seis intelectuais de idades diferentes. De forma geral, confirmou-se que, na dimensão prática, a satisfação corporal apareceu profundamente conectada ao nível de enquadramento no padrão estético hegemônico.

Assim, o que as entrevistas em profundidade revelaram foi que, ainda que na dimensão do discurso a importância da conformidade no padrão estético hegemônico tenha sido negada em detrimento da idéia de beleza como

autoconfiança transcendente – o que dispensaria quaisquer parâmetros físicos -, na prática, observei que não só este parâmetro físico é fundamental no fomento da auto-estima, como também que é diretamente balizado pelo padrão hegemônico, principalmente nos seus aspectos fulcrais: magreza e (aparência de) juventude.

É preciso, entretanto, considerar que o fato do padrão estético hegemônico ter se mostrado válido não implica que as percepções pessoais de beleza não existam. Como vimos, é fato que a gordura apareceu para todas as entrevistadas como um elemento negativo, mas, guardadas as devidas proporções, na estipulação do limite que demarca o final da magreza e o começo da gordura existe uma dimensão idiossincrática. Nesse sentido, mulheres com baixo índice de massa corpórea, por vezes, mostravam sentir-se mais gordas do que outras com IMC maior. Da mesma forma, mulheres mais jovens podem sentir-se mais envelhecidas do que mulheres mais velhas. Isso demonstra alguma medida de autonomia diante dos parâmetros estruturais. Além dessas idiossincrasias, a auto-estima também tem um papel fundamental na particularização das percepções da beleza, na medida em que, no julgamento da própria imagem, ela define a atribuição de carga negativa ou positiva.

Como não tive acesso à estrutura das conversações internas, isto colocou limites na minha compreensão das justificativas que cada uma delas dá para si mesma na delimitação de seu próprio ideal. Ainda assim, as falas demonstraram que as intelectuais freqüentemente conversam internamente sobre a beleza e sobre os diversos aspectos da feminilidade, o que demonstra claramente a ação da reflexividade no processo e imputa à preocupação estética a condição de preocupação última não-declarada.

Assim, nesta dissertação, a reflexividade, de fato, mostrou sua função única e preciosa na apreensão que os agentes fazem das demandas estruturais e dos valores culturais. Mediando ativamente boa parte das informações recebidas das mais diversas origens, a reflexividade permite que tenhamos um relativo dinamismo nas percepções e objetivos, o que se mostra como a possibilidade mais enriquecedora da interação social. É um conceito refinado que, sem contradição, nos autoriza a pensar tanto que as coisas podem continuar como estão, quanto que elas podem mudar a qualquer momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Artigos e Livros:

ADELMAN, Miriam; RUGGI, Lenita: The Beautiful and the Abject: Gender, Identity and Constructions of the body in Contemporary Brazilian Culture. **Current Sociology**, volume 56, nº4, 2008

ALBERNAZ, Lady Selma: Mulheres e cultura popular: gênero, raça, classe e geração no bumba meu boi do Maranhão. **Congresso Fazendo Gênero 7**. Disponível em:

http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/L/Lady_Selma_Ferreira_Albernaz_56.pdf. Acessado em Junho de 2010

ARCHER, Margaret: Realismo e o Poder da Agência. **Estudos de Sociologia**, volume 6, nº2, p. 51-75, Julho a Dezembro de 2000

ARCHER, Margaret: **Structure, Agency and the Internal Conversation**, Cambridge: Cambridge University Press, 2003

ARCHER, Margaret: **Being Human: The Problem of Agency**, Cambridge: Cambridge University Press, 2000

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Tradução: Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC, 1987.

BEAUVOIR, Simone: **O Segundo Sexo** – 2ª Edição, tradução: Sérgio Milliet, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961

BORDO, Susan: **O Corpo e a Reprodução da Feminidade: Uma apropriação feminista de Foucault**. Disponível em: <http://sites.google.com/site/levezadeser/feminidade>. Acessado em Junho de 2010.

BOURDIEU, Pierre: **A Dominação Masculina**, 5ª edição, tradução: Maria H. Kuhner, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007

BOURDIEU, Pierre: **Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia** / Pierre Bourdieu, Jean Claude Chamboredon, Jean Claude Passeron; tradução de Guilherme João Teixeira. 6ª edição. Petrópolis, RJ : Vozes, 2007

BRYM, Robert: **Intellectuals and Politics**. Disponível em: <http://www.chass.utoronto.ca/brym/ipALL.html>. Acessado em Outubro de 2009

CARSON, Fiona: "Feminism and the body". In: **The Icon Critical Dictionary of Feminism and Postfeminism**, Cambridge: Icon Books Ltd., 1999

CASTRO, Ana Lúcia; **Culto ao Corpo e Sociedade: Mídia, estilos de vida e cultura de consumo** – 2ª Edição, São Paulo: Annablume: Fapesp, 2007

CAVALCANTE, Edi; “A queima dos Sutiãs: a fogueira que não aconteceu”, 2008. Disponível em: <http://anos60.wordpress.com/2008/04/07/a-queima-dos-sutias-a-fogueira-que-nao-aconteceu/> Acessado em Junho de 2010

ENZENSBERGER, Hans; **Com Raiva e Paciência**: ensaios sobre literatura, política e colonialismo. São Paulo: Paz e Terra, 1985

FERREIRA, Jonatas; HAMLIN, Cynthia: Mulheres, Negros e Outros Monstros: um ensaio sobre corpos não-civilizados. **Revista de Estudos Feministas**, 2010. (no prelo)

GAMBLE, Sarah: **The Icon Critical Dictionary of Feminism and Postfeminism**, Cambridge: Icon Books Ltd., 1999

GREER, Germaine: **The Female Eunuch**, Londres: Flamingo, 1999

GOLDENBERG, Mirian: A Construção Social do Corpo: Um novo modelo de ser mulher. **Revista da FACED**, nº 6, 2002

HAMLIN, Cynthia: Realismo crítico: um programa de pesquisa para as Ciências Sociais. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, nº2, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000200006&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 14 de Maio de 2010.

HAMLIN, Cynthia: Ontologia e Gênero: Realismo Crítico e o Método das Explicações Contrastivas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 23, nº67, Junho, 2008

HUTCHEON, Linda; A incredulidade a respeito das metanarrativas: articulando pós-modernismo e feminismos. Tradução Margareth Rago. **Labrys Estudos Feministas** nº1-2, Dezembro de 2002. Disponível em:

http://e-groups.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/linda1.html. Acessado em Junho de 2010.

HUTCHEON, Linda: “Hello Kitty Hegemony”. In: **The Feminist e-Zine**. Disponível em: <http://www.feministezine.com/feminist/postfeminism/Hello-Kitty-Hegemony.html>. Acessado em Junho de 2010.

“JUSTIÇA INDIANA impede aeromoças acima do peso de voarem”: **Correio do Brasil**, Um de Junho de 2007. Disponível em: <http://www.correiodobrasil.com.br/noticia.asp?c=120109>. Acessado em Junho de 2010

KLEIN, Jane; RAMOS, Flávia. Revistas Femininas: Construindo a imagem da mulher-leitora. Disponível em:

http://www.unisc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/letras/anais_2coloquio/revistas_femininas.pdf. Acessado em Junho de 2010

LOWY, Ilana. “Ciência e Gênero”, in: HIRATA, Helena; DOARE, Hélène; SENOTIER, Daniele; LABORIE, Françoise (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo** – São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MACEDO, Ana Gabriela. Pós-feminismo. **Revista Estudos Feministas**,

Florianópolis, v.14, nº3, Dezembro de 2006. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000300013&lng=en&nrm=iso)

026X2006000300013&lng=en&nrm=iso. Acessado em 14 de Maio de 2010.

MARQUES, José. Mercado Brasileiro de Revistas em Alta. Associação Brasileira de Imprensa (**ABI**). Disponível em:

<http://www.abi.org.br/primeirapagina.asp?id=2649>. Acessado em Junho de 2010.

MAUSS, Marcel: **Sociologia e Antropologia**, tradução: Paulo Neves, São Paulo: Cosacnaify, 2003

MEAD, George: **Mind Self and Society from the Standpoint of a Social Behaviorist**. Editado por Charles W. Morris. Chicago: University of Chicago, 1934. Disponível em:

http://www.brocku.ca/MeadProject/Mead/pubs2/mindself/Mead_1934_toc.html

Acessado em Março de 2010.

MORAES, Maria Lygia: Fogo de Palha. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis no1, 1993. Disponível em:

<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/08112009-043908moraes.pdf>.

Acessado em Março de 2010.

NOVAES, Joana; VILHENA, Junia: De Cinderela a Moura Torta: Sobre a relação mulher, beleza e feiúra. **Interações**. Volume 8, nº5, pág. 9 – 36, 2003

ORTNER, Sherry: Está a Mulher para o Homem assim como a Natureza para a Cultura? **A Mulher, a Cultura e a Sociedade** / coordenadoras: Michele Zimbalist e Louise Lamphere: tradução Cila Anker e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

“PLÁSTICA DE MAMA Ultrapassa Lipo”: **Folha de São Paulo**, 13 de Fevereiro de 2009. Disponível em <http://www.cirurgiaplastica.org.br/publico/ultimas10.cfm>. Acessado em Junho de 2010.

ROWLEY, Hazel: **Tête-à-Tête**; tradução Adalgisa Campos da Silva. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2006

RUIZ, Ana Paula. “Comissariado de vôo”, 2000. **Catho**. Disponível em: <<http://www.catho.com.br/jcs/guia.phtml?ed=43>>. Acessado em 20 de Janeiro de 2010.

SAYER, Andrew: Características chave do Realismo Crítico na Prática: um breve resumo. **Estudos de Sociologia**, v.6, nº2, p. 7-32, Julho a Dezembro de 2000

SIMMEL, Georg: **Questões Fundamentais de Sociologia: individuo e sociedade**; tradução Pedro Caldas. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006

TAFFAREL, Celi: Teoria do Conhecimento: O que são as categorias? **FACED**. Disponível em: http://www.faced.ufba.br/rascunho_digital/textos/576.htm Acessado

em Junho de 2010.

VANDENBERGUE, Frédéric: The Archers – a tale of folk. **European Journal of Theory**, volume 8, nº2, p. 227 – 237, 2005

WOLF, Naomi: **O Mito da Beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres?** Tradução: Waldéa Barcellos – Rio de Janeiro: Rocco, 1992

Sites:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos: “Panorama do Setor”. Disponível em: http://www.abihpec.org.br/conteudo/Panorama2009_Portugues.pdf. Acessado em Junho de 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA de Transtornos Alimentares: Disponível em: <http://www.astralbr.org>. Acessado em Novembro de 2009.

REVISTA PLÁSTICA e Beleza: Disponível em:

<http://plasticaebeleza.terra.com.br/plastica-beleza/fixos/conheca.asp>. Acessado em Novembro de 2009.

REVISTAS ABRIL: Disponível em: <http://www.abril.com.br/revistas/>. Acessado em Junho de 2010.

SOCIEDADE BRASILEIRA de Cirurgia Plástica: Disponível em: <http://www.cirurgioplastica.org.br/>. Acessado em Junho de 2010.

7. Você costuma tingir os cabelos? a) sim b) não

CASO TENHA RESPONDIDO SIM NA QUESTÃO 7:

7.1. Com que frequência?

a) todo mês b) a cada 3 ou 4 meses c) duas vezes ao ano

7.2. Que tipo de cor você costuma usar mais?

a) tons de loiro b) tons de castanho c) tons de ruivo d) tons de preto

7.3. O que lhe motiva a pintar os cabelos?

a) não gosta da cor natural b) vontade de variar c) disfarçar cabelos brancos

d) outros: _____

CASO TENHA RESPONDIDO NÃO NA QUESTÃO 7:

7.4. Porque você acha que não sente vontade de tingir os cabelos?

a) não acho que isso altera positivamente a minha aparência física

b) não me importo com aparência física

c) sou ideologicamente contra

d) acho muito caro

e) outros: _____

8. Você costuma fazer algum outro tipo de procedimento estético no seu cabelo com frequência?

a) sim b) não

CASO TENHA RESPONDIDO SIM NA QUESTÃO 8

8.1. Qual?

a) escova; chapinha

b) penteados afros

c) permanente

d) alisamento definitivo

e) outro: _____

a) sim

b) mais ou menos

c) não

Nome da entrevistada: _____ Idade: _____

Estado civil: _____

Curso em que dá aula: _____

Curso de formação: _____

Renda Familiar: _____

Email (não-obrigatório): _____